



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E
SOCIEDADE NA AMAZÔNIA – PD TSA ÁREA: INTERDISCIPLINAR**

REINALDO COSTA DA SILVA

**EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL NO
MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA DO PARÁ (PA)**

**Marabá-PA
2017**

REINALDO COSTA DA SILVA

**EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL NO
MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA DO PARÁ (PA)**

**EXPLORATION OF WORK IN VEGETABLE COAL PRODUCTION IN THE
MUNICIPALITY OF GOIANÉSIA DO PARÁ (PA)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, campus de Marabá, como um dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Célia Regina Congilio

**Marabá-PA
2017**

REINALDO COSTA DA SILVA

**EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL NO
MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA DO PARÁ (PA)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus de Marabá, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia.

APROVADO EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Célia Regina Congílio (Presidente e Orientadora UNIFESSPA/PDTSA)

Prof.^a Dr.^a Edma Silva Moreira (Examinadora Interna UNIFESSPA/PDTSA)

Prof.^a Dr.^a Nádia Socorro Fialho Nascimento (Examinadora Externa UFPA)

(Examinador Suplente)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus progenitores – Cláudio Silva e Maria Silva – que, apesar da pouca escolaridade e ignorância nas letras, me direcionaram para os estudos e, por isso, congratulo com eles essa minha vitória.

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos iniciais vão para todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia – PDTSA - por proporcionarem subsídios e arcabouço teórico para fundamentação, desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

A todos os colegas de curso pela troca de experiências e discussões que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa. Em especial, ao meu amigo Ronildo Sales, que apesar de seus afazeres diários – que são muitos – sempre esteve disposto a me ajudar nas discussões e no debate teórico.

À professora Dra. Célia Regina Congílio, por me direcionar durante essa caminhada, proporcionando debates e reflexões que foram vitais para construção desta dissertação.

Às professoras Dra. Edma Silva Moreira e Dr.^a Nádia Socorro Fialho Nascimento, pelas suas importantes contribuições na qualificação, onde foram generosas e duras ao mesmo tempo, sem perderem o brilhantismo e a ternura.

À SEDUC (Secretaria de Educação do Estado do Pará) e a SEMEDC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura) por me concederem licenças de aprimoramento, por dois anos, pois, sem isso, seria inviável a conclusão deste curso.

Por fim, agradeço a todos os trabalhadore(a)s, lideranças e ex-proprietários de carvoarias que contribuíram com meu trabalho, concedendo entrevistas de grande valia para o desenrolar a conclusão do trabalho.

*“Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue*

*Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta*

*Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado
Esse silêncio todo me atordoia
Atordoadado eu permaneço atento
Na arquibancada pra qualquer momento
Ver emergir o monstro da lagoa*

*De muito gorda a porca já não anda
De muito usada a faca já não corta
Como é difícil, pai, abrir a porta
Essa palavra presa na garganta
Esse pileque homérico no mundo
De que adianta ter boa vontade
Mesmo calado o peito, resta a cuca
Dos bêbados do centro da cidade/*

Talvez o mundo não seja pequeno

*Nem seja a vida um fato consumado
Quero inventar o meu próprio pecado
Quero morrer do meu próprio veneno
Quero perder de vez tua cabeça
Minha cabeça perder teu juízo
Quero cheirar fumaça de óleo diesel
Me embriagar até que alguém me esqueça”*

(Cálice – Gilberto Gil / Chico Buarque)

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar a exploração do trabalho nas carvoarias, do município paraense Goianésia do Pará, bem como mostrar as relações e as formas de trabalho degradantes que permitiram, durante anos, a produção de riqueza para alguns em detrimento de uma maioria. Foram construídas duas hipóteses: I) A primeira considera que a produção de carvão vegetal, no município de Goianésia do Pará, está diretamente ligada à demanda de ferro-gusa, na produção de aço de grandes empresas nos países centrais e, portanto, sujeita às oscilações desse mercado, uma vez que se constitui como economia de enclave. II) a segunda hipótese considera que a dinâmica do desenvolvimento de Goianésia, durante um determinado período de sua história, esteve condicionada pela exploração intensiva, que constitui o trabalho precarizado no processo produtivo do carvão, o que acarretou um crescimento econômico efêmero e fugaz nesse território, com consequências, a curto e médio prazo desastrosas para a economia local. A estratégia metodológica para realização da pesquisa envolveu a utilização de um conjunto de técnicas, como: revisão bibliográfica; sistematização e compilação de alguns dados contidos em sites disponíveis na internet. Também realizamos entrevistas semiestruturadas com ex-trabalhadores(as) e ex-donos de carvoarias; representantes do poder público municipal; representante da classe empresarial dos produtores de Gusa de Marabá (SINDIFERPA) e um representante do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Marabá (SIMETAL). O estudo revelou que a exploração do trabalho no processo produtivo do carvão foi um dos fatores fundamentais para que se desenvolvesse e se mantivesse, por um determinado período, a produção de carvão em Goianésia propiciando, para os agentes capitalistas desse setor, grande rentabilidade econômica em detrimento da miséria e pobreza dos trabalhadores que durante anos foram explorados e aviltados. Mostrou também que a produção desse insumo no município foi produto de interesses econômicos extra regionais ligados ao setor minerometalúrgico e, portanto, sujeito a dinâmica desse mercado.

Palavras-chave: Exploração do trabalho. Carvoaria. Amazônia. Trabalhadores.

ABSTRACT

The objective of this dissertation was to analyze the exploitation of labor in the charcoal stores of the Pará municipality of Goianésia do Pará, as well as to show the degrading relationships and forms of work that allowed, for years, the production of wealth for some to the detriment of a majority. Two hypotheses were constructed: I) The first one considers that charcoal production in the municipality of Goianésia do Pará is directly linked to the demand for pig iron for steel production by large companies in the central countries and, therefore, subject to the oscillations of this Market, since it constitutes an enclave economy. II), the second hypothesis considers that the development dynamics of Goianésia, during a certain period of its history, was conditioned by the intensive exploitation, which is the precarious work in the productive process of coal, which brought about an ephemeral and fleeting economic growth in that territory , With short- and medium-term disastrous consequences for the local economy. The methodological strategy to carry out the research involved the use of a set of techniques such as bibliographic review; Systematization and compilation of some data contained in websites available on the Internet. We also conducted semi-structured interviews with former workers (a) if ex-owners of charcoal stores, a representative of the municipal public authority, representative of the business class of the producers of Gusa de Marabá (SINDIFERPA) and a representative of the Metalworkers' Trade Union of Marabá (SIMETAL). The study revealed that the situation of social exclusion, the poor working conditions, the working agreements signed with the workers and the boss were conditions that allowed the exploitation and degradation of the workforce in the coal production process.

Keywords: Exploration of work. Carvoaria. Amazon. Workers.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO (RURAL E URBANA) NO PERÍODO DE 1970, 1980, 1996, 2000 e 20110.....	31
TABELA 2. QUANTIDADE E VALOR DOS PRODUTOS DE EXTRAÇÃO VEGETAL 1997 – 2001.....	34
TABELA 3. QUANTIDADE E VALOR DOS PRODUTOS DE EXTRAÇÃO VEGETAL 2002 – 2006.....	34
TABELA 4. QUANTIDADE E VALOR DOS PRODUTOS DE EXTRAÇÃO VEGETAL 2007 – 2011.....	35
TABELA 5. DEMONSTRATIVO DA QUANTIDADE E VALOR DOS PRODUTOS DE EXTRAÇÃO VEGETAL 2002-2006.....	44
TABELA 6. PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL NO ESTADO DO PARÁ (TONELADAS) – 2003, 2008 e 2009.....	45
TABELA 7. PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS (US\$ MILHÕES FOB) NO ANO DE 2013.....	57
TABELA 8. PROPORÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA OS EMPREENDIMENTOS SIDERÚRGICOS NO CORREDOR DE CARAJÁS.....	59
TABELA 9. EMPREENDIMENTOS SIDERÚRGICOS INSTALADOS NO CORREDOR DE CARAJÁS ATÉ O ANO DE 2008.....	61
TABELA 10. QUADRO COMPARATIVO DAS EMPRESAS SIDERÚRGICAS EM FUNCIONAMENTO NO DISTRITO INDUSTRIAL DE MARABÁ ATÉ 2008 E NO CENÁRIO PÓS-CRISE.....	66
TABELA 11. CARVOARIAS COM LICENÇA DE FUNCIONAMENTO VENCIDAS GOIANÉSIADOPARÁ/PA.....	68
TABELA 12. QUANTIDADE DE FORNOS E TRABALHADORES AINDA EM ATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA DO PARÁ NO ANO 2016.....	69
TABELA 13. COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DE PARAUABEBAS POR REGIÃO E 2010.....	93
TABELA 14. NÚMERO DE HABITANTES EM PARAUAPEBAS ENTRE 2000 E 2013.....	94

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. CIRCUITO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS, ENTRE PARAUAPEBAS E SÃO LUÍS.....	49
FIGURA 2. PARAUAPEBAS PRÓXIMO DA SERRA DOS CARAJÁS.....	50
FIGURA 3. LOCALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NA REGIÃO DE CARAJÁS.....	56
FIGURA 4. LOCALIZAÇÃO DAS CIDADES DE MARABÁ E AÇAILÂNDIA NO EIXO DA FERROVIA CARAJÁS.....	58
FIGURA 5. ORGANOGRAMA DA PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL.....	118
FIGURA 6. ORGANOGRAMA DA PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL.....	119

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1. FORNO DE CARBONIZAÇÃO RECÉM-TIRADO.....	120
FOTOGRAFIA 2. ÁREA DE FAZENDA A SER LIMPA ATRAVÉS DO PROCEDIMENTO DE BROCAGEM.....	123

LISTA DE MAPAS

MAPA 1. MUNICÍPIOS DAS SETE MICORROREGIÕES DO SUDESTE DO PARÁ.....	26
MAPA 2. MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO LAGO DE TUCURUÍ.....	30
MAPA 3. PRINCIPAIS MUNICÍPIOS FORNECEDORES DE CARVÃO VEGETAL NO ESTADO DO PARÁ ATÉ 2003.....	40
MAPA 4. PRINCIPAIS MUNICÍPIOS FORNECEDORES DE CARVÃO ATÉ 2008.....	41
MAPA 5. AREA DO PROGRAMA GRANDE CARAJÁS.....	48

LISTA DE SIGLAS

ALPA- Aços Laminados do Pará
ANTT- Agência Nacional de transporte Terrestre
BASA – Banco da Amazônia
BCA- Banco de Crédito da Amazônia
COSIPAR – Companhia Siderúrgica do Pará
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
DIM – Distrito Industrial de Marabá
ECA – Estatuto da Criança e Adolescente
ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
FERMAR- Indústria de Ferro Ligas Marabá
FINAN – Fundo de Investimentos da Amazônia
FINOR – Fundo de Investimentos da Amazônia
FMI – Fundo Monetário Internacional
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico Social do Pará
MARAGUSA- Marabá Gusa Siderúrgica Ltda
MP – Ministério Público
OMC – Organização Mundial do comércio
PFC – Projeto Ferro Carajás
PGC – Programa Grande Carajás
RILT – Região de Integração do Lago de Tucuruí
SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SIMARA – Siderúrgica Marabá S/A
SIMETAL - Sindicato dos Metalúrgicos de Marabá
SINDIFERPA - Sindicato dos Produtores de Ferro – Gusa do Pará
SINOBRÁS - Siderúrgica Norte Brasil S.A
SPVEA – Superintendência do Plano de valorização Econômico da Amazônia
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UHT – Usina Hidrelétrica de Tucuruí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2. CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL, DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA	24
2.1 Goianésia do Pará: localização geográfica	25
2.2 Crescimento demográfico de Goianésia no contexto da construção da hidrelétrica de Tucuruí	27
2.3 As atividades econômicas que se desenvolveram até os dias atuais	34
2.3.1 Emergência e expansão da atividade carvoeira em Goianésia.....	37
3. CONSTITUIÇÃO DO PROGRAMA GRANDE CARAJÁS E DO DISTRITO INDUSTRIAL DE MARABÁ COMO ELEMENTOS IMPORTANTE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE CARVOEIRA NO MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA.	47
3.1 Criação do Programa Grande Carajás (PGC).....	47
3.2 Criação do Distrito Industrial de Marabá.....	58
<u>3.2.1 A crise econômica e financeira de 2008</u>	<u>63</u>
3.2.2 Reflexos da crise no setor carvoeiro	66
4. TRABALHO E SUAS SIGNIFICAÇÕES NO CONTEXTO PRIMITIVO, FEUDAL E CAPITALISTA	72
4.1 Conceituando trabalho	72
4.2 A exploração do trabalho escravo indígena e negro no Brasil-colônia no contexto da economia-mundo.....	79
4.3 O papel do estado capitalista burguês na conformação do trabalho	84
4.4 Expansão do capital e da força de trabalho na Amazônia Oriental a partir de 1970 e seus reflexos na reestruturação da rede urbana regional	88
4.5 Economias de enclave como produto do processo de mundialização da economia	98
5. DINÂMICA DO PROCESSO PRODUTIVO DO CARVÃO E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO, NO MUNICÍPIO DE GOIANÉISA	104

5.1 O papel das carvoarias no “desenvolvimento econômico” de Goianésia.....	104
5.2 A dinâmica da estruturação e do funcionamento das carvoarias e seus reflexos na exploração do trabalho.....	108
5.3 Exploração do trabalho de crianças, adolescentes e mulheres na produção de carvão em Goianésia.....	126
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS	137
APÊNDICE I: ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES DOS TRABALHADORES ENVOLVIDOS DIRETAMENTE NA PRODUÇÃO DE CARVÃO.....	142
APÊNDICE II: ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES DOS TRABALHADORES ENVOLVIDOS DIRETAMENTE NA PRODUÇÃO DE CARVÃO.....	143
APÊNDICE III: ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES JUNTO A GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, EX-PROPRIETÁRIOS DE CARVOARIAS E OUTROS AGENTES CAPITALISTAS ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO DE CARVÃO.....	144
ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS.....	145
ANEXO B – MAPA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA DO PARÁ.....	146

1 INTRODUÇÃO

O surgimento e o desenvolvimento da atividade carvoeira em Goianésia estão diretamente atrelados à exploração minerária na Amazônia Oriental Brasileira¹, mais especificamente à implantação do Programa Grande Carajás (PGC), na década de 1980, e a instalação do Distrito Industrial de Marabá (DIM), em 1988. As primeiras siderúrgicas que compuseram o DIM, foram: “Companhia Siderúrgica do Pará – COSIPAR e a Siderúrgica Marabá – SIMARA.” (SANTOS, 2015, p. 37).

O Estado brasileiro, nesse contexto, assumiu o protagonismo, promovendo políticas de atração de investimentos produtivos para Amazônia, flexibilizando leis, subsidiando energia, isentando impostos e emprestando grandes quantidades de dinheiro à empreendimentos (como foi o caso dos empreendimentos siderúrgicos, por exemplo) a juros baixos.

Os empreendimentos minerometalúrgicos implantados no Corredor da Estrada de Ferro de Carajás, especialmente, na cidade de Marabá, por exemplo, acarretaram mudanças econômicas, sociais, demográficas e territoriais significativas no Sul e Sudeste do Pará. Grande parte dessas alterações foi impulsionada graças à necessidade do capital siderúrgico em forjar uma matriz energética pautada na produção de carvão vegetal, cuja matéria-prima seria a mata primária para produção desse insumo.

O DIM, ancorado em fortes subsídios fiscais e creditícios por parte do Estado brasileiro, foi um elemento importante para a produção do carvão no sudeste paraense, especialmente em Goianésia. Porém, a instalação das Guseiras foi bastante gradual, começando com 2 (em 1988) e chegando a 11 (em 2008), como relata Santos (2015, p. 20):

Até o ano de 2008, período que representou o auge da produção siderúrgica, já existiam 11 empreendimentos (incluindo produtoras de Ferro-gusa, aço e Ferro-ligas) no Distrito Industrial de Marabá: Companhia Siderúrgica do Pará - COSIPAR (em operação desde 1988), Siderúrgica Norte do Brasil - SINOBRÁS (antiga SIMARA, em operação desde 2006), Siderúrgica Ibérica do Pará S.A - IBÉRICA (em operação desde 2002), Usina Siderúrgica de Marabá - USIMAR LTDA (em operação desde 2002), TERRA NORTE METAIS LTDA (atual CIKEL, em operação desde 2003), FERRO GUSA CARAJÁS - FGC (em operação desde outubro 2005), Ferro Ligas Marabá Ltda. – FERMAR (em operação desde 2005) Siderúrgica do Pará S.A - SIDEPAR (em operação desde 2005), SIDENORTE SIDERURGIA LTDA (em operação desde 2006), Marabá Gusa Siderúrgica Ltda. - MARAGUSA (em operação desde 2007) e SIDERÚRGICA DA TERRA (em operação desde 2007).

¹ Parte da Amazônia Legal constituída pelos estados do Pará, Amapá, Tocantins, norte do Mato Grosso e o oeste do Maranhão. (<http://www.sudam.gov.br/index.php/institucional?id=86>)

A partir daí vários municípios paraenses, como foi o caso de Goianésia, foram submetidos aos ditames econômicos momentâneos do grande capital e se inseriram na cadeia produtiva do aço como produtores de carvão, que visavam, exclusivamente, abastecer as Guseiras da região.

Entretanto, o desenvolvimento da atividade carvoeira no município de Goianésia trouxe uma série de questões ligadas à exploração do trabalho, processo que levou a formulação da seguinte questão: Como se dá a exploração do trabalho no processo produtivo do carvão no município de Goianésia?

Visando responder a essa questão, definimos como objetivo central da pesquisa analisar a exploração do trabalho no processo produtivo do carvão em Goianésia, bem como mostrar as relações e as formas de trabalho que permitiram, durante anos, a produção de riqueza para alguns em detrimento da pobreza e miséria para a classe trabalhadora. De forma mais específica, pretendo revelar os mecanismos adotados no processo de exploração da força de trabalho na produção do carvão. Mostrar também que o surgimento e o desenvolvimento da atividade carvoeira na região e em Goianésia esteve, inexoravelmente, atrelada à políticas e interesses externos a região.

Na intenção de explorar com mais afinco as possibilidades de explicação dos instrumentos que possibilitaram, de forma cada vez mais intensa, a exploração do trabalho nas carvoarias de Goianésia, elaboramos duas hipóteses centrais: I) A primeira considera que produção de carvão vegetal no município de Goianésia do Pará está sujeita às oscilações do mercado mundial, uma vez que se constitui como economia de enclave atrelada diretamente à demanda de ferro-gusa para produção de aço por parte das grandes empresas nos países centrais e, portanto, reflexo direto da dinâmica minerária mínerometalúrgica da parte Oriental da Amazônia brasileira II) a segunda hipótese considera que a dinâmica do desenvolvimento de Goianésia, durante um determinado período de sua história, esteve fortemente condicionada pela exploração intensiva, que constitui o trabalho precarizado no processo produtivo do carvão. Isso, por sua vez, acarretou um crescimento econômico efêmero e fugaz nesse território, cujas consequências, a curto e médio prazo, foram desastrosas para a economia local, na medida em que, passado o ciclo do carvão, esse município entrou numa grave crise econômica, em que os desdobramentos foram mais danosos para a classe trabalhadora, tendo em vista que todos os empregos gerados, diretos e indiretamente pela produção de carvão, desapareceram, deixando uma grande massa de força de trabalho sem emprego. É importante frisar que as hipóteses não são certezas explicativas a respeito do

fenômeno observado, mas sim, uma “suposição que se faz na tentativa de explicar o que se desconhece. No entanto, sendo provisória e fruto da experiência acumulada do pesquisador em relação ao tema pesquisado, deve ser testada para assim se verificar a sua validade” (SANTOS, 2015, p. 21).

No decorrer da pesquisa foram sendo incorporados outros elementos às hipóteses principais, tais como: que a abundância de recursos florestais, bem como a conivência do Estado brasileiro com os interesses do Grande Capital - refletidos na tímida atuação dos órgãos de fiscalização e repressão, como Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMMA), o Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Ministério Público (MP) - foram também elementos importantes para a reprodução da cadeia produtiva carvão/ferro-gusa/aço.

Nesse contexto, foi necessário elaborar um construto teórico eficiente para captar as inter-relações das diversas questões relacionadas à exploração do trabalho na produção do carvão. Foi crucial compreender o papel do Estado brasileiro na construção de uma política mineral direcionada para a Amazônia Oriental que, gradualmente, se viu cada vez mais afinada com o grande capital externo ligado ao setor minerário. Para isso, fez-se necessário refletir sobre o conceito de Estado (POULANTZAS, 1977); sobre a dependência dos países emergentes; bem como as economias de enclave; desenvolvimentismo e desenvolvimento regional e local (CARDOSO e FALETTO, 2008; FERNANDES, 1975; MONTEIRO, 2005; CONGILIO, 2015). Tais análises oferecem elementos que permitem entendermos a lógica da política do Governo Federal para a Amazônia.

Para analisar o surgimento e o desenvolvimento do setor carvoeiro no sudeste paraense, em particular no município de Goianésia, fez-se necessário analisar o processo de implantação do Programa Grande Carajás (HALL, 1991; PINTO, 1982; HÉBETTE, 2004; COELHO; 2014) e o processo de implantação do Distrito Industrial de Marabá (MONTEIRO, 2005; SANTOS 2015; SANTOS e ASSIS, 2015). Tais empreendimentos, configurando-se como enclaves econômicos no território amazônico, são determinados por interesses macroeconômicos externos.

Muitos estudiosos defendem a tese de que a crise financeira americana (que se tornou mundial em 2008) foi uma crise do sistema capitalista vigente (SILVA, 2013; FARHI, 2009; PIRES, 2013) com consequências diretas no mercado de gusa, implicando na paralisação por completo do DIM e da atividade carvoeira. Essa questão ilustra o quanto a economia das regiões periféricas do planeta é sensível às demandas e aos interesses externos, principalmente

no setor das *commodities* (ASSIS e CARNEIRO, 2012; RAMALHO e CARNEIRO, 2015; CARNEIRO, 2015).

Analisar esses diversos fatores, que determinaram o desenvolvimento e a decadência do setor carvoeiro em Goianésia, possibilitou-nos compreender que os fenômenos não ocorrem desconectados e descontextualizados de processos externos, internos, de interesses macroeconômicos e de políticas de Estado e este em parceria com o Grande Capital.

Ao longo da história, na constituição do Brasil como Estado-Nação, este país foi forjado no contexto de formação da chamada economia-mundo (WALLERTEIN, 1990; FERNANDES, 1975), produzindo riquezas graças à degradação e à exploração do trabalho, a princípio, pela escravização da força de trabalho indígena e negra (JÚNIOR, 2011; RIBEIRO, 1995; FIALHO NASCIMENTO, 2010). Nessa perspectiva, analisamos a expansão do capital e da força de trabalho na Amazônia Oriental a partir de 1970 e suas implicações na rede urbana regional (CONGÍLIO, 2015; FIALHO NASCIMENTO, 2010; EMMI, 1999; JÚNIOR E ROCHA, 2002; ROCHA, 2013; HÉBETTE, 2004; HALL, 1991). E, por último, desenvolvemos uma investigação a respeito da exploração do trabalho no processo produtivo do carvão, bem como, os mecanismos que possibilitaram a intensificação do trabalho precarizado nas carvoarias de Goianésia.

A metodologia da pesquisa utilizada neste trabalho está fortemente ancorada na pesquisa qualitativa e à técnica de pesquisa observação-participante com a utilização de entrevistas não estruturadas ou depoimentos. Na análise de dados, as técnicas qualitativas permitem verificar os resultados dos questionários e ampliar as relações descobertas. No planejamento do estudo, a utilização de um questionário prévio no momento da observação ou entrevista contribuiu muito para delimitar o problema investigado e a informação coletada, permitindo identificar casos representativos.

Outras abordagens metodológicas também utilizadas ao longo da análise, como o método quantitativo, por exemplo, cuja função é de grande valia para a coleta e a sistematização de dados, funcionando como instrumento de auxílio na comprovação ou na negação de fatos relevantes de investigação e, por isso, trouxemos dados empíricos constituídos por gráficos, tabelas, fluxogramas, entre outros. Na análise de informações, as técnicas estatísticas contribuíram para verificar dados e reinterpretar observações qualitativas, permitindo conclusões mais objetivas. A escolha das técnicas de coleta de dados está intimamente relacionada com os propósitos e o objeto de estudo assim como as técnicas envolvendo perguntas.

Em Goianésia, a atividade carvoeira emergiu e desenvolveu-se atrelada a uma série de condicionantes, tais como: a demanda internacional do mercado de gusa e aço e, fundamentalmente, o funcionamento do Distrito Industrial de Marabá (DIM) - principal consumidor do carvão produzido em Goianésia e região.

A pesquisa qualitativa é a forma de abordagem que foi aplicada aos atores da realidade material a ser pesquisada, visto que é um instrumento no qual “o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais dessa abordagem (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20)”.

A importância da abordagem qualitativa, como parte importante da investigação científica, explica-se pela relevância que esta atribui aos processos sociais em detrimento da estrutura social buscando, sempre, entender em que contexto o fenômeno ocorreu para melhor compreensão do mesmo. Dentro dessa perspectiva, os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico - fatores de grande relevância para a pesquisa social.

No entanto, não é possível, no processo de investigação científica, abrir mão da abordagem quantitativa, pois é um instrumento que permite ver e analisar variantes que corroboram com o trabalho. Assim, “combinar técnicas quantitativas e qualitativas torna uma pesquisa mais forte e reduz os problemas de adoção exclusiva de um desses grupos; por outro lado, a omissão no emprego de métodos qualitativos, empobrece a visão do pesquisador quanto ao contexto em que ocorre o fenômeno” (NEVES, 1996, p. 2).

Uma análise mais integrada e completa do fenômeno só é possível a partir de métodos quantitativos e qualitativos que, por sua vez, serão aplicados gradualmente no decorrer do trabalho de investigação. Isso irá possibilitar maior concretude da pesquisa, além de observação e captação do objeto de pesquisa a partir de diversos ângulos.

Utilizamos elementos do *Materialismo Histórico Dialético* para olhar e ler a realidade social de forma integrada com a teoria e a com a prática, interpretando a vida no seu processo de fluidez, na inter-relação de fenômenos. Como base nessa discussão, Yamauti (2006, p. 245) destaca:

Porque em oposição à metafísica, a dialética não considera a natureza como algo quieto e imóvel, parado e imutável, mas como sujeito à perene movimento e a mudança consoante, renovando-se e desenvolvendo-se incessantemente, onde há sempre alguma coisa que nasce e se desenvolve, morre e caduca. Por isso, o método dialético exige que se examinem os fenômenos, não só do ponto de vista de suas relações mútuas e de seu mútuo condicionamento, mas também do ponto de vista de seu movimento, de suas transformações e de seu desenvolvimento, do ponto de vista de seu nascimento e de sua morte.

Olhar o objeto, neste contexto, a partir da concepção dialética é ter como foco o movimento do fenômeno e concebê-lo como algo dinâmico e transitório; é compreender que os fenômenos que compõem a realidade se movem a todo instante e que as mudanças são inerentes à realidade social concreta. Portanto, ação, interação e contradição são pressupostos fundamentais que caracterizam a dialética marxista que, por sua vez, capta a realidade social como um “devir”, criando possibilidades de transformação e ingerência sobre os fenômenos sociais.

Pensando nessas reflexões, um dos procedimentos metodológicos realizados nessa pesquisa foi as entrevistas semiestruturadas, onde o entrevistado discursa livremente a partir de uma pergunta chave feita pelo entrevistador. Esse procedimento foi aplicado à vinte de duas pessoas (22), dentre eles, dois (2) gestores públicos municipais e um (1) representante da classe empresarial dos produtores de Gusa de Marabá (SINDIFERPA). Entrevistamos também um (1) representante do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Marabá (SIMETAL), cinco (5) ex-donos de carvoarias, oito (8) ex-funcionários de carvoeiras, um (1) trabalhador que ainda sobrevive da produção de carvão, um (1) morador pioneiro de Goianésia, um (1) ex-comprador de carvão que fazia o intercâmbio entre as siderúrgicas e produtores de carvão (carvoeiro), 1 (um) ex-gerente de loja de autopeças e um (1) ex-gerente de carvoaria.

Para preservar as identidades, as entrevistas e depoimentos são referidos com nomes fictícios.

Este trabalho é composto por seis partes: a introdução, de forma breve, apresenta alguns elementos da pesquisa, os objetivos, as hipóteses, categorias teóricas e os aspectos metodológicos. No capítulo primeiro, apresenta-se o *lócus* da pesquisa com suas variáveis econômicas, sociais, demográficas e históricas. No capítulo segundo, discute-se a constituição do Programa Grande Carajás (PGC) e do Distrito Industrial de Marabá (DIM), que foram fatores determinantes para o surgimento e o desenvolvimento da atividade carvoeira em Goianésia. No terceiro capítulo, são analisados os elementos que levaram à crise do Distrito Industrial de Marabá e os reflexos desse acontecimento na decadência da atividade carvoeira em Goianésia. O quarto capítulo, discute o trabalho de forma mais abrangente, expandindo a análise para várias direções, mas que, no fim, convergem para uma só: i) conceituando trabalho ii) o papel do Estado capitalista burguês no processo de conformação do trabalho; os reflexos disso na estruturação e arregimentação do trabalho escravo indígena e negra no

Brasil; iii) A expansão do capital e da força de trabalho na Amazônia Oriental, a partir de 1970, com ênfase na valorização da política de exploração mineral e suas implicações na reestruturação da rede urbana regional, analisando as economias de enclave como produto da internacionalização do grande capital. O quinto capítulo analisa a dinâmica do processo produtivo do carvão e suas implicações socioeconômicas e na exploração do trabalho no município de Goianésia. Nas considerações finais, são expostos os resultados do trabalho, retomando alguns elementos das hipóteses que foram importantes para a reflexão em torno da pesquisa.

2. CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL, DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA

O capitalismo combate e aniquila em todas as partes a economia natural, a produção para o consumo, a combinação da agricultura com o artesanato. Necessita impor a economia de mercado para dar saída à sua própria mais-valia. A produção de mercadorias é a forma geral que o capitalismo possui para se desenvolver (LUXEMBURGO, 1985, p. 349).

A Amazônia oriental brasileira, especificamente o sudeste paraense, tem sido palco de grandes transformações, iniciadas com a introdução de grandes projetos de mineração, como o Programa Grande Carajás (PGC), a partir da década de 1980. Essas transformações incentivaram a implantação de um grande número de indústrias siderúrgicas para produção de ferro-gusa, desenvolvendo-se, a partir daí, as atividades de carvoarias, com intuito de produzir carvão para as guseiras (indústrias siderúrgicas responsáveis pelo beneficiamento do minério de ferro em ferro-gusa), causando, nessa parte da Amazônia brasileira, dinâmicas socioculturais e territoriais significativas principalmente no que tange ao meio ambiente, às relações sociais e econômicas de produção, à cultura e, fundamentalmente, à exploração do trabalho. Com ênfase nisso, Congilio (2012, p. 3) afirma:

Refletir sobre o aço na cadeia produtiva, composta pela mineração de lavras e pelo carvão vegetal, significa não apenas analisar a grande devastação ambiental e sociopolítica na região amazônica, mas, especialmente, as relações de trabalho e as diversas tecnologias, quando se considera a ocupação empresarial em larga escala numa região que passa rapidamente de uma predominância rural de trabalho agrícola familiar para o trabalho por contrato, subcontrato e outras formas empregadas pelas empresas (terceirizadas ou não).

Dessa forma, pensar em um espaço, que foi atingido diretamente por grandes transformações em um curto período de tempo, requer consideração às variantes e aos condicionantes que permitem compreender a totalidade da realidade, principalmente a do sudeste paraense, afetado diretamente pelos megaempreendimentos das grandes firmas ligadas ao setor de mineração.

Na cadeia produtiva do aço, que incluem e envolvem diretamente vários municípios paraenses, tem ocorrido uma intensa propagação da atividade carvoeira, implicando em impactos territoriais e sociais relacionados ao modo de vida, à desagregação de formas

produtivas tradicionais, precarização e exploração do trabalho e, também, forte pressão sobre a vegetação nativa. Sobre esta última, foi pensada alternativas no sentido de continuar a produzir carvão sem impactar (desmatar) a vegetação primária. Assim, às chamadas reservas industriais de floresta (plantio de eucalipto) foi vista como solução desse processo cujo objetivo seria liquidar, senão amenizar, as mazelas ambientais e sociais, principalmente as ligadas à exploração do trabalho derivadas das atividades carvoeiras. Sobre essa questão, Conglío (2012, p. 4) faz os seguintes esclarecimentos:

Não é por acaso que a população local chama os eucaliptais de “cemitérios verdes”. Rodando-se de carro por quilômetros de estradas beiradas por plantações de eucaliptos onde antes existia floresta amazônica, não se vê uma única ave ou outra espécie de animal viva, a não ser os homens que as manejam e a segurança privada em armas de aço. Adentrando-se nas plantações, vê-se trabalhadores que vivem em condições sub-humanas, dormindo em barracões sem água limpa, manejando produtos agrotóxicos sem equipamentos de segurança, precarizados nos direitos trabalhistas. Não nos esqueçamos: este é o chamado processo legal de extração do carvão.

Nota-se que as alternativas criadas para solucionar o problema do uso da mata nativa para obtenção de carvão acabam acarretando graves consequências ambientais e sociais nos locais onde são adotadas essas medidas, levando-nos a afirmar que o processo de produção de carvão é impactante e sua existência só é possível graças a uma série de irregularidades, contando, na maioria dos casos, com a conivência do Estado em suas esferas municipal, estadual e federal.

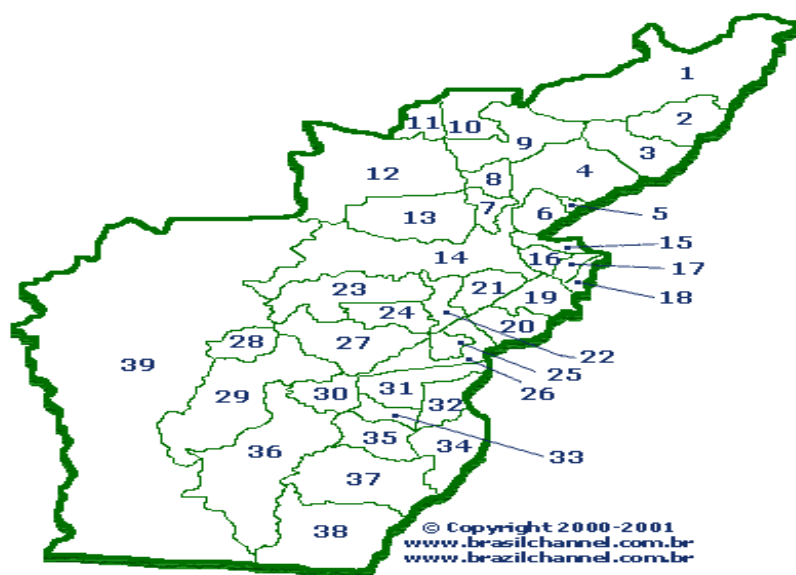
O município de Goianésia do Pará (PA), localizado no sudeste paraense, está inserido nesse contexto pela relação direta que exerce com as empresas siderúrgicas, destacando-se como um importante produtor de carvão vegetal, sofrendo assim todos os efeitos e dinâmicas que a atividade de produção de carvão tem causado e vem causando nessa região.

2.1 Goianésia do Pará: localização geográfica

O sudeste do Pará é definido como uma das seis mesorregiões do estado do Pará que, por sua vez, é formada por sete microrregiões: Conceição do Araguaia, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, São Felix do Xingu e Tucuruí.

Goianésia do Pará pertence à microrregião de Paragominas, constituída por mais seis municípios paraenses, são eles: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Dom Eliseu, Paragominas, Rondon do Pará e Ulionópolis.

MAPA 1: Municípios das sete Microrregiões do Sudeste do Pará



Municípios por Microrregiões:

Microrregião Tucuruí

- | | | |
|-------------------|------------------------|----------------------|
| 10 - Breu Branco | 13 - Itupiranga | 08 - Jacundá |
| 07 - Nova Ipixuna | 12 - Novo Repartimento | 11 - T <u>ucuruí</u> |

Microrregião Paragominas

- | | | |
|------------------------|-----------------------------|---------------------|
| 05 - Abel Figueiredo | 06 - Bom Jesus do Tocantins | 03 - Dom Eliseu |
| 09 - Goianésia do Pará | 01 - Paragominas | 04 - Rondon do Pará |
| 02 - Ulianópolis | | |

Microrregião São Félix do Xingu

- | | | |
|-------------------------|----------------------|--------------------------|
| 30 - Bannach | 36 - Cumaru do Norte | 29 - Ourilândia do Norte |
| 39 - São Félix do Xingu | 28 - Tucumã | |

Microrregião Parauapebas

- | | | |
|---------------------------|-------------------------|-------------------|
| 27 - Água Azul do Norte | 24 - Canaã dos Carajás | 22 - Curionópolis |
| 21 - Eldorado dos Carajás | 23 - <u>Parauapebas</u> | |

Microrregião Marabá

- | | | |
|--------------------------------------|---------------------------|------------------------|
| 17 - <u>Brejo Grande do Araguaia</u> | 14 - <u>Marabá</u> | 18 - Palestina do Pará |
| 16 - São Domingos do Araguaia | 15 - São João do Araguaia | |

Microrregião Redenção

- | | | |
|-----------------|------------------------------|----------------------|
| 33 - Pau D'Arco | 20 - Piçarra | 35 - <u>Redenção</u> |
| 31 - Rio Maria | 19 - São Geraldo do Araguaia | 25 - Sapucaia |
| 26 - Xinguara | | |

Microrregião Conceição do Araguaia

- | | | |
|-----------------------------------|---------------------------|--------------------------------|
| 34 - <u>Conceição do Araguaia</u> | 32 - Floresta do Araguaia | 37 - Santa Maria das Barreiras |
| 38 - Santana do Araguaia | | |

Fonte: Municípios - BrasilChannel, 2016²

O município de Goianésia foi criado em 13 de dezembro de 1991, a partir da área territorial desmembrada dos municípios de Rondon do Pará, Jacundá, Mojú e Tucuruí. A origem desse município mistura-se com a dinâmica imposta à parte oriental da Amazônia

² <http://int.search.myway.com>

Brasileira, a partir de 1970, tendo como necessidade a incorporação da região amazônica ao processo geral de expansão capitalista.

2.2 Crescimento demográfico de Goianésia no contexto da construção da Hidrelétrica de Tucuruí

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), a maior usina hidrelétrica do planeta, construída em uma área de floresta tropical úmida, trouxe uma gama de modificações, principalmente o crescimento demográfico regional, contribuindo para escrever uma nova página na história do chamado “desenvolvimento regional”, estrategicamente pensado e articulado pelo governo militar brasileiro em parceria com o Grande Capital.

A UHT, como parte integrante de funcionamento do PGC, serviu, a princípio, como imã de atração de força de trabalho para a parte oriental da Amazônia brasileira (microrregião de Tucuruí), pois sua construção ensejou a mobilização de grande quantidade de trabalhadores de outras regiões do país à procura de oportunidades de trabalho. Segundo Junior, Rocha (2002, p. 36):

O afluxo populacional, ligado à obra - barrageiros e peões da obra – que foram atraídos pelas oportunidades de trabalho no mercado de trabalho formal e informal que se constitui, ensejou o desenvolvimento, na cidade de Tucuruí, de formas e dinâmicas espaciais advindas do impacto que o grande projeto ocasionou e pelo elevado crescimento populacional que passou a se verificar.

O crescimento demográfico, impulsionado pela construção da obra da UHT, desenhou uma realidade totalmente adversa da outrora existente. Segundo Júnior e Rocha (2002, p. 36), “a estrutura urbana do núcleo preexistente, incapaz de acolher o surto populacional, levou à reprodução de condições de vida a níveis baixíssimos, acompanhados de todas as mazelas sociais: pobreza, prostituição e violência”.

A intervenção da UHT no processo de formação de uma nova força de trabalho regional, redefinida a partir das diretrizes das políticas de Estado do governo brasileiro e do grande capital, a partir de 1970, está direcionada a uma reconfiguração do espaço urbano-local e regional, como salienta Júnior e Rocha (2002, p. 35, 36):

A criação da infraestrutura urbana, suporte da UHT, ocorreu com uma produção programada e diferenciada no tempo, que acompanhou as necessidades e etapas do processo de construção da obra: os acampamentos, as Vilas Temporárias e a Vila Permanente, foram construídos entre 1973 e 1985, período de construção da obra. Ao final da construção e no início do processo de funcionamento da usina, dado que

requereram número reduzido de força de trabalho para sua operacionalização, parte substancial da infraestrutura fora desativada e aos poucos desconstruída pela Eletronorte. Nesse processo, o núcleo urbano preexistente no espaço de intervenção, a cidade de Tucuruí, serviu de apoio inicial para o empreendimento até que as vilas temporárias e a *company town*, Vila Permanente da Eletronorte, fossem implantadas.

As construções dos núcleos urbanos planejados também se configuraram como instrumentos importantes para a formação desse momento em que a Amazônia Oriental brasileira estava passando, principalmente no tocante à constituição de uma nova força de trabalho não mais atrelada, essencialmente, ao extrativismo (como foi o caso da borracha e da castanha), como ocorria no passado, mas ao trabalho voltado à construção de grandes empreendimentos, mineração, indústria madeireira, carvoaria e agropecuária.

O aumento populacional regional, em parte, foi previsto pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE) - empresa responsável pela obra - obrigando-a a rever urgentemente seus projetos de habitação e moradia para esses milhares de trabalhadores que chegavam a todo instante. Júnior e Rocha (2002, p. 39) esclarecem que:

A vila permanente foi construída com vistas a abrigar 22 mil habitantes. A Vila Temporária I compreendida uma área de 71 hectares para atender aos segmentos operários, previstos em torno de 10 mil pessoas. Essa previsão, no entanto, não foi suficiente, pois o número de trabalhadores e de seus familiares acabou sendo superior, resultando na necessidade de construção da Vila Temporária II para abrigar o excedente de aproximadamente 15 mil pessoas, entre empregados e dependentes. Na verdade, o excedente ainda fora subestimado, uma vez que a população dos núcleos atingiu cerca de 55 mil habitantes, contrariando a estimativa de 45.459 habitantes.

A formação de uma grande reserva de força de trabalho é vital para estruturação e funcionamento dos grandes projetos instalados na região amazônica. Essa problemática manifesta-se não somente na construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, mas em todos os grandes projetos e etapas do PGC, corroborando com as teses de Karl Marx a respeito do trabalho como o principal gerador de riquezas, a exploração trabalhista configura-se na maior produção de mais-valia e acumulação de capitais pelos proprietários dos meios de produção. Desse modo, “a acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua.” (MARX, 2013, p.857).

Assim, municípios incharam demograficamente por conta do processo de implantação do Programa Grande Carajás (PGC), especificamente durante a Construção da Usina

Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) – um dos grandes projetos que compunha o PGC. Nesse contexto:

Surgem então, a partir de 1981/82 novos núcleos populacionais sendo ao longo das rodovias entroncamentos como Breu Branco, Nova Ipixuna e Novo Repartimento ou na periferia de rodovias existentes e aglomeradas já dotadas de alguma infraestrutura, uma vez que essas foram também formas urbanas bastante difundidas nesse período dos grandes projetos, onde à maioria desses povoamentos surgiam as margens das estradas, postos de gasolina ou canteiro de obras rodoviárias, onde em meio ao surgimento de vários municípios pode-se dar o exemplo de Goianésia do Pará que teve seu povoamento acentuado com a construção da PA – 150, construída com a finalidade de ligar a capital do Estado ao sul do Pará, oportunizando ainda o escoamento dos produtos para outras regiões brasileiras. (AMATCARAJÁS, 2016)³.

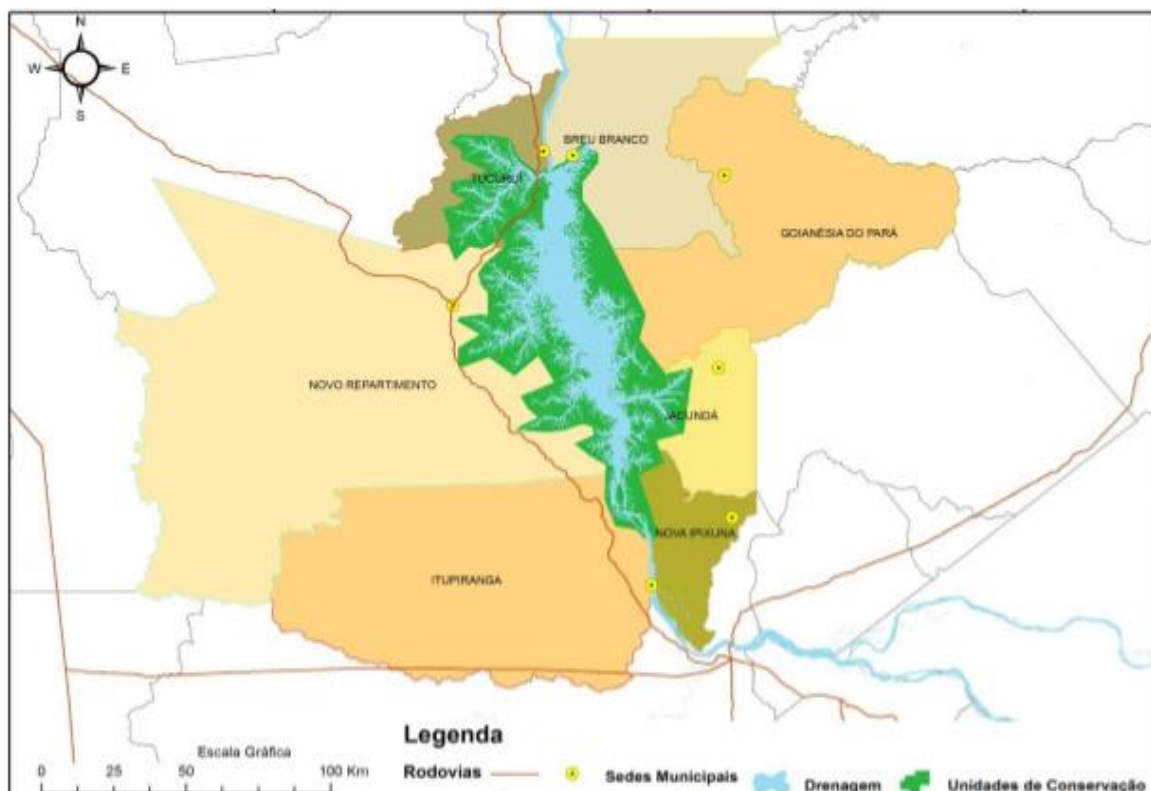
Com a construção da UHT e, conseqüentemente, o represamento do rio Tocantins, formando o imenso reservatório hidráulico de Tucuruí, popularmente chamado de Lago de Tucuruí, Goianésia, além de pertencer a já citada microrregião de Paragominas, passa a integrar a um grupo de municípios que foram atingidos e impactados diretamente pelo imenso lago do reservatório hidráulico - chamado de Região de Integração do Lago de Tucuruí (RILT):

A Região de Integração do Lago de Tucuruí (RILT) está situada no sudeste do Estado do Pará, uma “região de reestruturação socioeconômica e ambiental recente” (Pará Rural, 2013, pg. 32). Com área de 39.937 Km² o que significa 3,2% do território estadual. Trata-se de uma região majoritariamente urbana, composta pelos municípios de Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí. (SOARES e QUARESMA, 2015, p. 1).

O critério adotado nesse processo de regionalização é o de similaridade de características históricas, sociais e econômicas que estes territórios apresentam, especialmente no que tange aos impactos causados em suas áreas – derivado da construção da Hidrelétrica de Tucuruí - sofrendo todas as formas possíveis de mudanças (ambientais, culturais, territoriais, sociais, econômicas e demográficas) produzidas por dinâmicas novas impostas por um grande empreendimento energético.

³ <http://www.amatcarajas.org.br/index.php>

Mapa 2: Mapa de localização da Região de Integração Lago de Tucuruí



Fonte: SOARES; QUARESMA, 2015. p. 5.

Esse vasto território compreende a Região de Integração do Lago de Tucuruí (RILT) e “abriga uma população de 359.445 habitantes e uma densidade demográfica de 8,11 habitantes por quilômetros quadrados. No contexto demográfico do estado do Pará, a Região de Integração do Lago de Tucuruí é a 9ª região em número de população” (IBGE, 2010).

Homologada a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, a partir de meados da década de 1970, pelo governo militar, a região do entorno do lago de Tucuruí passou por uma vertiginosa re-configuração territorial e demográfica, como bem explica Rocha (2015, p. 7):

Demograficamente houve mudança no tamanho, no ritmo de crescimento, na distribuição espacial e na estrutura da população. Em 1970, 17.486 habitantes viviam na região. Dados de 2010 atestam uma mudança de mais de 350% do aporte demográfico. A Tabela 2 sintetiza os dados da população residente na região e sua evolução ao longo do período entre 1970 e 2010. O Município de Tucuruí é o mais populoso, concentrando aproximadamente 25% da população total. Os municípios de Jacundá e de Novo Repartimento tem população superior a cinquenta mil habitantes. No Censo Demográfico de 2010, o município de Breu Branco (52.497) superou o tamanho da população de Itupiranga (51.258). Nova Ipixuna é o município menos populoso, concentrando apenas 14.645 habitantes.

Tabela 1: população residente por situação (rural e urbana) no período entre 1970, 1980, 1991, 1996, 2000 e 2010.

Municípios	População residente por situação (rural e urbana) no período entre 1970, 1980, 1991, 1996, 2000 e 2010.						
	Situação Domiciliar	Anos					
		1970	1980	1991	1996	2000	2010
Lago Tucuruí	Urbana	7.617	30.396	76.526	114.242	161.751	244.788
	Rural	9.869	61.236	85.120	92.898	111.062	114.657
	Total	17.486	91.634	161.646	207.140	272.813	359.445
Breu Branco	Urbana	-	-	-	9.491	15.952	29.303
	Rural	-	-	-	10.732	16.494	23.194
	Total	-	-	-	20.223	32.446	52.497
Goianésia do Pará	Urbana	-	-	-	10.857	14.878	21.083
	Rural	-	-	-	10.025	7.807	9.354
	Total	-	-	-	20.882	22.685	30.437
Itupiranga	Urbana	1.447	2.804	8.431	10.109	14.754	20.478
	Rural	3.899	12.847	28.580	27.662	34.901	30.780
	Total	5.346	15.651	37.011	37.771	49.655	51.258
Jacundá	Urbana	542	286	22.081	25.973	34.518	45.702
	Rural	1.677	14.574	20.931	13.553	6.028	5.873
	Total	2.219	14.860	43.012	39.526	40.546	51.375
Nova Ipixuna	Urbana	-	-	-	-	5.207	7.724
	Rural	-	-	-	-	6.659	6.921
	Total	-	-	-	-	11.866	14.645
Novo Repartimento	Urbana	-	-	-	9.840	15.524	28.065
	Rural	-	-	-	20.219	26.293	34.059
	Total	-	-	-	30.059	41.817	62.124
Tucuruí	Urbana	5.628	27.308	46.014	47.972	60.918	92.433
	Rural	4.293	33.815	35.809	10.707	12.880	4.876
	Total	9.921	61.123	81.823	58.679	73.798	97.109

Fonte: ROCHA, 2015, p. 6

Nos dados mostrados, um fato importante a ser destacado é o que Rocha (2015, p. 9) enfatiza sobre os índices crescentes da população urbana, nas últimas décadas, nos municípios que integram a Região do Lago de Tucuruí:

Na última década, as taxas de crescimento populacional urbano foram positivas em todos os municípios integrantes da região do Lago de Tucuruí. Em geral, pode-se reafirmar a tendência de concentração populacional urbana. Todos os municípios integrantes da região apresentam tendências de êxodo rural e de acentuada urbanização. Breu Branco, Nova Ipixuna e Novo Repartimento tem destaque ainda por apresentar ritmo de crescimento urbano superior a 5% ao ano. Esse fato também tem importância fundamental. Dos municípios integrantes da região do Lago de Tucuruí, cinco apresentam taxa de urbanização superior a 50%. As taxas de urbanização de Tucuruí (95,70), Jacundá (92,11), Goianésia do Pará (68,43) são representativas.

Com essas elevadas taxas de crescimento populacional atreladas ao desinteresse do poder público em políticas que viabilizassem melhorias na qualidade de vida das pessoas, houve uma pressão sobre os já precários serviços de infraestrutura, disseminando, com isso, a criminalidade, a prostituição e a periferização dos moradores, assim como a escassez de serviços, como coletas de lixos e esgotos e a falta de serviços essenciais como escolas e hospitais.

No município de Goianésia do Pará as taxas de crescimento demográfico seguem a mesma dinâmica. O referido município foi emancipado e torna-se unidade autônoma apenas em 1991 e, por isso, inexistem dados estatísticos anteriores a essa data. Em 1996, quando começa o levantamento estatístico oficial nesse município, a população urbana de 10.857 habitantes salta, no ano 2000, para 14.878 habitantes, tendo um crescimento de aproximadamente 40% em quatro anos, apresentando uma taxa média de crescimento populacional de 10% ao ano. Já no ano de 2010, a população urbana saltou para 21.083, demonstrando que esse município sempre apresenta taxas expressivas de crescimento de população urbana (ver Tabela 1).

Porém, a população rural desse município, diferentemente da urbana, apresentou oscilações nesse mesmo período. Em 1996, o número de habitantes na zona rural era de 10.025 diminuindo para 7.087, no ano 2000. Constata-se, portanto, um ligeiro aumento no ano de 2010, quando passou para 9.354 (ver tabela 1).

Essa diminuição de quase 30% da população rural de Goianésia, entre os períodos de 1996 a 2010, contrapõe-se ao aumento significativo da população urbana nesse mesmo período (40% aproximadamente). Isso é explicado, em grande medida, pelo latifúndio que, assim como em outras regiões do Brasil, atinge grande parte da região amazônica, principalmente as áreas próximas a grandes empreendimentos, como é o caso de Goianésia.

Os interesses das elites locais por grandes extensões de terras (fazendeiros e madeireiros principalmente) eram explicados pelo alto valor comercial que essas propriedades tinham devido à concentração de madeira contidas nessas áreas como também pelas potencialidades em abrigar quantidade significativa de rebanho bovino. A compra dos pequenos lotes por fazendeiros e madeireiros, a grilagem de terras, a expulsão de agricultores sob coação e intimidação foram ingredientes que culminaram no processo de expulsão de trabalhadores do campo para a cidade, contribuindo para o aumento da população urbana desse município. Dessa forma, foi aumentando o número de famílias amontoadas em áreas periféricas do núcleo urbano, ficando suscetíveis à exploração em atividades diversas, como a

atividade madeireira e carvoeira. É o que descreve um antigo morador do município de Goianésia:

Eu vim do Piauí pra essas bandas do Pará em 1980, vim direto pra Tucuruí, quando cheguei aqui em Goianésia (antes um povoadozinho) meu dinheiro acabou, aí fiquei por aqui pra vê se arrumava algum emprego, fui ficando, ficando e aí tô aqui até hoje. No início, quando cheguei pra cá, eu e outros parceiros meus fomos vê se a gente conseguia um pedaço de terra pra gente trabalhar, porque lá no Piauí eu mexia com roça, a gente se instalou em uma área aqui perto e ficamos lá nesse pedaço de terra durante 5 anos, aí num belo dia chegou lá onde nós tava uns cinco pistoleiros dizendo que era pra gente sair da terra porque ela tinha dono e a gente tava invadindo a propriedade alheia. Fui obrigado a sair rapidamente, eu e minha veia, saía ou morria era a escolha. Aí vim aqui pra rua (cidade), fui trabalhar no que aparecia principalmente em serraria, era o que tinha na época. Depois ainda trabalhei em fazenda roçando juquirá e também em carvoeira. (JOSÉ RAIMUNDO, 65 ANOS, entrevista concedida em 5 de julho 2016).

A força de trabalho, mobilizada pelos grandes projetos, especialmente os da construção da UHT, foi submetida às experiências traumáticas tanto no que se refere à luta pela terra como em outras atividades de caráter extrativistas, como é o caso madeireiros e carvoeiros. Toda essa dinâmica imposta pela implantação de um grande projeto energético, como o caso de Tucuruí, irá determinar, de forma significativa, a ocupação das áreas urbana e rural do território de Goianésia:

A ocupação da área de Goianésia iniciou-se na década de 1970 com o advento das obras da Hidroelétrica de Tucuruí. A ocupação desse território – hoje município de Goianésia do Pará - beneficiou-se da necessidade da construção dos linhões de transmissão que levariam energia à Marabá e às minas de ferro da Serra dos Carajás, e das estradas que dariam suporte logístico tanto para a construção, como para a manutenção da rede elétrica e ligação rodoviária de Tucuruí com o restante do território nacional. (CAMARA MUNICIPAL)⁴.

Toda essa dinâmica demográfica combinada com as atividades econômicas que se desenvolveram nesse território (madeireira, a criação de gado e a produção de carvão), paralelamente à construção da Hidrelétrica de Tucuruí, exerceram papel importante no direcionamento da geração de trabalhos e empregos em condições precárias.

⁴ <http://www.goianesiadopara.pa.leg.br/institucional/historia>

2.3 As atividades econômicas que se desenvolveram até os dias atuais

A atividade madeireira em Goianésia exerceu, durante aproximadamente uma década e meia, posição central na geração de emprego nesse município. Essa atividade, devido ao grande número de empregos gerados, diretos e indiretamente, chegou a ser considerada o motor da economia local e era impensável (pelo menos para alguns) conceber o chamado “desenvolvimento local” sem o funcionamento desse setor. Para termos noção da importância econômica que o setor madeireiro teve para o município, é importante observar a quantidade e valor dos produtos de extração vegetal explorados de 1997 a 2011 (ver tabelas 2, 3 e 4).

Tabela 2: Quantidade e valor dos produtos de Extração Vegetal 1997-2001

Produtos	Quantidade Produzida (t)					Valor (mil reais)				
	1997	1998	1999	2000	2001	1997	1998	1999	2000	2001
ALIMENTÍCIOS										
Castanha do Pará	18	17	2	16	14	9	8	9	8	8
MADEIRAS										
Carvão Vegetal	76	80	80	85	90	8	8	6	9	9
Lenha (m ³)	6.500	7.000	7.000	7.000	6.500	10	10	7	28	65
Madeira em Tora (m ³)	38.000	40.000	50.000	100.000	130.000	380	400	750	2.000	2.600

Fonte: IDESP, 2013. p. 34

Tabela 3: Quantidade e valor dos produtos de Extração Vegetal 2002-2006

Produtos	Quantidade Produzida (t)					Valor (mil reais)				
	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006
ALIMENTÍCIOS										
Castanha do Pará	13	14	14	14	13	8	1.104	13	12	12
MADEIRAS										
Carvão Vegetal	12.240	12.230	511	500	500	1.836	2.079	97	125	150
Lenha (m ³)	7.000	6.500	6.300	6.000	6.100	28	28	28	29	31
Madeira em Tora (m ³)	140.000	139.500	145.000	140.000	38.000	4.900	5.301	6.525	6.720	1.824

Fonte: IDESP. 2013. p.34

Tabela 4: Quantidade e valor dos produtos de Extração Vegetal 2007-2011

Produtos	Quantidade Produzida (t)					Valor (mil reais)				
	2007	2008	2009	2010	2011	2007	2008	2009	2010	2011
ALIMENTÍCIOS										
Castanha do Pará	14	15	15	15	16	14	15	17	18	32
MADEIRAS										
Carvão Vegetal	550	350	350	330	344	385	350	350	429	103
Lenha (m ³)	6.200	5.000	5.000	5.000	5.220	34	40	40	40	63
Madeira em Tora (m ³)	45.000	30.000	25.000	23.000	24.850	3.150	2.700	2.750	4.140	5.467

Fonte: IDESP. 2013. p.34

A atividade madeireira em Goianésia desponta desde o processo de sua constituição, a partir da década 1990. Em 1997, foram extraídos cerca de 38.000 m³ de madeira. No ano seguinte, 1998, foram 40.000m³ e, em 1999, 50.000m³ de madeira em tora foram tirados do território deste município (ver Tabela 2).

Embora esses números sejam consideráveis, eles não representam a fase áurea desse setor. A explicação se dá devido às precárias infraestruturas e logísticas que esse município apresentava, como a falta constante de energia elétrica, uma vez que não existia subestação de rede elétrica e a maioria das ligações eram clandestinas, ocasionando, com isso, quedas constantes de eletricidade. Além disso, a PA-150, estrada que era a única via de escoamento da produção das madeireiras para outras rodovias, e depois aos grandes centros consumidores, como Centro-Sul do Brasil, encontrava-se em péssimas condições de tráfego, o que limitava também a expansão desse setor. Não existia também nenhuma rede bancária nesse município e todo o serviço de banco era feito a 75 km da sede municipal de Goianésia, na cidade de Tucuruí, trajeto que demorava um dia inteiro para ser concluído, devido à péssima condição da PA-263, que liga os dois municípios. É o que relata um dos primeiros donos de serraria de Goianésia:

A dificuldade aqui era grande pra gente trabalhar, tinha bastante madeira pra gente serrar mais a gente enfrentava outros problemas como, por exemplo, frete pra transporte da nossa madeira serrada. Os donos de caminhão não queriam vim carregar porque diziam que a estrada era ruim, tinha muito assalto, o frete não compensava devido o risco, enfim, era uma dificuldade danada. A gente acabava aumentando o valor do frete ou senão quando tinha sobrando {risos} a gente comprava a nossa própria frota pra transportar nossa madeira. Sem falar, também, que aqui não tinha energia que presta, a energia era fraca e quem quisesse uma energia melhor tinha que comprar seu próprio gerador. E pra fazer algum serviço de banco como sacar, depositar e transferir dinheiro ou qualquer outro serviço era só Tucuruí que demorava o dia inteiro e ainda corria o risco de ser assaltado. (Sr. RIBAMAR FEDERAL, 61 anos, entrevista concedida em 06 de julho 2016).

Quando as questões de logística e principalmente de infraestrutura foram amenizadas - com a pavimentação da PA-150 e da PA-263 e com as melhorias na qualidade de abastecimento de energia, com a construção da subestação elétrica municipal – combinadas com a existência de uma abundante reserva florestal (sem nenhum controle nem fiscalização por parte dos órgãos ambientais) houve, no município de Goianésia, um *boom* na extração de madeira e, conseqüentemente, na expansão do setor madeireiro nos anos que se seguiram.

No ano 2000, a extração de madeira em tora em Goianésia foi de 100.000m³, aumentando para 130.000m³, no ano de 2001, e para 140.000m³, em 2002, permanecendo praticamente estável os três anos seguintes (2003: 135.500m³, 2004: 145.000m³, 2005: 140.000m³). (ver tabelas 2 e 3)

A atividade madeireira, em um primeiro momento, foi um importante instrumento de inserção de mão de obra no mercado de trabalho, gerando milhares de empregos diretos e indiretos, ainda que precários. A atividade pecuária esteve atrelada a essas atividades predatórias e a criação de gado configura-se como fim derradeiro de todo processo de derrubada e queimada da floresta. É o que descreve um antigo proprietário de fazenda em Goianésia:

A área tinha quer ser limpa pra gente plantar capim e criar gado. Como as terras aqui, quando eu cheguei pra cá, tinha muita madeira a gente acabava vendendo a madeira da terra ainda em pé. Ai o comprador, geralmente o dono de serraria, vinha com o trator, peões, motosserras e tirava tudo. Assim eu vendi todas árvores grandes que interessava eles. Depois com a valorização do carvão cedi minha terra, pra um camarada construir 100 fornos ai acabou de tirar o resto de madeira, pedaços de pau, galhos, troncos, aqueles árvores finas que não servia pra serraria tudo ia pro forno. Depois de tudo limpo transformei tudo em pasto ai fui fazer o que eu mais gostava mesmo, que era criar boi. Eu gosto! {risos}. (JOÃO GUSTAVO, 66 anos, entrevista concedida em 07 de julho 2016).

A criação de gado sempre ocupou lugar de destaque no município. As atividades madeireiras e carvoeiras funcionaram – grosso modo - como atividades de limpeza da cobertura vegetal primária para, em seguida, imensas áreas serem transformadas em fazendas, inclusive com participação de pequenos produtores rurais nesse processo (fato que merece uma análise mais profunda, o que não é o nosso foco aqui).

Nesse contexto, percebe-se que a natureza, a floresta nativa, dentro da ótica da produção capitalista, é um obstáculo que, em dado momento, é nociva ao “progresso” e ao “desenvolvimento” e que, por isso, deve ser retirada e usada para servir ao processo de

acumulação e reprodução capitalista. Em praticamente cinco anos (2000-2005), período de maior expansão do setor madeireiro, chegaram a funcionar cerca de 42 serrarias, com algumas operando durante 24 horas, dia e noite, extraindo grande parte da mata nativa existente nas proximidades do núcleo urbano de Goianésia, no mesmo compasso em que os pastos eram abertos.

Nos anos que se seguiram, houve uma vertiginosa queda desse setor (como pode ser observado nas tabelas 3 e 4), encerrando um ciclo e desenvolvendo outro, como a atividade carvoeira. Isso não significa que o ciclo de exploração da madeira encerrou-se para que a atividade carvoeira iniciasse. O processo de desenvolvimento e expansão da produção do carvão esteve, originalmente, atrelado ao setor madeireiro, uma vez que a maioria absoluta do carvão produzido, nos primeiros anos de expansão desse setor, era proveniente de resíduos de serrarias.

2.3.1 Emergência e expansão da atividade carvoeira em Goianésia

A atividade de produção de carvão em Goianésia do Pará existiu em dois momentos importantes da sua história econômica desse município: entre 1997, 1998, 1999⁵ até 2005⁶ (ver Tabela 3 e 4), período importante no processo de desenvolvimento da produção de carvão. O outro momento é nos anos seguintes, a partir de 2006 a 2011 (ver Tabela 3 e 4), onde há uma decadência do setor madeireiro e obriga o setor de produção de carvão a se reorganizar para atender a demanda cada vez maior das Guseiras, situadas em Marabá. Sobre esse assunto, o senhor Ribamar, um dos primeiros donos de carvoaria desse município, revela:

Eu fui um dos primeiro dono de carvoaria aqui de Goianésia, minha carvoaria tinha uns quarenta forno, isso foi entre 1996 e 1997, toda a lenha que eu usava pra fazer carvão era das serrarias, a gente não comprava lenha não, o dono da serraria dava toda a lenha pra gente só pra gente deixar o pátio da serraria dele limpo sem bagaço nenhum de madeiro, esse era o acordo. Isso durou pouco também, depois chegaram uns cara lá de Marabá e começaram foi comprar toda a lenha das serrarias e avista, adiantado, em dinheiro vivo. (Entrevista concedida em 21 de agosto 2016).

⁵ Período não destacada em na tabela 3 e 4 como uma fase importante do desenvolvimento da atividade carvoeira em Goianésia, mas que segundo relatos, foram os anos onde o setor carvoeiro começou a se estruturar e ganhar forma como uma atividade que iria despontar como uma das mais marcantes na história econômica recente deste município.

⁶ Entre os anos 2000 a 2005 a produção de carvão em Goianésia ganha extrema relevância com grandes índices de produtividade já aparecendo, inclusive, na tabela 3 e 4 como um setor que atingira seu apogeu em quantidade de carvão produzida.

Sendo assim, a produção de carvão nesse município tem dois momentos importantes: o primeiro deles é marcado pela produção de carvão, quase que em sua totalidade, por resíduos de madeira oriundos de serrarias, uma vez que durante toda a década de 1990 até praticamente início do ano 2005, o setor madeireiro esteve funcionando a todo vapor, produzindo uma grande quantidade de resíduos de madeira que, por sua vez, eram usados para produção de carvão em carvoarias, montadas dentro da própria área urbana, quando não, dentro do próprio pátio da serraria. O segundo momento começa, praticamente, a partir do início dos anos 2000, período marcado – até praticamente meados de 2008 - por uma intensificação e ampliação do setor minerometalúrgico na região, provocando uma grande demanda por carvão vegetal por parte das guseiras.

É nesse contexto que o setor carvoeiro em Goianésia se reorganiza, reestruturando-se, fundamentalmente, em áreas rurais. Nesse período, não usavam apenas resíduos de serrarias, mas a própria mata nativa, servindo, em alguns casos, como atividade auxiliar na limpeza de propriedades rurais. Grande parte das carvoarias, a partir desse momento, serão instaladas distante do centro urbano, por causa da aproximação com a matéria prima: a madeira nativa da floresta. Com o passar do tempo, pequenos e médios proprietários rurais, na ambição de aumentar os seus rendimentos, passam a construir fornos de carbonização dentro de suas propriedades, recrutando pessoas para trabalharem na produção de carvão. Gerou-se, a partir daí, uma atividade que se, num primeiro momento dinamizou a economia local, acirrou a exploração da força de trabalho aliada à precarização de instalações dos alojamentos e sanitárias sem as condições mínimas para abrigarem pessoas, como relata Vieira (2010, p.92):

Em alguns casos nem local para acomodar os trabalhadores existia. Com isso, tinha que fazer os barracões, assim chamados pelo fato de não haver divisão para acomodar individualmente cada trabalhador, todos faziam suas refeições e dormiam em redes. Os barracões eram abertos e cobertos com palhas de palmeiras, geralmente levantados próximo a riachos. O banheiro para as necessidades fisiológicas era no matagal. A água consumida pelos trabalhadores era a mesma utilizada para preparar a alimentação, do riacho. Os mantimentos utilizados para preparar a refeição eram fornecidos pelos patrões, que cobravam preços abusivos pelos mesmos.

As condições em que os trabalhadores foram colocados levam a crer que a existência dessa atividade acentuou a exploração do trabalho, burlando a lei e ignorando totalmente princípios da dignidade humana. Essa exploração chegou ao ponto de os donos das propriedades, geralmente os donos das carvoarias, levarem “famílias inteiras para dentro das suas fazendas” (VIERA, 2010, p. 93). Os trabalhadores regidos pelo sistema de trabalho produção/tarefa, impostos pelos patrões, viram na colaboração de todos os membros da

família (mulher e filhos) possibilidade de aumentar sua produtividade e, com isso, seus rendimentos.

A produção de carvão impactou diretamente atividades econômicas produtivas – como a pequena agricultura e criação de gado em pequena escala - que eram praticadas antes das empresas siderúrgicas se implantarem na região e tiveram que dividir espaços com a produção de carvão vegetal. Na maioria das vezes, essa preferência dos proprietários rurais em optar ou priorizar a produção desse insumo eram explicadas pelos incentivos financeiros que as empresas guseiras forneciam a eles através de adiantamentos, por exemplo. E, também, devido à alta valorização do carvão em alguns períodos, seguido de crescente procura por parte das siderúrgicas, reafirmando o caráter desagregador e transformador do grande capital.

Isso reforça a tese de que historicamente o sistema capitalista atua de forma violenta, como instrumento desagregador e desarticulador, alterando e modificando formas de produção e organizações sociais outrora existentes. Já alertava Luxemburgo (1985, p. 365):

Sem as formações pré-capitalistas, a acumulação não se pode verificar, mas, ao mesmo tempo, ela consiste na desintegração e assimilação delas. Assim, pois, nem a acumulação do capital pode realizar-se sem as estruturas não-capitalistas nem estas podem sequer se manter. A condição vital da acumulação do capital é a dissolução progressiva e contínua das formações pré-capitalistas.

Ao longo de todo o processo de desenvolvimento da atividade de produção de carvão vegetal em Goianésia, nota-se o surgimento e o agravamento de uma série de problemas, como aceleração da perda da vegetação nativa, problemas fundiários, desagregação de formas de produção pré-existentes e, principalmente, o nosso foco, a introdução de formas arcaicas de produção (inseridas no processo produtivo do carvão), refletindo na precarização e exploração do trabalho, quando não, o trabalho análogo à escravidão.

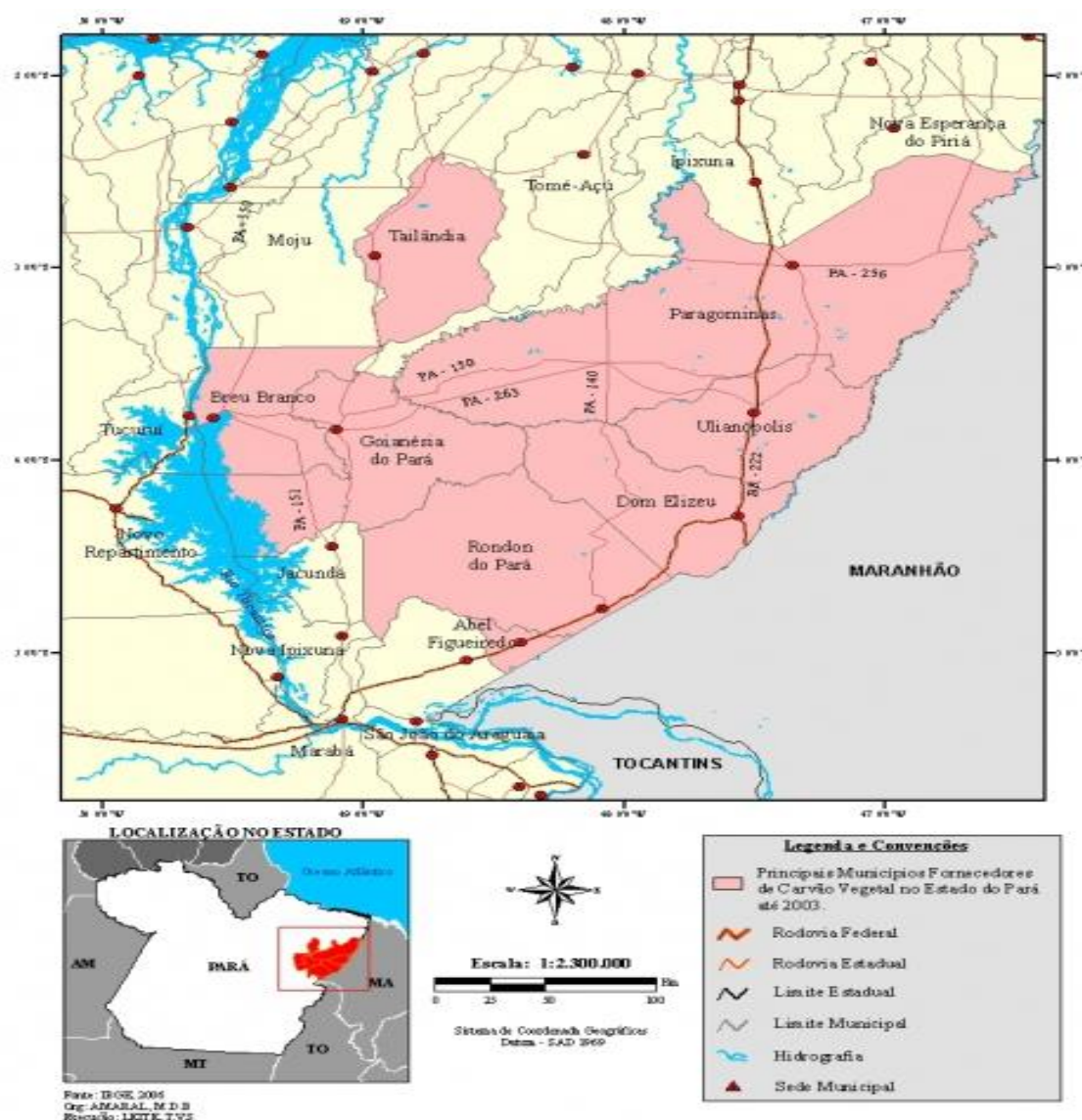
A produção de carvão nesse município, em seu período áureo, chegou a constituir cerca 5 mil fornos - segundo estimativas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) – gerando, segundo um gestor público do Município, “milhares de empregos diretos e indiretos”:

No auge da produção de carvão em Goianésia, somado os empregos diretos e indiretos, cerca de 12 mil empregos girando em torno dessa atividade. Pra você ter idéia da importância dessa atividade na geração de empregos, a SIDEPAR (Siderúrgica aqui de Marabá) teve que fechar, nisso foram 806 empregos diretos ligados a produção de carvão em Goianésia. Isso é um número aproximado porque não se sabe, na verdade, ao certo, exatamente o impacto na geração de emprego que

a paralisação do setor de carvão gerou, pode ter sido muito mais! (SÁVIO ESPÍNDULA, entrevista concedida em 11 de agosto 2015).

Goianésia, por um determinado período, compôs o grupo dos municípios de maior relevância na produção de carvão vegetal, no estado do Pará. É o que mostra o **mapa 3**, a seguir:

Mapa 3- Principais municípios fornecedores de carvão vegetal no Estado do Para até 2003.

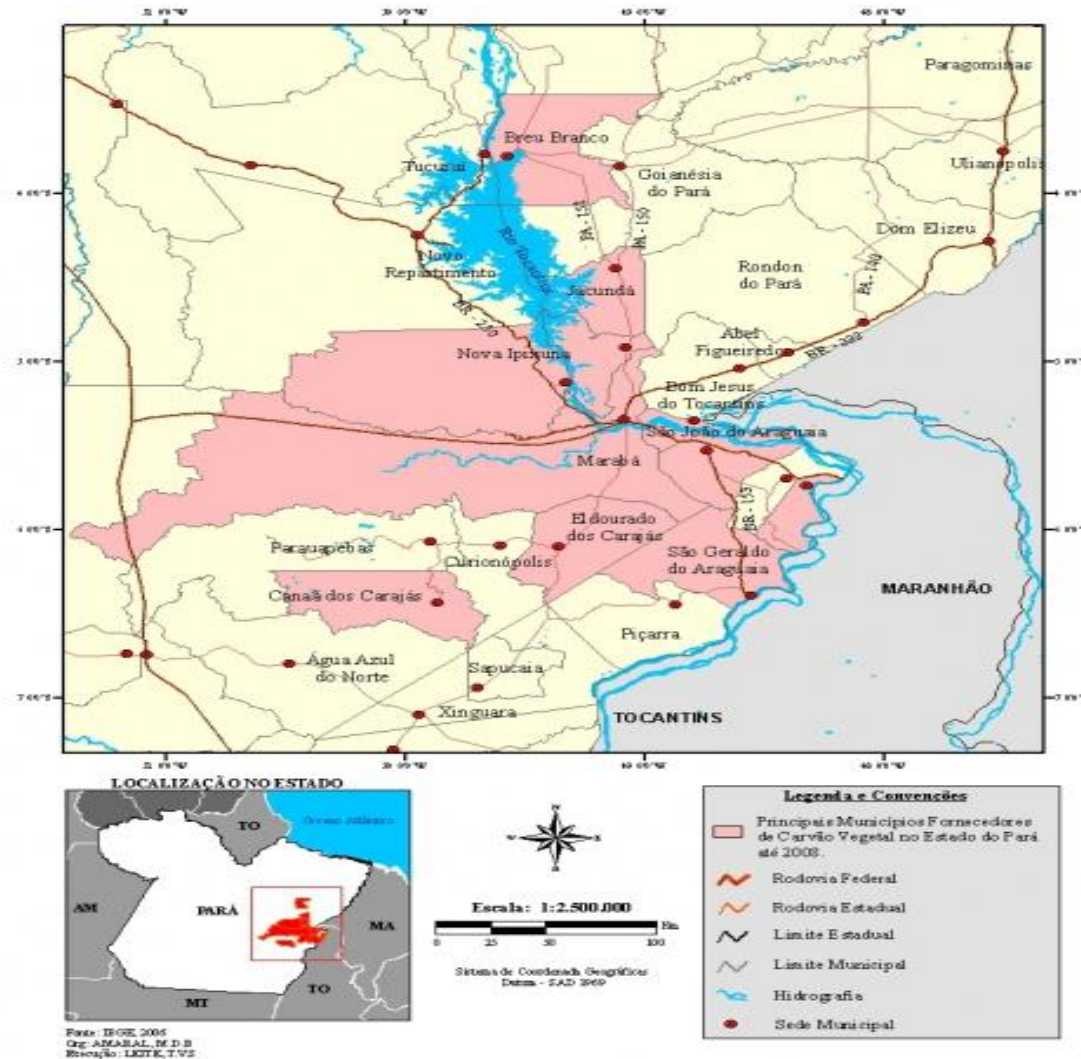


Fonte: MAIKA, 2014, p. 4

Esse grupo de municípios, mostrados no **mapa 3**, destaca os maiores produtores de carvão no ano de 2003, que tiveram um rápido “crescimento econômico”, caso específico de Goianésia, gradualmente, alguns deles, foram sendo substituídos por outros, alterando

periodicamente essa lista. Volatilidade bastante comum no setor carvoeiro. É o que mostra o **mapa 4** logo abaixo:

Mapa 4: Principais Municípios Fornecedores de Carvão Vegetal no estado do Pará até 2008.



Fonte: MAIKA, 2014. p. 6

Observa-se que no **mapa 4** outros municípios paraenses como Canaã dos Carajás, El Dourado dos Carajás, São Geraldo do Araguaia, Nova Ipixuna, Jacundá e Marabá, após um determinado período - em 2008 mais especificamente – assumem o protagonismo na produção carvão, desbancando outros municípios paraenses, outrora líderes nesse *ranking*.

Essas alterações foram causadas pela escassez gradual da vegetação primária de municípios como Goianésia e a chegada de mais indústrias siderúrgicas no DIM, aumentando assim a demanda por carvão. Esses fatores combinados obrigaram os donos de algumas carvoarias a realocarem seus fornos - sempre com o objetivo de manter seus altos índices de

produtividade - para outros municípios do Pará (como os já citados anteriormente, por exemplo), aumentando o raio de atuação do setor carvoeiro para outros territórios municipais paraenses. É o que explica um ex-proprietário de carvoaria agora pecuarista e morador de Goianésia:

Eu cheguei mudar meus fornos de lugar e de município várias vezes. Primeiro eu mudei daqui da cidade pra mata, quando tava acabando e ficando difícil a lenha de serraria. Depois a lenha da mata tava ficando muito longe e escassa aqui, ai eu recebi uma proposta pra produzir carvão lá em Ipixuna. Mudei minha carvoaria pra lá. E assim foi, onde compensava mais a gente ia! (ROGÉRIO MENEZES, 52 anos, entrevista concedida em 27 de junho 2016).

Essa instabilidade do setor carvoeiro é um dos motivos que também impossibilitavam, em Goianésia, qualquer levantamento estatístico mais aproximado do número de fornos e carvoarias existentes, quantidade de trabalhadores envolvidos diretamente nesse setor, localização exata das carvoeiras, etc.

Contudo, segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), estima-se que operavam, dentro do município de Goianésia, cerca de 5 mil fornos aproximadamente, colocando esse município, em 2003, na lista dos maiores produtores de carvão do sul e sudeste do Pará. É o que destaca um gestor público municipal:

Com certeza, Goianésia, durante um dado momento, perdurou entre os maiores produtores de carvão do Pará. Nós estimamos cerca de 5 mil fornos funcionando no auge dessa atividade, pode ter sido muito mais, é difícil de precisar, a gente tem essa base pelo volume de carvão que era retirado daqui diariamente. Essa base se dava basicamente pelos tamanhos dos fornos, que geralmente eram do mesmo tamanho em qualquer lugar e que x fornos enchiam um caminhão e dois x fornos enchiam uma carreta. Então se saíam x carretas e x caminhões de carvão diariamente nós poderia ter uma base aproximada de quantos fornos tinham queimando aqui no município. Isso é só um cálculo aproximado!! Mas é difícil precisar, não tínhamos pessoal, aqui na secretaria, suficiente pra fazer essa pesquisa com mais precisão, não dava!! (SÁVIO ESPÍNDULA, 42 anos, entrevista concedida em 11 de agosto 2015).

Essa incapacidade de levantamento e conhecimento de forma precisa do setor carvoeiro, em Goianésia, é agravado bastante por três variantes: primeiro, o poder público municipal só criou o departamento de meio ambiente (órgão responsável em fiscalizar essas atividades) em 2010, que posteriormente, veio a transformar-se em Secretaria de Meio Ambiente. O segundo, é que as ações de fiscalização dos órgãos do Estado, como IBAMA, eram praticamente inexistentes no município. O terceiro é que a grande maioria das carvoarias que operavam nessa área funcionavam na clandestinidade e na ilegalidade.

As carvoarias, dividiam-se basicamente em três grupos, são eles: carvoarias pequenas, carvoarias de porte médio e as carvoarias grandes. É o que se observa no relato de um ex-gerente de uma carvoaria dessa localidade:

Uma carvoaria pequena é aquela que tem a partir de sete fornos chegando até vinte fornos, essa é chamada de carvoaria pequena. Já uma carvoaria de porte médio ela tem que operar com no mínimo seus cinquenta fornos pra poder ser considerada de porte médio. Já as carvoarias de porte grande é aquela que tem a produção bastante elevada e trabalha com seus duzentos ou trezentos fornos, empregando cerca de cento e quarenta funcionários diretos, trabalhando dentro da carvoaria. (CARLOS VIEIRA, 33 anos, ex-gerente de carvoaria, entrevistado em 25-02-2016).

Nota-se que a categoria “carvoaria” não é algo homogêneo, com as mesmas dimensões em tamanho e volume de produção. Elas refletem o poder financeiro do dono do empreendimento, isto é, quanto mais capital de investimento determinado dono de carvoaria possuía, maior sua capacidade de produção e facilidade perante aos órgãos públicos para liberação e operacionalização da sua planta de carbonização. O baixo poder financeiro dos pequenos donos de carvoarias atrelado à burocracia das legislações ambientais estaduais e municipais são aspectos que servem para que a informalidade seja hegemônica nessa atividade. É o que relata um gestor público do município de Goianésia:

Um exemplo hoje é que um proprietário que tem cinco fornos de carbonização vai pagar as mesmas taxas, exige-se os mesmos projetos em um produtor que tem uma planta de carbonização com duzentos fornos, ou seja, isso é um absurdo! Em outras palavras, quem tem poder aquisitivo é quem tem condições de se regularizar e tem condições de vender direto pras siderúrgicas, e aquele pequeno que não consegue licenciar vende seu carvão “ilegal” mais barato para atravessadores, devido sua planta de carbonização está irregular, ex: enquanto hoje o metro cúbico de carvão vale 15 reais, o produtor de carvão que está irregular com as leis ambientais é obrigado a passar seu carvão a 8 reais, que serve pra agravar ainda mais sua condição enquanto produtor e trabalhador. Com isso reproduz aquela velha lógica do capital, “quem tem é ter mais e quem não tem é nunca ter”. E o governo assiste tudo isso e não faz nada, porque não intervém no sentido de facilitar que o pequeno produtor possa, também, se regularizar. Nós temos observado que esses pequenos produtores de carvão procuram a secretaria de meio ambiente para se regularizar, mas quando esbarram na burocracia e nas taxas que eles têm que pagar, desistem. (SÁVIO ESPÍNDULA, 42 anos, entrevistado em 11 de agosto 2015).

O que é importante salientar, na fala acima, é que o poder público municipal, para justificar as razões pelas quais, durante anos, a informalidade e a clandestinidade de grande parte da atividade de produção de carvão em Goianésia estabeleceu-se, não enfatiza que a marginalidade e a clandestinidade desse setor é o que tornou viável todo o funcionamento da

cadeia produtiva do aço - propiciando altas margens de rentabilidade aos investidores e as guseiras -, particularmente, na parte oriental da Amazônia brasileira.

A partir de dados relativos à produção de carvão levantados por órgãos oficiais estaduais, tem-se uma estimativa sobre quantidade de produção e, com isso, sobre o número de fornos existentes em cada município. É o que mostra a tabela a seguir sobre produção de carvão vegetal em Goianésia.

Tabela 5: Demonstrativo da quantidade e valor dos produtos de extração vegetal 2002 - 2006

Produtos	Quantidade Produzida (T)					Valor (mil reais)				
	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006
Alimentícios										
Castanha do Pará	13	14	14	14	13	8	1.104	13	12	12
Madeira										
Carvão Vegetal	12.240	12.230	511	500	500	1.836	2.079	97	125	150
Lenha (m ³)	7.000	6.500	6.300	6.000	6.100	28	28	28	29	31
Madeira em tora (m ³)	140.000	139.500	145.000	140.000	38.000	4.900	5.301	6.525	6.720	1.824

Fonte: IDESP, 2013, p.35

O pico de maior produção de carvão em Goianésia, assim como de outros municípios do sul e sudeste do Pará, foi entre 2002 e 2003, cedendo, a partir de 2008, a liderança para outros municípios que vieram a ser importantes produtores desse insumo. Como bem nos explica Maika (2014, p. 24):

Os municípios de Paragominas, Dom Eliseu, Ulianópolis, Rondon do Pará, Tailândia, Breu Branco e Goianésia do Pará, do sul e do sudeste do Pará, identificados no Mapa 01, foram os principais fornecedores do carvão vegetal para as indústrias siderúrgicas, desde a década de 1980, segundo o IBGE. Porém, esse órgão apontou que eles começaram a perder a posição de maiores produtores, para menores produtores ou não-produtores desse insumo. Enquanto isso, outros municípios ganharam destaque a partir de 2008, como indica a Tabela 1, os quais são: Marabá (21.160t), Itupiranga (18.950t), Eldorado dos Carajás (9.220t), São

Geraldo do Araguaia (6.540t), Parauapebas (6.350t), Jacundá (5.328t), Nova Ipixuna (4.702t), São Domingos do Araguaia (4.250t), São João do Araguaia (2.890t), Canaã dos Carajás (2.640t), Curionópolis (2.050t) e Palestina do Pará (2.050t).

Para visualizarmos melhor essa situação, analisamos a tabela 6. Podemos ver os principais municípios do estado do Pará que se destacaram, durante os anos de 2003 a 2009, na produção de carvão vegetal. Esses municípios foram considerados os maiores fornecedores de carvão para siderúrgicas de ferro-gusa localizadas no Distrito Industrial de Marabá.

Tabela 6: Produção de carvão vegetal no estado do Pará (toneladas) - 2003, 2008 e 2009.

Municípios	2003	2008	2009
Abel Figueiredo	17.893	-	-
Breu Branco	14.518	1.785	1.696
Canaã dos Carajás	25	2.640	2.500
Curionópolis	40	2.050	2.000
Dom Eliseu	83.890	-	-
Eldorado dos Carajás	13	9.220	9.170
Goianésia do Pará	12.230	350	350
Itupiranga	120	18.950	18.980
Jacundá	45	5.328	5.250
Marabá	140	21.160	22.000
Nova Ipixuna	45	4.702	4.700
Palestina do Pará	22	2.050	2.000
Paragominas	506.888	-	-
Parauapebas	58	6.350	6.300
Rondon do Pará	44.982	-	-
São Domingos do Araguaia	80	4.250	4.150
São Geraldo do Araguaia	120	6.540	6.500
São João do Araguaia	35	2.890	2.850
Tailândia	31.800	300	280
Ulianópolis	49.329	-	-
PARÁ (total)	786.701	99.513	99.065

Fonte: MAIKA, 2014. p. 7

É interessante observar que essa lista de municípios na produção de carvão vegetal expandiu-se bastante entre os anos de 2003 até praticamente início de 2009, mostrando uma expansão rápida e gradual do setor carvoeiro em direção a diversos municípios do Pará. Esse processo traz consigo um rastro de vários procedimentos escusos e marginais em toda sua

cadeia produtiva (fator característico que define essa atividade econômica). Isso tudo, porém, foi motivado e intensificado pela política minerária de Carajás, na qual incluiu no seu conjunto de medidas, a criação do polo siderúrgico de Carajás, com especial destaque à criação do Distrito industrial de Carajás (DIM).

3. CONSTITUIÇÃO DO PROGRAMA GRANDE CARAJÁS E DO DISTRITO INDUSTRIAL DE MARABÁ COMO ELEMENTOS IMPORTANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE CARVOEIRA NO MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA.

3.1 Criação do programa Grande Carajás (PGC)

Um dos maiores programas de exploração mineral do mundo, o PGC (Programa Grande Carajás), tem como espinha dorsal “quatro grandes projetos: um depósito de minério de ferro, duas fábricas de alumínio, a primeira em Barcarena (PA), e a segunda em São Luís (MA), e a Hidrelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins” (HALL, 1991, p. 60). É a partir do início de 1980 que o PGC se configura, para o governo brasileiro, como a principal esperança da economia do país para equilibrar as contas públicas da União, gerando superávit da balança comercial brasileira pautada na exportação, em grande escala de minério de ferro. O Programa Carajás trouxe uma série de outros impactos para a região, principalmente com relação ao inchaço populacional de vários núcleos urbanos. HALL (1991, p. 59, 60) afirma que:

Em nível regional, o Programa Carajás foi útil para transformar a paisagem econômica e social, atraindo, como imã, imensos contingentes populacionais. Trouxe para a região oriental da Amazônia milhares de operários de construção civil em busca de emprego, garimpeiros a caça de riquezas, pequenos agricultores à procura de terras, e um sem-número de outros indivíduos querendo ocupação. Áreas urbanas, variando de capitais estaduais, como São Luís e Belém, a cidades provincianas como Marabá, Açailândia e Imperatriz, experimentaram explosões demográficas com o advento do Programa Carajás e se calculam que aumentem em tamanho de 400% a 800% por volta do ano 2000.

Nesse contexto, a atual configuração territorial e populacional do sudeste paraense deve-se, em grande medida, ao Programa Carajás, fato explicado pela grandiosidade e pela importância econômica que foi capaz de impactar de forma significativa em todo um território: modificou paisagens, reconfigurou toda uma rede urbana, reformulou a formação e organização da força de trabalho e, acima de tudo, impulsionou uma verdadeira modificação dos aspectos sociais, econômicos, ambientais, culturais desse território.

O Programa Grande Carajás (PGC) configura-se, essencialmente, como um projeto de exploração mineral implantado na década de 1980, especificamente entre os anos de 1979 a 1986, regulamentado pelos Decretos - lei nº 1.813, de 24 de novembro, de 1980 e Decreto do

Poder Executivo nº 85.387 de 24 de novembro, de 1980. Está estabelecido numa área abundantemente rica em recursos minerais diversos, que se estende por uma faixa de 900 km², cortada pelos rios Araguaia, Tocantins e Xingu, onde terras do sudeste do Pará, oeste do Maranhão e norte e do Tocantins constituem a área de domínio e atuação do Programa.

Mapa 5: Área do Programa Grande Carajás

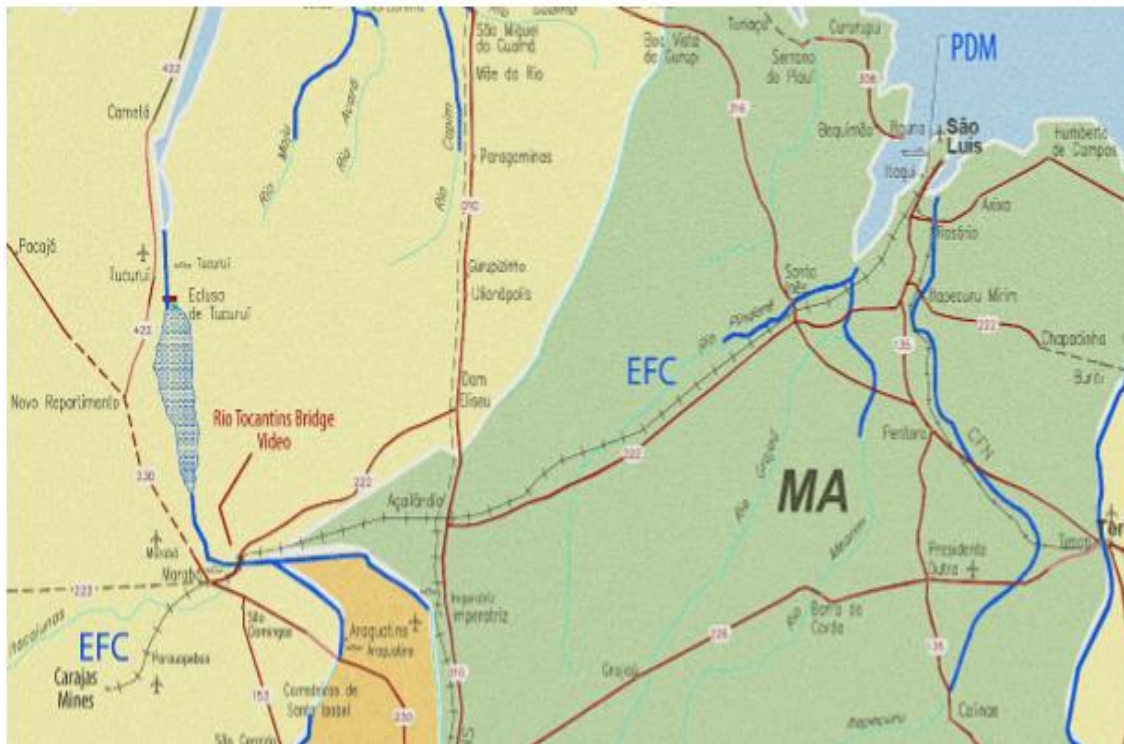


Fonte: Ciência hoje, ano 1, n. 3, p. 39.⁷

As projeções iniciais, do referido projeto, no tocante à infraestrutura, teria “uma ferrovia com quase 900 km de extensão, do centro para o litoral; uma hidrovia que, no final, terá dois mil quilômetros de extensão, ligando o norte ao sul em um terço da extensão do país; a segunda maior hidrelétrica nacional” (PINTO, 1982, p. 51).

⁷ <http://chc.org.br/revista-aberta/>

Figura 1: Circuito da Estrada de Ferro Carajás, entre Parauapebas e São Luís



Fonte: SOUZA, 2014, p. 65

O Plano de Desenvolvimento da Amazônia Oriental, arquitetado pelo Conselho Interministerial do Grande Carajás em parceria com Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), previa inicialmente desenvolver “atividades minero-metalúrgicas e de reflorestamento, notadamente na região de influência do Projeto Ferro Carajás” (PINTO, 1982, p. 51). Tinha como pressuposto, pelo menos em tese, uma harmonia entre desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e preservação do meio ambiente, tal como a geração de emprego a partir de incentivos as atividades locais. É o que se observa no texto descrito por Pinto (1982, p. 52), em que destaca os princípios fundamentais:

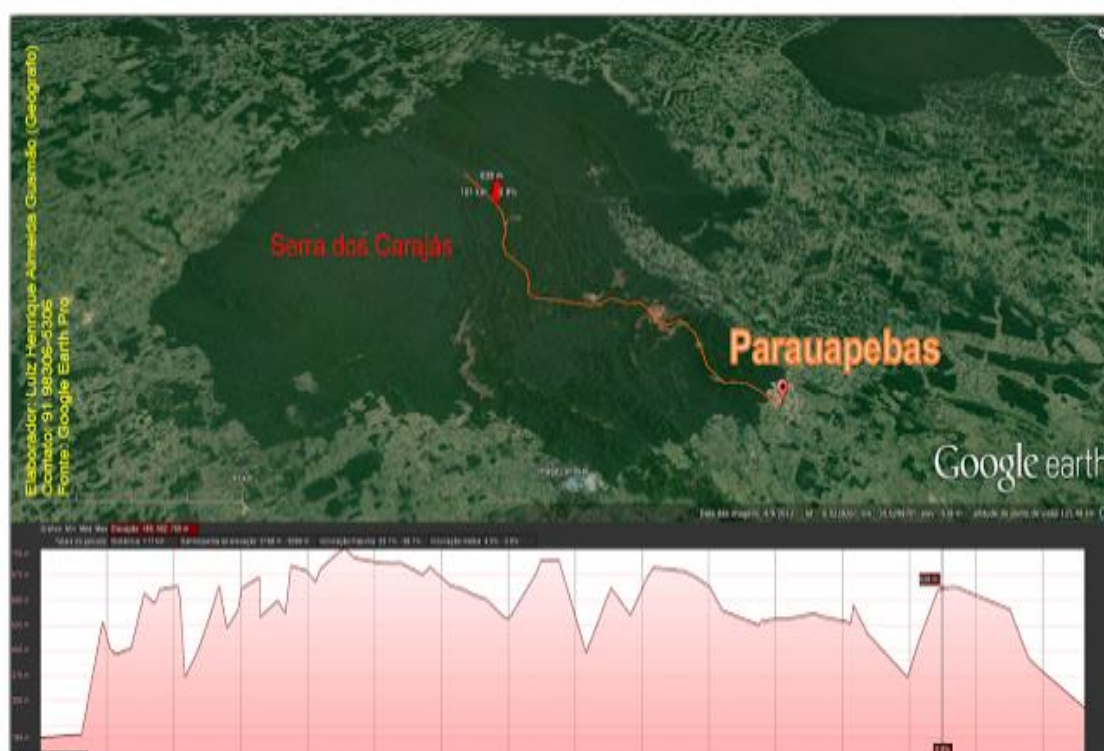
O aproveitamento integrado das riquezas naturais, a fabricação de vasta gama de produtos, da matéria-prima ao produto final, e emprego intensivo de insumos locais, a diluição dos vultosos investimentos em infraestrutura, a manutenção do equilíbrio ecológico da região e o bem-estar das populações.

Porém, a história nos mostra que o Programa Grande Carajás tem servido unicamente para drenar os recursos naturais amazônicos, principalmente o mineral, deixando poucos benefícios econômicos e sociais para essa região.

O PGC, em sua gênese, anunciava promover o desenvolvimento amazônico a partir da importação de excedentes de capitais externos – principalmente capitais produtivos ligados ao setor de exploração mineral altamente consumidores de energia – atraídos pelas políticas de incentivos e de subsídios fiscais promovidas, na época, pelo Estado brasileiro. Tinha como eixo central a exploração mineral, traduzidos na implantação da Albrás/Alunorte, um dos maiores complexos industriais do mundo, localizado no município de Barcarena, no estado do Pará, que se configurava como “um consórcio nipo-brasileiro que produziria 640 mil toneladas de alumínio metálico e 1.400.000 toneladas de sua matéria-prima, a alumina, obtida de um mineral abundante na Amazônia, a bauxita.” (PINTO, 1982, p. 17).

Foi nesse gigantesco programa, PGC ou ‘Carajazão’, “que se implementou, no sudeste paraense, atualmente município de Parauapebas, a extração do minério de ferro da Serra dos Carajás” (MONTEIRO, 2005, p.4). Esperava-se, com essa implementação, oportunidades de investimentos na exploração de vários tipos de minério e, conseqüentemente, a possibilidade de agregar valor na produção de semielaborados.

Figura 2: Parauapebas próximo a Serra dos Carajás



Fonte: Google Earth Pro⁸.

⁸ <https://www.google.com/intl/pt-BR/earth/download/gep/agree.html>

A farta energia elétrica – subsidiada pelo Estado brasileiro aos grandes empreendimentos do setor de mineração – fornecida pela Hidrelétrica de Tucuruí (projeto que era núcleo do PGC) possibilitaria investimentos para exploração de cobre, ferro-níquel, ferro-ligas de manganês, concentrado de estanho, gusa, sinter, coque, semi-acabados de aço e silício metálico.

O Programa Grande Carajás em seu plano de desenvolvimento previa um investimento, logo na primeira década, cerca de 62 bilhões de dólares disseminados em obras de infraestrutura, logística e em atividades ligadas à pecuária, agricultura, ao reflorestamento e principalmente ao setor minero-metalúrgico. Para Pinto (1982), a infraestrutura que daria suporte ao PGC, base essencial do Programa, seria:

Seis rodovias, sendo as principais a Transamazônica e a Belém-Brasília. Uma ferrovia moderna de Carajás a Ponta da Madeira. Dois portos marítimos: um, comercial, o de Itaquí, em São Luís, com capacidade para navios de até 60 mil toneladas, e um terminal graneleiros em construção às proximidades da Ponta da Madeira, onde poderão atracar cargueiros de até 280 mil toneladas. Um porto fluvial, em Barcarena, capaz de receber embarcações de 60 mil toneladas. Uma hidrelétrica em condições de fornecer, até o final do ano de 1982, quatro milhões de toneladas de kW. E uma hidrovia que chegará a abrir a navegação ao longo de dois mil quilômetros (PINTO, 1982, p.52).

Todas essas construções foram realizadas pelo Estado brasileiro via empréstimos contraídos a instituições financeiras internacionais, com elevadas taxas de juros que agravaram e aprofundaram ainda mais o Brasil em uma grave crise financeira, cujo destino de grande parte de nossas receitas e do superávit comercial serviram, unicamente, durante anos, para pagar juros de endividamento. A infraestrutura do Programa Carajás envolvia, também, obras pontuais estrategicamente pensadas para que no final toda essa rede de empreendimentos e de grandes obras funcionasse em perfeita sincronia, de modo a atender aos objetivos propostos pelo Estado brasileiro e o grande capital. Segundo Pinto (1982), o programa previa a construção de mais dois ramais ferroviários e dois rodoviários. Um ramal ferroviário sairia de Carajás-Ponta da Madeira para Paragominas, num percurso de 150 quilômetros, para permitir o escoamento da produção de bauxita do Rio Tinto Zinc e da CVRD. O outro ramal, de 60 quilômetros, iria da Serra Norte de Carajás até a jazida de cobre do Salobo, no rio Itacaiúnas. Haveria também um terminal de graneis líquidos e sólidos para receber os insumos necessários à produção de cobre. Um dos ramais rodoviários, de 20 quilômetros, iria até a mina de manganês do Azul, enquanto outro se dirigiria para a mina de níquel no rio Parauapebas.

Obras também seriam construídas em cidades importantes para o programa, como em Marabá, por exemplo. Como destaca Pinto (1982, p. 64):

Em Marabá serão construídas instalações portuárias, um pátio para estocagem e transbordo de graneis dotados de todos os equipamentos necessários e uma frota de barcas e rebocadores. Haverá ainda um ramal ferroviário para o primeiro minipólo de gusa de alto-forno e carvão vegetal e para uma usina de silício metálico.

Segundo Pinto (1982), em cidades como Tucuruí seriam construídas instalações portuárias para recebimento de vários insumos, bem como para exportação de gusa e esponja. Haveria, também, estações de desembarque de carvão construídas na orla da barragem. Barcarena que, por sua vez, teria um terminal para exportação de produtos agropecuários e metalúrgicos do eixo fluvial Marabá-Barcarena.

Toda essa rede de infraestrutura iria ser “completada progressivamente pela formação de uma malha de instituições financeiras e de agências bancárias que agilizassem, por sua vez, o movimento arterial de dinheiro até sedes dos menores municípios, certas vilas e até canteiro de obras” (HÉBETTE, 2004, p. 63).

Além de toda a infraestrutura elaborada pelo Plano de Desenvolvimento do Programa, outra questão importante contemplada no planejamento original era a necessidade de criação de florestas plantadas destinadas a suprir a grande demanda dos projetos metalúrgicos que certamente se instalariam na região, eliminando, assim, o uso da mata primária para fabricação de carvão, como explica Pinto (1982):

A principal demanda identificada pelo plano é a dos projetos metalúrgicos que serão implantados em Carajás: eles necessitarão de 25 milhões de metros cúbicos anuais de carvão vegetal, a ser usado como redutor nas usinas. Para isso, será preciso formar florestas industriais, com “espécies de rápido crescimento, adequadas à fabricação de carvão”. Uma pesquisa será realizada para determinar as essências florestais “que melhor se adaptam as condições locais”, mas um documento preliminar da CVRD referia-se já ao eucalipto do Timor e da Nova Guiné (PINTO, 1982, p.59).

Esse projeto, contemplado originalmente no PGC, na prática, não foi realizado nessa direção. O que se tem presenciado, há décadas, é o uso maciço da vegetação primária para produção de carvão, agravando e gerando problemas sérios ao meio ambiente, à agricultura familiar e ao modo de vida das populações que há muito tempo residem nessa região.

O projeto do Estado brasileiro que parecia audacioso – o de promover o desenvolvimento da Amazônia Brasileira, em particular, na parte oriental, a partir da matriz de exploração mineral iniciada nos anos de 1980, gestada pelo Plano de Desenvolvimento da

Amazônia Oriental e arquitetado pelo Conselho Interministerial do Grande Carajás em parceria com Companhia Vale do Rio Doce, em consonância com várias empresas estrangeiras do ramo da mineração - fixou metas e loteou uma significativa parte do território amazônico de forma estratégica para que o Programa Grande Carajás (PGC) fosse executado. No entanto, os vários projetos idealizados pelos planejadores do PGC que visavam articular segmentos diversos do setor produtivo como o mînerometalúrgico, agropecuário, energético e que serviriam como impulsionador do desenvolvimento econômico e social, conciliando preservação ambiental com geração de empregos a partir de incentivos as atividades locais, se mostrou, no decorrer do tempo, ineficaz em levar adiante o conjunto de investimentos que possibilitasse alcançar tal objetivo.

Atualmente, o referido programa tem se reduzido apenas aos projetos de exploração mineral, focados em exploração de recursos, tendo como propósito o aumento do *superávit* da balança comercial do país gerada, principalmente, pelo comércio exterior das commodities mineral brasileira – tendo o minério de ferro como a principal - gerando altas somas de divisas aos cofres da União.

A Mina de Carajás, situada no sudeste do estado do Pará, tornou-se o foco do Programa Grande Carajás, sendo possível afirmar que o grande PGC foi restringindo-se, cada vez mais, ao longo dos anos apenas a um grande projeto que visava único e exclusivamente a exploração e a drenagem dos recursos minerais da região amazônica. Todos os outros pressupostos que o constituía - programa de exploração de recursos agroflorestais, extrativistas, agropecuários, desenvolvimento econômico aliado ao desenvolvimento social e preservação do meio ambiente, tal como, a geração de emprego a partir de incentivos as atividades locais, por exemplo - reduziu-se a exploração da reserva mineral de Carajás. O Programa Carajás tornou-se, na verdade, Projeto Carajás, por conta da diminuição da amplitude do Programa e sua limitação de planos gestados originalmente e não executados.

Contudo, mesmo o PGC reduzindo-se a um projeto de exploração mineral (Projeto Carajás), contrariando o planejamento original – controlada majoritariamente pela mineradora Vale, antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), privatizada em 1997, continua sendo um projeto que acarreta transformações contínuas no ambiente, na sociedade e na demografia da parte oriental da Amazônia brasileira.

A Serra dos Carajás, ou seja, suas áreas de exploração mineral, é dividida por regiões como, por exemplo, Serra Norte, Serra Sul, Serra Leste, Serra do Sossego e outros. Os projetos de exploração mineral em andamento ou em fase de implantação são: Projeto

Igarapé-Bahia, Projeto Rio Doce Manganês, Complexo minerário de Carajás, projeto Salobo, Mineração Onça Puma, Projeto Ferro Carajás S11D (antigo Projeto Serra Sul) e Projeto Serra do Sossego.

A cada ano fica mais evidente que o Programa Grande Carajás (PGC) direcionou-se exclusivamente a exploração mineral, intensificando suas atividades a cada nova jazida catalogada, dotando-a de toda infraestrutura necessária - em detrimento da área do seu entorno que não recebe, praticamente, quase nenhum benefício das riquezas extraídas. Reproduz, dessa forma, verdadeiros bolsões de pobreza em núcleos urbanos empobrecidos, cuja população vive sem nenhuma perspectiva de melhorias de condição - para que a exploração da mina seja a mais produtiva e lucrativa possível. É o que destaca Coelho (2014), enfatizando alguns pontos sobre o Projeto S11D, a mais nova exploração do Projeto Carajás:

Na expressão do jornalista Lúcio Flávio Pinto, “Uma nova Carajás está surgindo”. O Projeto S11D é o novo foco de atividades da Vale. Constituinte uma das maiores reservas ainda inexploradas do mundo e com pureza acima de 66,48%, do projeto S11D tem como objetivo instalar mina e usina de processamento com capacidade nominal de extrair 90 milhões de toneladas métricas de minério de ferro por ano. A previsão para início de operação é o segundo semestre de 2016. Seu custo de produção é pequeno quando comparado a outras reservas. Foram investidos, durante 2013, US\$ 818 milhões, e é esperado para 2014 um investimento de US\$ 1,091 bilhão. Os gastos da empresa são direcionados para criar infraestrutura logística para retirar e transportar minério. O potencial do corpo S11 é de 10 bilhões de toneladas de minério de ferro. O objetivo da Vale é aumentar a produção de minério de ferro em 90 milhões de toneladas após a instalação do S11D. Quando finalizado o S11D, todo o sistema norte terá capacidade de movimentar 230 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Isto possibilitará a manutenção da Vale como principal produtora de minério de ferro do mundo (COELHO, 2014, p.36).

Pelo volume de capitais investidos nessa nova área de exploração mineral da empresa Vale, é notório que o real comprometimento do grande capital é com o lucro e a produção da mais-valia traduzidos em recordes de produção anual que, por sua vez, a cada ano tem que ser maior do que o ano anterior, cujo fim derradeiro é o enriquecimento dos grandes conglomerados em detrimento da pobreza regional, que é exponencialmente proporcional à quantidade das riquezas produzidas.

Tal situação reduz questões como meio ambiente, desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável e direitos humanos somente ao plano do discurso e da propaganda, uma vez que apenas uma minúscula parte de toda a riqueza produzida é remetida para a população em forma de compensação e benefícios sociais:

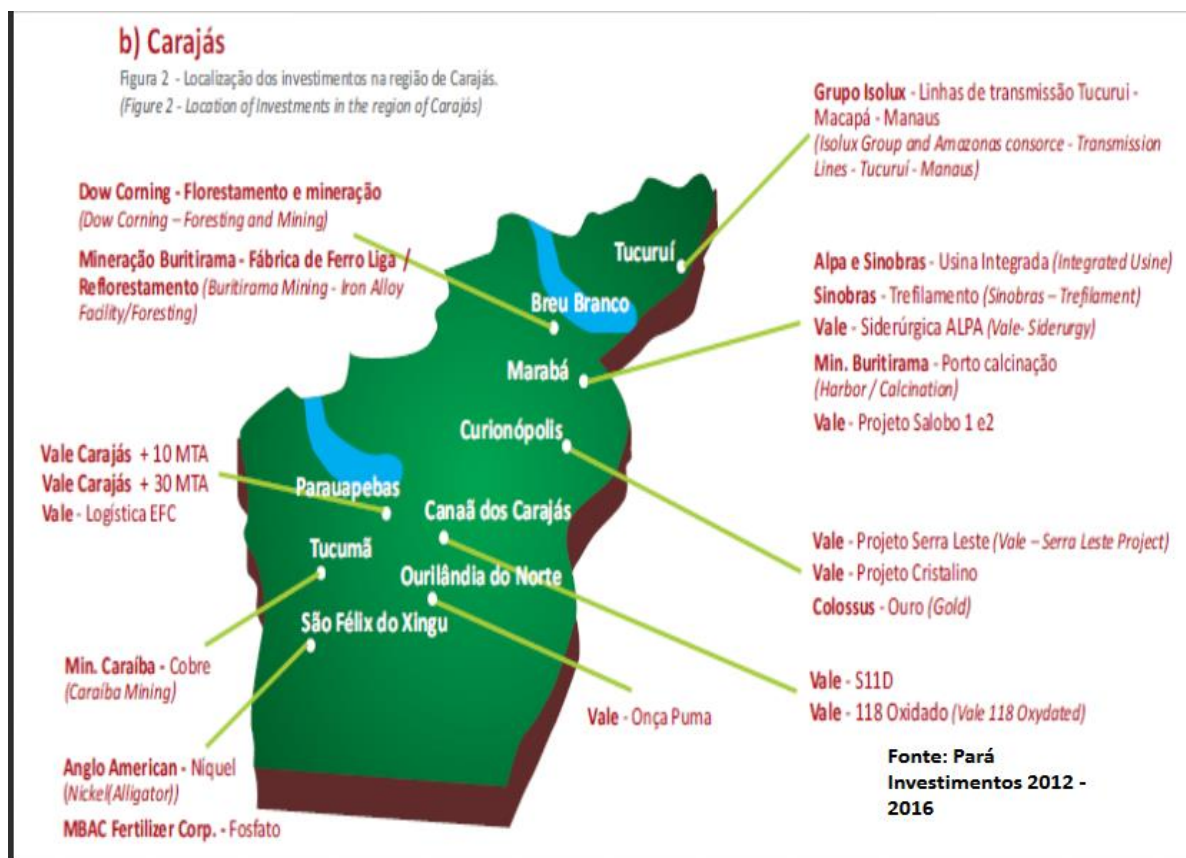
As primeiras críticas vieram pelo seu impacto sobre uma vegetação já ameaçada e pelos efeitos sobre as lagoas do Violão e do Amendoim, corpos d'água de importância ambiental, mas isso não é tudo. Outra situação grave é que uma das obras de logística, o Ramal Ferroviário do Sudeste do Pará, cruzará áreas de ocupação e assentamentos e há o temor de desocupações ilegais. Durante as investigações, a Relatora do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma Dhesca, Cristiane Faustino, visitou o assentamento Santo Antônio (do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra), de onde famílias foram despejadas de forma violenta em agosto de 2011. As terras desocupadas foram compradas de forma ilegal e anexadas à fazenda Santo Antônio, posteriormente vendidas também de forma ilegal para a Vale. No caso da duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que corta 27 municípios, 28 unidades de conservação e 86 comunidades quilombolas e populações indígenas no Pará e Maranhão, os afetados relataram uma infinidade de problemas como atropelamento de pessoas e animais na EFC, acidentes nas obras de duplicação, ausência de estudo de impacto ambiental, de audiências públicas e de consulta às populações indígenas e tradicionais, poluição do ar, do solo, das águas; falta de informações para as comunidades, poluição sonora, trepidação e rachadura nas casas; desmatamento e assoreamento dos igarapés; conflitos nas comunidades e violações do direito à educação. A lista de impactos e de violações aos direitos humanos não para por aí. A Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente também constatou migração desordenada, riscos de agravo nas condições de vida de crianças, jovens, adolescentes e idosos, e nas desigualdades de gênero que impactam a vida das mulheres, como aumento da sobrecarga de trabalho, prejuízos sobre a saúde pública, precarização do serviço público e vulnerabilidade à exploração sexual e outras formas de violência, além de inibição forçada da organização política comunitária. (REVISTA AMAZÔNIA, 2013. p.3)⁹.

Essa é a verdadeira face do comprometimento social e ambiental do maior projeto de exploração mineral a céu aberto do planeta – o S11D - violando todos os princípios éticos e legais, influenciando na alteração de leis (como foi o caso do novo código da mineração), ignorando totalmente as obrigações que, teoricamente, teriam com as populações circunvizinhas ao projeto.

O Projeto Carajás também promoveu “incentivos, na sua área de abrangência, a instalação de empresas que se dedicassem à produção de ferro-gusa, ferroligas e silício metálico, chegando a autorizar a concessão de benefícios para a implantação de 22 empresas sidero-metalúrgicas” (MONTEIRO, 2005. p.5).

⁹ <https://issuu.com/amazoniaviva>

Figura 3: Localização dos investimentos na região de Carajás



Fonte: Pará Investimentos/2012 – 2016¹⁰.

Outro fato importante que reforça a tese de que o Grande Carajás tem se transformado, ao longo dos anos, apenas em um projeto de exploração mineral - drenando todas as jazidas minerais amazônicas conhecidas para os principais centros mundiais consumidores - é a significativa aquisição que a empresa Vale (principal companhia mineradora que detém o monopólio da exploração do minério do Projeto Carajás) conseguiu obter no ano de 2005, reforçando seu domínio no setor de mineração na região amazônica, como bem explica Coelho (2014, p.36):

Outra aquisição importante realizada pela Vale, ao analisarmos Carajás, é a compra da mineradora canadense Canico, em 2005. Com a compra da empresa, Vale passa a controlar o projeto de produção de níquel Onça Puma, nos municípios de Parauapebas e Ourlândia do Norte e Tucumã. Suas reservas são avaliadas em 82,7 milhões de toneladas métricas.

¹⁰ <http://docplayer.com.br/4833729-Para-investimentos-3a-edicao-2012-2016.html>

Tanta prioridade na exploração de recursos minerais brasileiros, especialmente os da Amazônia, colocou essa *commodities* (minérios) como o principal na pauta de exportações do comércio externo do país no ano de 2013.

Tabela 7: Principais produtos exportados (US\$ MILHÕES FOB) no ano de 2013.

<i>Produtos</i>	<i>Valor</i>	<i>%</i>
1. Minérios	35.083	14,5
2. Material de transporte	31.584	13,0
3. Complexo da soja	30.965	12,8
4. Petróleos e combustíveis	22.398	9,2
5. Carnes	16.272	6,7
6. Químicos	14.635	6,0
7. Açúcar e etanol	13.711	5,7
8. Produtos metalúrgicos	13.262	5,5
9. Máquinas e equipamentos	8.979	3,7
10. Papel e celulose	7.155	3,0
11. Café	5.248	2,2
12. Equipamentos elétricos	4.432	1,8
13. Calçados e couro	3.870	1,6
14. Fumo e sucedâneos	3.272	1,4
15. Metais e pedras preciosas	3.205	1,3

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), 2013.¹¹

Na tabela 6, mostrada acima, o minério de ferro aparece encabeçando a lista – representando, sozinho, 14,5% de tudo que é exportado no Brasil, no ano de 2013, o que não é pouca coisa – dos quinze produtos brasileiros de maior relevância nas exportações do país. O Brasil, hoje, mostra-se como principal exportador de *commodities* para países como a China e os Estados Unidos – que juntos representam os dois maiores parceiros comerciais do Brasil na atualidade - e o minério do Projeto Carajás tem contribuído muito para isso.

A gestação de um projeto mínerosiderúrgico, aos olhos dos planejadores do PGC, seria estratégico no sentido de agregar valor ao minério de ferro, produzindo produtos semielaborados, como ferro-gusa por exemplo, que funcionariam também como pólos geradores de emprego, renda e desenvolvimento em pontos estratégicos do território no eixo da Ferrovia Carajás. Nesse contexto, foi concebido o Distrito industrial de Marabá (DIM), onde inúmeras empresas siderúrgicas se instalariam proporcionando, em grande parte dos

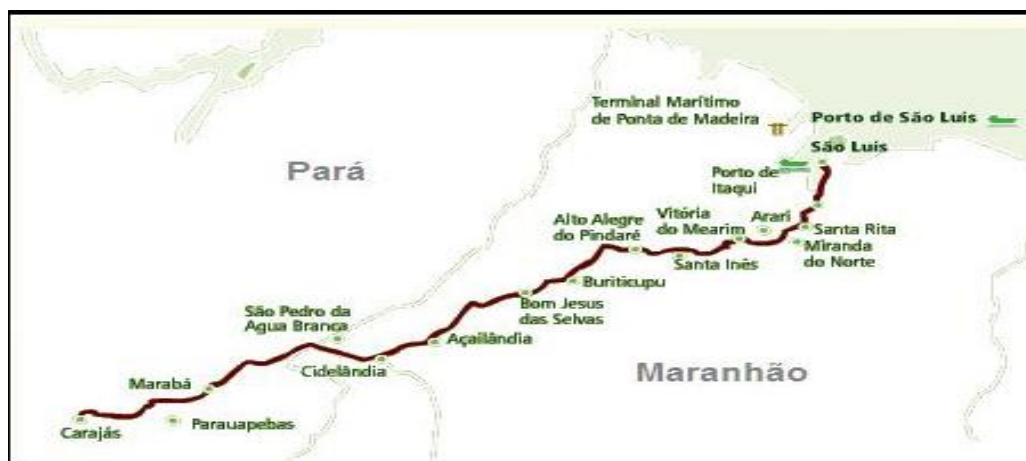
¹¹ <http://portal.siscomex.gov.br/legislacao/orgaos/secretaria-de-comercio-externor-secex>

municípios do Sul e Sudeste paraense, uma dinâmica econômica e territorial voltada a produção de carvão.

3.2 Criação do Distrito Industrial de Marabá

A criação do Polo Siderúrgico de Carajás foi um dos projetos previstos no processo de criação do Programa Grande Carajás, incluso no pacote do Plano de Desenvolvimento da Amazônia Oriental. A criação desse pólo tinha ramificações no Maranhão, na cidade de Açailândia, e no Pará, na cidade de Marabá (as duas cidades que concentrariam o maior número de siderúrgicas e se destacariam como as mais importantes dentro desse contexto) no eixo da Ferrovia Carajás.

Figura 4: Localização das cidades de Marabá e Açailândia no eixo da Ferrovia Carajás



Fonte: Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT).¹²

Fundamentado na concepção de que a criação de polos de desenvolvimento regional, em pontos estratégicos do território, irradiaria e impulsionaria uma gama de outras atividades econômicas. E, com isso, o desenvolvimento instalar-se-ia, implicando melhoria da qualidade de vida da população a partir das possibilidades de progresso que esse *locus* geraria. Dentro desse quadro foi concebido o Distrito Industrial de Marabá (DIM). Com ênfase nessa discussão, Monteiro (2005, p. 2) destaca:

Os planos federais previam a implantação de diversos “pólos de desenvolvimento na Amazônia brasileira”, com destaque para a produção mineral. Ancoravam-se, portanto, numa visão de desenvolvimento regional que tinha por fundamento a

¹² <http://www.antt.gov.br/>

necessidade de concentração espacial de capitais, capazes de produzir desequilíbrios, e, em decorrência destes, impulsionar processos de desenvolvimento por meio do surgimento de uma cadeia de ligações para frente e para trás das atividades produtivas consideradas “chave”.

O DIM, assim como os empreendimentos siderúrgicos instalados no corredor da Ferrovia Carajás, foi gestado a partir dessa perspectiva de pólos irradiadores de desenvolvimento, como as mencionadas acima, que seria viabilizado no contexto das políticas de incentivos e subsídios fiscais patrocinados, em grande parte, pelo Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAN), coordenadas pelas extintas Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que teve, desde o princípio, o Estado brasileiro como principal indutor do chamado “desenvolvimento”.

Para melhor compreensão do total desses investimentos aplicados no processo de constituição dos polos siderúrgicos no corredor da Ferrovia Carajás, a tabela 8 mostra, em termos percentuais, o valor desses investimentos:

Tabela 8: Proporção de investimentos para os empreendimentos siderúrgicos no corredor de Carajás.

Origem do Recurso	% do investimento total de cada grupo	Agência, empresa, instituição financeira ou Fundo de investimento
Recurso Privado	25%	Empresa interessada no empreendimento
Incentivos Fiscais¹⁰	50%	FINAM e FINOR
Financiamento Bancário¹¹	25%	BASA, Banco do Brasil, BNDES, Banpará.

Fonte: SANTOS, 2015. p. 36.

Com a chancela do governo federal, tecnologias industriais do setor de siderurgia altamente consumidoras de energia, degradantes na perspectiva do trabalho e impactante do ponto de vista ambiental, são transferidas para os estados do Pará e Maranhão, especialmente para as cidades de Marabá e Açailândia, que juntas formam o Polo Siderúrgico de Carajás.

Atraídas pelos generosos subsídios, isenções fiscais e uma vasta e rica flora que poderia ser usada como matéria-prima para produção de carvão a custo zero, as primeiras guseiras, assim chamadas, começam a funcionar em 1988, constituindo, a partir daí, os dois principais polos industriais siderúrgicos do corredor da estrada ferro Carajás. Como bem explica Santos (2015, p. 37):

Concretamente no corredor da estrada de ferro Carajás se edificaram em dois estados os principais pólos siderúrgicos; um no município Açailândia no estado do Maranhão, tendo iniciado as atividades no ano de 1988 com a instalação da Viena Siderúrgica do Maranhão S/A e Companhia Vale do Pindaré S/A. Posteriormente estabeleceram-se no mesmo estado mais dois pólos siderúrgicos, localizados nos municípios de Bacabeira e Pindaré Mirim. No estado do Pará a instalação do pólo siderúrgico se deu no município de Marabá com a instalação em 1988, da Companhia Siderúrgica do Pará –COSIPAR e Siderúrgica Marabá –SIMARA. Posteriormente até o ano de 2008, período que representa o auge da produção siderúrgica, já tinham se instalado no corredor de Carajás 18 empreendimentos para produção de Ferro-gusa, aço e Ferro-ligas, e uma siderúrgica no município de Barcarena.

Em 1988 começa o funcionamento do polo siderúrgico de Carajás, fato que entusiasmou a elite local que via nesse empreendimento perspectivas de progresso e desenvolvimento, que iria gradativamente impulsionar diversas atividades econômicas na região. Pautado nesse discurso, aos poucos esse polo industrial foi tomando corpo e, por conta disso, no início do ano de 2008 já haviam se instalado, no corredor da estrada de ferro Carajás, 18 empreendimentos siderúrgicos, como mostra a tabela 9:

Tabela 9: Empreendimentos Siderúrgicos Instalados no Corredor de Carajás até o ano de 2008.

Nome da Empresa	Localização	Início da Operação	Proprietário
Viena Siderúrgica do Maranhão S/A	Açailândia/MA	1988	Valadares (MG)
Maranhão Gusa S/A	Bacabeira/MA	1990	Calsete (MG)
Cia. Vale do Pindaré S/A	Açailândia/MA	1988	Queiroz Galvão (PE)
Cia. Siderúrgica do Maranhão S/A	Santa Inês/MA	1991	Queiroz Galvão (PE)
Siderúrgica do Maranhão S/A	Açailândia/MA	1993	Queiroz Galvão (PE)
Gusa Nordeste S/A	Açailândia/MA	1993	Ferroeste (MG)
Ferro Gusa do Maranhão Ltda.	Açailândia/MA	1996 (MG)
Cia Siderúrgica do Pará S/A	Marabá/PA	1988	Grupo Monteiro (MG)
Siderúrgica Marabá S/A (atual Sinobrás)*	Marabá/PA	1988	Aços Cearense (CE)
Usina Siderúrgica de Marabá	Marabá/PA	2002	Demétrius Ribeiro (PA)
Siderúrgica Ibérica Pará S/A	Marabá/PA	2002	Trading Espanhola
Terra Norte Metais (atual Cikel)**	Marabá/PA	2003	Grupo Cikel (PR)
Ferro Ligas Marabá Ltda – FERMAR	Marabá/PA	2005(MG e SP)
Siderúrgica do Pará S/A (SIDEPAR)	Marabá/PA	2005	Grupo Gontijo (MG)
Ferro Gusa Carajás S/A	Marabá/PA	2005	Vale S/A
Sidenorte Siderurgia Ltda.	Marabá/PA	2006	José Donizete Bittencourt (MG)
Marabá Gusa Siderúrgica Ltda.	Marabá/PA	2007	Grupo Leolar (PA)
Da Terra Siderúrgica	Marabá/PA	2007	Grupo Revemar (PA)

Fonte: SANTOS, 2015. p. 38.

(*) Em novembro de 2006, o Grupo Aços Cearense comprou a SIMARA e a transformou na aciaria SINOBRÁS.

(**) No ano de 2008, devido a crise econômica americana, a Terra Norte Metais foi vendida para o grupo Cikel que atua no ramo madeireiro e de reflorestamento.

É importante destacar, a partir da observação da tabela acima, que pela quantidade de siderúrgicas instaladas em Marabá e no corredor da Ferrovia Carajás, o Estado brasileiro - através de suas políticas de incentivos – configurou-se como principal agente transformador e modelador do espaço e, no caso amazônico, manifestou-se de forma visível e direta em todas as fases e instâncias do planejamento e execução do Programa Grande Carajás.

O DIM, ao contrário do que se pensa, não iria ser somente um polo siderúrgico de ferro-gusa e outros derivados, mas alavancaria o surgimento de outras atividades de diferentes segmentos, como explica Santos (2015, p. 39):

A ideia inicial era construir o DIM para a implantação não só de siderúrgicas, mas também de quaisquer outros empreendimentos industriais, tais como no ramo da produção de alimentos, exploração de madeiras, indústrias de prestação de serviços (empreiteiras, construtoras, empresas de terraplanagem, etc...). A área disponível teria capacidade para a implantação de até 100 empreendimentos industriais.

Toda essa gama diversificada de possíveis investimentos, tendo os empreendimentos siderúrgicos como o principal deles, objetivava, segundo o governo brasileiro, incorporar a região amazônica, especialmente sua parte oriental, à economia mundial.

Com a instalação do DIM, no município de Marabá, instaurou-se uma nova fase na dinâmica socioeconômica no sul e sudeste paraense. O capital siderúrgico impulsionado pelos seus interesses econômicos imediatistas submeteu parte do território amazônico a produção de carvão vegetal, insumo que iria inaugurar uma nova fase na exploração e extração da mata primária, cuja o uso seria exclusivamente para queima, com objetivo de obter carvão para abastecer, em grandes quantidades, os autofornos das guseiras. Isso, por sua vez, intensificou os conflitos entre pequenos produtores rurais, produtores de carvão e fazendeiros, sem falar nas formas de trabalho degradantes e aviltantes que essa atividade acarretará na força de trabalho envolvida diretamente na produção desse insumo.

Assim, o processo de implantação das indústrias siderúrgicas no Distrito Industrial e Marabá, segundo Santos (2015, p. 49), passou por dois momentos importantes, que foram:

No primeiro momento que compreendia o final da década de 1980 até meados de 2005, temos um período marcado pela instalação das siderúrgicas independentes que produziam, sobretudo o Ferro- gusa (SIMARA e COSIPAR) e que dependia do fornecimento do minério pela ainda estatal CVRD, contando ainda com carvão vegetal em abundância. No segundo momento datado do ano de 2005 até os dias atuais, observa-se que continuam a existir as siderúrgicas independentes, porém se identifica uma tentativa do empresariado, apoiado pelo Estado, em instalar empreendimentos siderúrgicos integrados para produção de Ferro - ligas (como é o caso da FERMAR), e aço, indo portanto, para além da produção do Ferro -gusa. Nesse segundo momento podemos mencionar a inauguração em 2008 da aciaria SINOBRÁS, a primeira usina integrada de Marabá, bem como a tentativa em 2009 de instalação da Aços Laminados do Pará (ALPA) que atualmente se encontra com as obras paralisadas.

Tudo isso implicou no aumento contínuo do consumo de carvão e, conseqüentemente, o aumento da produção desse insumo. Este fato, porém, levou a uma pressão sobre a floresta, uma vez que, grande parte da madeira para se produzir carvão era oriunda da vegetação nativa.

No plano do Programa Grande Carajás (PGC) previa-se o replantio de grandes áreas com espécies exóticas, o eucalipto, por exemplo, destinada a produção de carvão, mas que na verdade, devido vários fatores tais como a abundância de florestas na região, uma frágil legislação ambiental junto com uma ineficaz fiscalização por parte dos órgãos competentes, isso nunca foi levado a sério pelas Guseiras que acabaram, durante um bom tempo, usando apenas carvão produzido a partir da vegetação primária.

Mesmo com todas essas condições favoráveis para funcionamento do setor carvoeiro não tiveram como evitar a derrocada dessa atividade que, graças a crise econômica de 2008, refletiu decisivamente na decadência do setor guseiro e, conseqüentemente, na atividade de produção de carvão.

3.2.1 A crise econômica e financeira de 2008

Antes de adentrarmos com mais afinco na análise da atividade carvoeira em Goianésia, é necessário refletirmos sobre a crise econômica financeira de 2008¹³. Essa crise irá fornecer subsídios para entendermos a decadência da atividade carvoeira nesse município, assim como o fechamento do Distrito Industrial de Marabá (DIM) e a vulnerabilidade da cadeia produtiva do ferro-gusa/carvão vegetal diante das oscilações da economia globalizada.

A crise econômica financeira, culminada em 2008, está inexoravelmente atrelada à política neoliberal, inspirada nos ideais liberais promovidos nos Estados Unidos, pelo presidente americano Ronald Reagan, na década de 1980. Essa concepção defende a não interferência do Estado na dinâmica econômica, pois, nesse ponto de vista, o mercado encontra mecanismos de superação de crises. Por isso, o governo americano orientou a adotar medidas que promovessem maior liberdade das instituições financeiras daquele país. Com base nessa discussão, Silva (2015, p. 52) acrescenta:

Logo, tinha-se a ideia que mercados muitos regulados só atrapalhariam o desenvolvimento e o crescimento da economia, sendo a chave para qualquer problema a sua liberalização e a desregulamentação. Porém, mercados desregulamentados significam maiores oportunidades de lucros para os bancos e instituições financeiras, uma vez que a essência do capitalismo é obter o máximo

¹³ Crise financeira internacional originada em meados de 2007 no mercado norte-americano de hipotecas de alto risco (subprime), adquiriu proporções que acabou por se transformar, após a falência do banco de investimentos Lehman Brothers, numa crise sistêmica. O desenrolar da crise colocou em xeque a arquitetura financeira internacional, na medida em que explicitou as limitações dos princípios básicos do sistema de um perfil específico de instituições financeiras (FARHI. et al. 2009, p. 135).

retorno independentemente se o risco será aumentado ou não. Logo, o governo ao proclamar a liberalização de seus mercados, acabou por incentivar a financeirização da economia e desestimulando o processo produtivo e estimulando o aparecimento de bolhas especulativas.

O governo Reagan promoveu várias reformas na estrutura financeira americana, dentre as quais se destacam a securitização¹⁴ e derivativos¹⁵. Ocasinou, assim, maior desregulamentação econômica que, em tese, foi a responsável direta pela crise financeira de 2008. Ademais, a securitização e os derivativos de crédito permitiam a alavancagem das instituições e a expansão de crédito barato, aumentando o endividamento das famílias e empresas. (SILVA, 2015, p. 53). O mercado de *subprime*, importante instrumento financeiro criado para expandir a concessão de crédito hipotecário, também foi um importante multiplicador para o desencadeamento da crise, uma vez que esse instrumento fazia parte do pacote da chamada desregulamentação da economia americana. Sobre isso, Silva (2015, p. 54) explica:

Por apresentar uma rentabilidade elevada, uma vez que os riscos associados a esses instrumentos financeiros são extremamente altos, o mercado *subprime*, até então pouco explorado, passou a se expandir nos anos 2000, virando mania entre os investidores que passaram a utilizar esse instrumento para conceder o financiamento de hipotecas no mercado imobiliário norte americano.

A principal característica desta operação (*subprime*) é a concessão de créditos e financiamentos a pessoas ou empresas sem nenhuma garantia de pagamento, fato que se tornou recorrente no mercado imobiliário americano.

Pires (2013, p. 4) corrobora explicando que:

Os empréstimos bancários, com base no crédito hipotecário, que têm como garantia o próprio imóvel fizeram com que o mercado imobiliário se expandisse. Com a expansão das condições de oferta de financiamento, os preços dos imóveis aumentaram substantivamente, que por sua vez possibilitaram aos mutuários a renovação das hipotecas com a obtenção de novos empréstimos, sempre maiores que os anteriores, permitindo além da quitação do saldo anterior adquirir novos bens e serviços.

Dentro desse quadro, a eminência de uma grave crise financeira e econômica do capital era uma questão de tempo e, quando ocorreu, espalhou-se para outros países, uma vez

¹⁴ A securitização é o processo de transformar uma dívida em um título lastreado em uma hipoteca, obrigações colateralizadas por dívidas negociáveis nos mercados de capitais. (SILVA, 2015, p. 43).

¹⁵ Instrumentos financeiros cujo preço origina-se de outros ativos ditos subjacentes. Proporcionou assegurar aos investidores e produtores certa proteção contra as oscilações dos preços de mercados, esse instrumento permitiu elevar o grau de alavancagem e especulação nos mercados de capitais, aumentando a fragilidade do sistema econômico. (SILVA, 2015, p. 48).

que a economia planetária se encontra globalizada e fortemente dependente umas das outras. No caso do Brasil, a crise atingiu diretamente diversos setores da economia, como relata Pires (2013, p. 6):

Os reflexos da crise sobre a economia brasileira se manifestaram de duas formas: i) através do mercado financeiro, com a livre mobilidade dos capitais, por exemplo, a compra e venda de ações, títulos da dívida pública, etc. e ii) através do comércio internacional, pois uma vez que a economia brasileira é muito dependente das exportações de commodities, a recessão que vem tomando conta de alguns de seus parceiros comerciais, como EUA, Europa e Japão, a afeta diretamente. Os efeitos através do mercado financeiro se fizeram perceber principalmente por meio da queda da bolsa de valores, elevação do risco Brasil e desvalorização do câmbio.

A parte mais visível da crise financeira americana de 2008 – sentida aqui no Brasil – foi em relação ao setor exportador de *commodities*. Como o país é um grande produtor exportador de produtos primários semielaborados, como minério de ferro e ferro gusa, por exemplo, e alguns de seus importantes parceiros comerciais viram-se no epicentro dessa crise, como os Estados Unidos, Europa e Japão, isso levou a um efeito devastador, também, para o setor produtivo industrial brasileiro. Agravou-se exponencialmente a queda de preços pela desvalorização cambial da moeda perante o dólar, o que causou grande prejuízo aos investidores nacionais e internacionais.

As nações em que grande parte de reservas cambiais advêm de exportações de produtos primários, ou seja, os exportadores de *commodities*, estão mais suscetíveis e vulneráveis aos efeitos das crises cíclicas do capital. É o caso das economias consideradas emergentes, como o Brasil que, até hoje, luta para superar essa fase dificultada pelo alto grau de dependência externa das economias centrais e aos organismos internacionais que, em menor o maior grau, ditam as normas da política econômica nacional.

Em vista disso, municípios cuja economia estruturava-se em torno da cadeia produtiva do ferro-gusa como importante produtor de carvão vegetal, como o município de Goianésia, por exemplo, viu-se afetado pela paralização das indústrias siderúrgicas de Marabá. Esse fato ilustra com bastante propriedade a vulnerabilidade e fragilidade das economias dos países e regiões produtoras de *commodities* totalmente dependentes dos países centrais.

3.2.2 Reflexos da crise no setor carvoeiro

Com a instauração da crise financeira de 2008, um dos principais setores a sentir diretamente os efeitos foi o mercado de *commodities*, especialmente o de ferro-gusa produzido no Polo Siderúrgico de Carajás, na parte oriental da Amazônia brasileira, especificamente o do Distrito Industrial de Marabá (DIM).

Tabela 10: Quadro comparativo das empresas siderúrgicas em funcionamento no distrito industrial de Marabá até 2008, e no cenário pós - crise.

Nome da Empresa	Início da operação	Situação até 2008	Situação atual Abril/2016
Cia Siderúrgica do Pará S/A	1998	Em operação	Paralisada
Siderúrgica Norte do Brasil S.A. (SINOBRAS)	2008	Em operação	Em operação
Ferro Ligas Marabá Ltda. – FER-MAR	2004	Em operação	Paralisada
Usina Siderúrgica de Marabá	2002	Em operação	Paralisada
Siderúrgica Ibérica Pará S/A	2002	Em operação	Paralisada
Cikel Siderúrgica (antiga terra Norte Metais Ltda.)	2008	Em operação	Paralisada
Siderúrgica do Pará S/A	2005	Em operação	Paralisada
Ferro Gusa Carajás S/A- Vale S/A	2005	Em operação	Paralisada
Sidenorte Siderúrgica Ltda.	2006	Em operação	Paralisada
Marabá Gusa Siderúrgica Ltda	2007	Em operação	Paralisada

Da terra Siderúrgica Ltda.	2007	Em operação	Paralisada
----------------------------	------	-------------	------------

Fonte: ASSIS; CARNEIRO, 2012. p. 74

Em entrevista, a respeito do impacto econômico e social gerado pela crise do Distrito Industrial de Marabá, um gestor público do município de Goianésia expõe que o reflexo da paralisação das siderúrgicas na economia local foi brutal, talvez sem precedentes na história recente desse município. Em suas palavras:

A atividade carvoeira em Goianésia, embora com todos os problemas que ela pode apresentar o saldo é positivo porque gera emprego, ou seja, os benefícios dessa atividade são bem maiores que os malefícios. Quando os benefícios superam os malefícios não tem problema, o ruim é quando os malefícios superam os benefícios. E a atividade carvoeira traz sim mais benefícios pra nossa região do que malefícios (prejuízos). Pra você vê o grau de importância dessa atividade pra nós desse município, a SIDEPAR (Siderúrgica aqui de Marabá) teve que fechar, nisso foram 806 empregos diretos ligados a produção de carvão em Goianésia deixaram de existir, ao todo com o fechamento de quase todas as siderúrgicas aqui em Marabá deixaram de existir cerca de aproximadamente 14 mil empregos (somados os empregos diretos e indiretos) episódio cruel para a população da nossa cidade que ficaram a ver navios sem emprego, sem renda, sem nada. (SÁVIO ESPÍNDULA, 42 anos, entrevista concedida em 11 de agosto 2015).

Ainda que o relato acima obscureça a ideologização das lideranças políticas e das elites locais envolvidas no setor de produção de carvão quanto a essência do capital – a superexploração do trabalho - os efeitos da queda dos preços e “retração da demanda norte-americana por ferro gusa, aliados a elevação do preço do minério de ferro pela Vale e o incremento da fiscalização contra o uso de carvão vegetal oriundo de fontes ilegais” (RAMALHO; CARNEIRO, 2015, p. 9), culminaram na queda da atividade carvoeira.

A crise econômica e financeira americana de 2008 - que de início pensava-se que era somente uma crise do setor imobiliário – impactou diretamente o mercado de gusa no Pará, especificamente o DIM, como explica Carneiro (2015, p. 59):

É nesse contexto que em 2008, o mercado imobiliário americano entrou em colapso levando consigo Wall Street, o maior centro financeiro americano. Rapidamente a crise atingiu todos os setores, inclusive o setor siderúrgico americano, que para produzir o aço, dependia do gusa produzido no DIM. Para se ter uma ideia, até 2008 cerca de 90% do gusa produzido no Pará era exportado para os Estados Unidos.

Somando-se a essa situação, a variação da taxa de câmbio, entre os anos de 2007 e 2008, foi outro elemento bastante relevante para o agravamento da crise do setor

carvoeiro/guseiro. “A apreciação do Real frente ao Dólar tornou as exportações brasileiras menos competitivas na disputa com os principais produtores na Ucrânia e na Rússia. ” (RAMALHO e CARNEIRO, 2015, p. 18). Para termos uma melhor noção sobre a decadência da atividade carvoeira em Goianésia, é interessante observar as plantas de carbonização (carvoarias) com licenciamento de funcionamento vencido, sem perspectivas de ser renovado. Tabela 11, a seguir:

Tabela 11: Carvoarias com licenças de funcionamento vencidas em Goianésia do Pará/PA.

	EMPRESA	VALIDADE
1	J A DA CRUZ E CIA LTDA	26/03/2015
2	E N DOS SANTOS CARVOARIA	16/06/2015
3	C A B NASCIMENTO CARBONIZAÇÃO – ME	02/07/2015
4	T P DA SILVA CARVOARIA	02/07/2015
5	R L L FERREIRA CAVOARIA	02/07/2015
6	PINHEIRO IND. E COM. DE CARVÃO LTDA	02/07/2015
7	CARVOARIA SURUBIJU EIRELI – ME	02/07/2015
8	CARVOARIA RIO CAPIM EIRELI – ME	02/07/2015
9	PEROLA NEGRA IND E COM DE CARVÃO VEGETAL	s/d

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), 2015.

(*) A carvoaria Pérola Negra Ind. E Com. De Carvão vegetal apresenta-se s/d (sem data) devido o encerramento de suas atividades já ocorrer a bastante tempo, anterior as demais empresas.

Observa-se, com base na análise da tabela acima, que todas as carvoarias que até recentemente tinham permissão para funcionamento, encontram-se atualmente com suas licenças de operação vencidas, sem perspectivas e interesses de renovação motivados por fatores já citados anteriormente. Com a decadência do setor carvoeiro em Goianésia, poucos fornos continuaram a funcionar e a tendência é de diminuir ainda mais.

Segundo informações de um gestor público municipal:

Aqui em Goianésia existem pouquíssimas carvoarias ainda funcionando, aqui na cidade tem apenas a associação onde pessoas fazem seus fornhinhos pra vender seu carvão no comércio ou em casa mesmo. E pessoas que fazem seus fornos e produz carvão pro seu uso mesmo. Eles pegam resto de árvore e resíduos de serrarias pra queimar e fazer carvão. (SÁVIO ESPÍNDULA, 42 anos, entrevista concedida em 11 de agosto 2015).

Atualmente, no município, existem cerca de 250 fornos espalhados em áreas rurais e em localidades próximas ao núcleo urbano. Essa produção visa abastecer o mercado local de Goianésia. O trabalho de produção de carvão, por sua vez, é feito por trabalhadores muito pobres e marginalizados do trabalho formal, remanescentes da fase áurea desse setor.

Desses 250 fornos, cerca de 180 funcionam em regime comunitário, cuja organização se dá em um espaço em que os trabalhadores constroem seus fornos individualmente, comprando, de forma independente, resíduos de madeira das poucas serrarias ainda em funcionamento. Esses resíduos são queimados e transformados em carvão e vendidos para população com finalidades domésticas. Essa organização foi batizada de *associação* pelos próprios trabalhadores, tendo, inclusive, conivência do poder público municipal, mas sem nenhum aparato legal perante aos órgãos de fiscalização, como IBAMA e SEMAS, ou seja, funcionam na informalidade e na clandestinidade. Esses dados estão melhores distribuídos na Tabela 10, a seguir:

Tabela 12: Quantidade de fornos e trabalhadores ainda em atividade no município de Goianésia do Pará, no ano 2016.

Nº de fornos	Em reg. Comunitário	Independente	Nº de trab. Ocupados
*250	**180	***70	****390

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo.

(*) Número aproximado

(**) Número exato

(***) Número aproximado

(****) Número aproximado

Em pesquisa de campo foi observado que nos fornos que funcionavam em regime comunitário várias pessoas trabalhavam em apenas um forno, ou seja, alguns membros da mesma família trabalhavam juntos para executar a mesma tarefa, por exemplo, o homem e a mulher ou a mulher e filho e até mesmo dois irmãos trabalham em parceria aumentando, assim, o número de pessoas envolvidas no processo.

Já os fornos independentes são construídos por pessoas que, pelo fato de estarem desempregadas, fazem em lugares aleatórios, “catando” sobras de madeiras nos arredores da cidade, como galhos e troncos de árvores cortados e jogados na rua para serem aproveitados para produção de carvão que, logo depois, irão ser vendidos no comércio, churrascarias e em

pontos de venda, geralmente, na própria casa do trabalhador. É o que relata a Sr^a Geralda, de 60 anos, que sobrevive nessas condições:

Eu faço carvão pra sobreviver, meu filho, moro nesse barraco que você ta vendo, sou sozinha, tenho um monte de netos que moram comigo e depende de mim, ai eu tenho que me virar. Cato madeira na rua, algumas pessoas sabem que eu faço carvão, ai já me chamam pra catar alguma sobra de madeira que vêm por ai, quando eu não guento carregar pago um carroceiro que leva pra mim. E ai desse jeito vou me virando. Tem que se virar né, o que não pode é ficar parado. (entrevista concedida em 12 de julho 2016).

O impressionante é que os ex-trabalhadores das carvoarias, assim como a senhora do relato acima, mesmo tendo participado e vivenciado a fase áurea da produção de carvão – período em que ficou mesmo conhecido como “ouro preto” - vivem, pelo menos grande parte deles, na mais absoluta pobreza, excluídos de qualquer oportunidade de melhorias de suas condições. Vivem de “bicos” ou dos programas sociais ofertados pelo Governo Federal, uma vez que foram totalmente marginalizados de qualquer perspectiva de inclusão no mercado formal de trabalho.

As empresas siderúrgicas, desde que foram implantadas nessa região, sempre se beneficiaram economicamente da informalidade do setor carvoeiro. Adquiriam, através de empresas que se diziam compradoras de carvão (os atravessadores), toda a produção das carvoarias clandestinas. Diminuíam, dessa forma, os custos de produção do ferro-gusa e do aço. Um dos ex-executivos da MARAGUSA, siderúrgica localizada no Distrito Industrial de Marabá, relata:

Nesses mais de vinte anos de operação do distrito industrial de Marabá as empresas siderúrgicas não se preocuparam em fazer seu dever de casa, ou seja, fazer suas obrigações ambientais com o plantio de eucalipto, por exemplo, nós da Maragusa em um ano e meio de funcionamento plantamos 4 mil ha sendo que o exigido é 10 mil ha, enquanto que as outras (siderúrgicas) nem isso fizeram em todo tempo que elas estão funcionando. (RENATO SILVEIRA, 52 anos, entrevista concedida em 20 de outubro 2015).

Nesses mais de vinte anos de funcionamento do parque industrial de Marabá, as indústrias siderúrgicas nunca se preocuparam em forjar uma matriz sustentável de carvão para seus autofornos, evidenciando que elas sempre foram beneficiadas pelo desmatamento e a queima de madeira nativa para produção desse insumo, incentivando, financiando e sendo conivente com as práticas predatórias de produção de carvão vegetal. O “promissor

desenvolvimento” gerado pelo setor carvoeiro durou apenas o necessário para revelar a total falta de comprometimento do Estado brasileiro em prover a sociedade de políticas reais de inclusão social, com incentivo às atividades locais, verticalizando e agregando valor às formas de produção já sedimentadas. Ao contrário, permitiu e chancelou que o grande capital corrompesse modos de vida e relações de trabalho, impondo práticas capitalistas de produção cada vez mais penosas e degradantes.

Terminado o ciclo carvoeiro, os agora ex-trabalhadores das carvoarias tentam se reinserir no mercado de trabalho por conta própria, trabalhando como camelôs, ambulantes, serviços esporádicos (cavadores e limpadores de poços, chapas, limpadores de terrenos, etc.). Trata-se de um contingente populacional empobrecido que foram descartados do modelo de produção a qual foram submetidos.

4. TRABALHO E SUAS SIGNIFICAÇÕES NO CONTEXTO PRIMITIVO, FEUDAL E CAPITALISTA

4.1 Conceituando trabalho

Trabalho é inerente ao surgimento da espécie humana e está historicamente atrelado à sobrevivência. O termo em si possui diversos significados e sentidos, desde sua origem. É preciso deixar claro que existe uma diferença brutal entre o trabalho executado pelos outros animais e o trabalho puramente humano. Dessa forma, “o trabalho humano é consciente e proposital, ao passo que o trabalho dos outros animais é instintivo. As atividades instintivas são inatas antes que aprendidas, e representam um padrão relativamente fixo para a liberação de energia ao receber estímulos específicos” (BRAVERMAN, 1987, p. 50).

O trabalho humano em sua gênese esteve sempre associado à tortura, a algo que causa insatisfação, desprazer e incomodo. Assim, não é de se estranhar que, para muitos trabalhadores despossuídos e desprotegidos, o trabalho até hoje está atrelado a essas significações, não lhes trazendo nenhuma realização, mas apenas sofrimento e aflições provocados, fundamentalmente, pelas condições de exploração aos quais eles estão submetidos.

No passado, o homem no processo de criação dos seus instrumentos para poder caçar, pescar e, posteriormente, para o desenvolvimento da prática da agricultura, domesticação e criação de animais, estava desenvolvendo formas e mecanismos que lhe possibilitasse a sua sobrevivência e do seu grupo, com isso desenvolvendo trabalho. Nesse contexto, Braverman (1987, p. 49-50) destaca:

No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, a qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. O trabalho humano é consciente e proposital, ao passo que o trabalho dos outros animais é instintivo. As atividades instintivas são inatas antes que aprendidas, e representam um padrão relativamente fixo para a liberação de energia ao receber estímulos específicos.

É evidente que o trabalho humano se configura como uma ação pensada, articulada mentalmente para em seguida ser executada e que, por esses caracteres, o trabalho não é somente o ato de agir intencionalmente com um propósito, mas a própria obra e o objeto

construído é parte integrante do trabalho. Braverman (1987, p.53) afirma que “o trabalho que ultrapassa a mera atividade instintiva é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como o conhecemos”. Dessa forma, o trabalho sempre assumiu o protagonismo na evolução histórica e social da humanidade, transformando a realidade material de um dado período e dando-lhe a feição que lhe é própria do grupo que agiu sobre aquele território.

Ao longo da existência humana a ideia que se tem do trabalho ou a concepção que se tem dele é algo muito relativizado e é reflexo de como cada sociedade se encontra organizada. As sociedades humanas, ao longo de sua evolução cultural, social, política e econômica, se mostraram organizadas basicamente em quatro sistemas: o primitivo, escravista, feudal e o capitalista.

Nas sociedades primitivas as formas de organização do trabalho são relativamente simples, na medida em que não há produção de excedentes nem propriedade privada e todos participam coletivamente na manutenção e para a sobrevivência do grupo, regidos por uma simples divisão social do trabalho, como destaca Santos (2012, p. 28), apoiado em Engels (1984):

Todos os membros da comunidade tinham condições iguais no que se refere aos meios de produção; ninguém podia assumir a propriedade privada deles, cada elemento da comunidade recebia a sua quota de produção conforme suas necessidades e normalmente não ficava excedente em benefício de alguém em particular.

Nesse contexto, o trabalho apresenta-se organizado ainda muito timidamente e serve na sua essência para a manutenção do grupo e reprodução da sobrevivência sem ainda atingir formas complexas de estruturação. O processo de desestruturação desse sistema começa a partir de uma série de fatores, dentre eles, o intercâmbio entre grupos humanos até então distintos, o desenvolvimento da agricultura, a domesticação de animais, o aprimoramento da metalurgia, refletindo na invenção de novos instrumentos de trabalho e de novas armas e, por fim, a propriedade privada.

Com a desagregação do sistema primitivo, processou-se o sistema escravista - organização social marcada principalmente pela propriedade privada e pelo trabalho escravo:

A escravidão latente na família só se desenvolve aos poucos com o crescimento da população e das necessidades, com a extensão do intercâmbio externo, tanto da guerra como do comércio. A segunda forma de propriedade é a propriedade comunal e estatal da Antiguidade, resultado, sobretudo, da reunião de várias tribos em uma única cidade, por contrato ou por conquista, e na qual subsiste a escravidão. Ao lado

da propriedade comunal, desenvolve-se já a propriedade privada mobiliária e, depois, a imobiliária, mas como uma forma anormal subordinada à propriedade comunal. Os cidadãos possuem o poder sobre seus escravos trabalhadores, mas apenas coletivamente, e então, por isso, ligados à forma de propriedade comunal. Essa forma é a propriedade privada coletiva dos cidadãos ativos que, por causa dos escravos, são obrigados a manter esse modo de associação que surgiu naturalmente. (MARX e ENGELS, 2007, p. 90).

O trabalho nesse sistema assume outra conotação, na medida em que nessas sociedades (a grega e romana principalmente) o trabalho produtivo era ofício único e exclusivamente das populações dominadas e conquistadas, sendo uma espécie de desonra as classes dominantes se dedicarem a tal labor. No período considerado entre o século V até basicamente final do século XV, historiadores datam o período chamado de Idade Média. Nesse período predominou o sistema feudal de organização social, econômica e política. Hegemônico principalmente na Europa, sucedendo o sistema escravista até então vigente. Marx (2013, p. 964) nos fornece uma breve descrição da organização socioeconômica desse período:

Em todos os países da Europa, a produção feudal se caracteriza pela partilha do solo entre o maior número possível de vassallos. O poder de um senhor feudal, como o de todo soberano, não se baseava na extensão de seu registro de rendas, mas no número de seus súditos, e este dependia da quantidade de camponeses economicamente autônomos.

Nessa realidade medieval, a organização social-produtiva estava pautada no trabalho da terra colocada como eixo central e estrutural, tendo a grande massa (nesse caso, os servos) à função do trabalho produtivo para viabilizar as riquezas das outras classes, como os senhores feudais, a nobreza e o clero.

Os servos considerados como semi-escravos¹⁶, instrumento importante de sustentação desse sistema, eram obrigados a trabalhar nas terras dos senhores, sendo extremamente explorados e obrigados a pagar inúmeras taxas e a prestar inúmeros serviços ao proprietário da terra, onde ele e sua família viviam, de onde derivavam inúmeros motins e revoltas dos camponeses contra esse sistema e os proprietários dos feudos. Sendo assim, a concepção de trabalho, nesse período, ainda não foge muito da sua concepção etimológica original relacionada à tortura, desgosto e aflição.

¹⁶ Situação em que o camponês diferente da propriedade, não pertence ao senhor feudal, gozando dessa forma, de uma certa liberdade. Caso não existente no sistema escravista, cuja terra e todos outros meios de produção inclusive o trabalhador pertence ao seu dono.

A desagregação desse sistema social produtivo (feudalismo), assim como todos os outros, estão relacionados ao desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção, ao desenvolvimento tecnológico e às contradições emergidas dentro do próprio sistema, como nos detalha Santos (2012, p. 30):

Com o passar dos séculos os camponeses foram lutando com força cada vez maior contra a opressão feudal para obter o direito de dispor livremente do produto de seu trabalho. Até que, ao final da idade média, o comércio e as cidades vão ressurgindo e minando esse sistema de produção. Surgem pequenas unidades artesanais, logo começam a desenvolver grandes empresas empregando trabalhadores não submetidos à servidão; o comércio cresce além dos mares com descobertas de novas rotas comerciais e com a colonização da América. Nos séculos XVI e XVII realizam-se grandes descobrimentos científicos e técnicos. Aos poucos vai se desenvolvendo no seio da sociedade feudal um novo sistema, o sistema capitalista de produção.

A insatisfação por parte dos membros que compõem determinada realidade social, o surgimento de novos atores, o desejo de alteração da estrutura social vigente, tudo isso são ingredientes que possibilitam o desenvolvimento de mudanças da realidade material, levando a afirmar que as transformações históricas têm seu próprio curso e destino.

Assim, a decadência do sistema feudal não aconteceu de forma linear em todas as regiões onde predominava esse modo de organização social. A transição para o capitalismo foi marcada por vários acontecimentos relacionados às classes sociais exploradas, que no geral foram importantes para a fertilização e a ramificação do sistema capitalista, como esclarece Fialho Nascimento (2006, p. 45):

A transição do feudalismo para o capitalismo foi marcada, assim, por um empobrecimento generalizado da população trabalhadora, posto que além da expropriação dos meios de produção, se romperam as condições sociais estabelecidas, que garantiam minimamente um sistema de proteções e obrigações, sem que, em seu lugar, se tivessem criado condições de suporte para suas carências mais básicas.

A formação desse exército imenso de trabalhadores expropriados e ociosos de vários setores e atividades, que continuou a se formar na fase mercantil e comercial da chamada etapa primitiva do capitalismo, será fundamental para o desenvolvimento e consolidação da fase industrial do capital, do final do século XVIII em diante.

Diferentemente de todos os sistemas anteriores já existentes (primitivo, escravista e feudal) no continente europeu, a partir do surgimento do capitalismo, o trabalho e as relações dele advindas assumem uma conotação e uma concepção diferente, diria até nunca antes vista na história, como explica Marx (1996, p. 33):

O capital comercial e o capital de empréstimo aparecem nas formações sociais anteriores ao capitalismo e nelas representam as modalidades exponenciais do capital. Captam o produto excedente no processo da circulação mercantil e monetária, através das trocas desiguais e dos empréstimos usurários, porém não dominam o processo de produção. Somente com o capital industrial, que atua no processo de criação do sobre produto mediante a exploração de trabalhadores assalariados, é que se constitui o modo de produção capitalista. O capital industrial torna-se, então, a modalidade exponencial do capital, que submete o capital comercial e o capital de empréstimo às exigências da reprodução e expansão das relações de produção capitalistas.

Observa-se que é apenas com o surgimento e com o desenvolvimento industrial (e os reflexos em todas as formas de trabalho) é que o sistema capitalista irá verdadeiramente se consolidar como sistema dominante, com as feições que o caracterizam, submetendo todas as outras formas de produção preexistentes – inclusive a fase comercial mercantil dele próprio – a um novo e singular modo de reprodução ampliada do capital.

Deve-se lembrar, porém, que tais condições materiais e sociais dessa fase industrial do modo capitalista de produção só foram possíveis graças às condições pré-existentes do próprio sistema, como bem destaca Fialho Nascimento (2010, p. 4):

Entre os modos nada idílicos a que Marx se refere, podemos destacar a pilhagem, o saque, a chacina, a ganância com que as primeiras nações a se lançarem ao além-mar, lograram acumular, algumas efemeramente, grandes tesouros às custas das regiões não civilizadas do globo. Dentre os processos históricos que constituem a própria Acumulação Primitiva, destacam-se a expansão comercial européia e o conseqüente sistema colonial.

Em suma, as condições históricas, sociais e materiais estavam dadas - desagregação do sistema feudal e a emergência da fase mercantil e comercial do capitalismo - para que o sistema capitalista adquirisse as feições que possui atualmente, isto é, “a constituição destes dois elementos – capital acumulado e força de trabalho – que, por sua vez, está na base do desenvolvimento do modo de produção capitalista” (FIALHO NASCIMENTO, 2006, p. 51).

Corroborando com o que está sendo dito:

Pela utilização de métodos violentos que se deu a colonização das chamadas sociedades de economia natural, sendo que ao final do processo de acumulação primitiva, desencadeado pelos colonizadores sobre as colônias da Ásia, da África e da América, o resultado foi o mesmo produzido originalmente sobre a Europa. Os objetivos eram os mesmos – a destruição da propriedade comunal e a separação final do homem dos seus meios de produção. Estava aberto, assim, o caminho para o apossamento direto dos recursos naturais e para a “liberação” do homem, condições elementares para o processo de constituição do próprio capitalismo (*idem*, p.4).

Portanto, a partir disso, o trabalho – organizado sob a égide do modelo capitalista de produção e suas mais variadas formas de exploração, torna-se cada vez mais intenso, a medida em que o modo de produção capitalista avança e se moderniza. Os trabalhadores que historicamente são os que produzem riqueza, vão se transformar em proletários, sujeitos assalariados totalmente despossuídos dos meios de produção, tendo como única moeda de troca sua força de trabalho para ser vendida para o capitalista, ou seja, os detentores dos meios de produção. Nessa relação desenvolvem-se as mais variadas formas de exploração, desde a do valor a ser pago por essa mercadoria (força de trabalho) até a intensidade de exploração em seu nível máximo, durante o processo de produção diário. Sobre esse processo de exploração no qual o trabalhador proletário encontra-se submetido, Marx (1996, p. 58) nos explica que:

Ao vender seu trabalho por determinada quantidade de meios de subsistência, renuncia o proletário a qualquer direito de participar no produto. A apropriação dos produtos continua como era antes; não se modifica com o ajuste que mencionamos. O produto pertence exclusivamente ao capitalista que forneceu a matéria-prima e os meios de subsistência do trabalhador. É uma conseqüência rigorosa da lei da apropriação cujo princípio fundamental era, ao contrário, o direito de propriedade exclusiva de cada trabalhador ao produto de seu trabalho.

Na “trama” do processo produtivo, o trabalhador proletário não é só “vaiado no palco”, ele é “jogado para fora do teatro”, na medida em que é excluído do produto do seu trabalho, isto é, ele não se reconhece no produto criado pelo seu labor. Dessa forma, o trabalho humano transforma-se em mercadoria, cujo valor é determinado pelos interesses momentâneos do capital, onde a mais valia é a essência de todo esse processo, cristalizando o caráter alienante e exploratório do modo de produção capitalista, como destaca Marx (1996, p. 143):

A força de trabalho é uma mercadoria, e como toda mercadoria tem um valor e um valor de uso. Seu valor é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário envolvido para manter o trabalhador vivo, e para educar as crianças que irão substituí-lo. O seu valor, como o de qualquer outra mercadoria, estava determinado antes de ela entrar em circulação, pois determinado quantum de trabalho social havia sido gasto para a produção da força de trabalho, mas o seu valor de uso consiste na exteriorização posterior dessa força.

Dentro desse contexto, o trabalho não é algo que traga realizações e satisfações, mas sim alienação e sofrimento, uma vez que o trabalhador – atuando diretamente na produção – é submetido à lógica de organização trabalhista, que permite que ele doe o máximo da sua força

de trabalho, conseguindo apenas o mínimo para continuar sobrevivendo e produzindo enquanto mercadoria do capital.

O trabalho repetitivo e rotineiro é outra faceta do modo de produção capitalista, presente até hoje na maioria das grandes firmas espalhadas pelo mundo, mecanismo que obriga ao trabalhador doar o máximo da sua capacidade produtiva, pois o seu ritmo de trabalho é conduzido cada vez mais por máquinas, reforçando ainda mais a exploração do trabalho e podendo de forma brutal o trabalho criativo (criatividade que deveria se pautar a atividade laboral), conduzindo a um processo de alienação singular da classe proletarizada na história do trabalho das sociedades humanas. Com ênfase nisso, Albornoz (2004, p. 75,76) ressalta que:

O trabalho, pois, segundo Marcuse, não seria apenas alienado no mundo de hoje, mas alienante. A servidão ao trabalho sem sentido serve para castrar os indivíduos como seres políticos e pensantes. A ocupação no trabalho de oito horas, mesmo quando quatro horas seriam mais do que suficientes para manter a produção de alimentos e produtos de necessidade real para a sobrevivência, tem o sentido de manter as massas ocupadas e obedientes, de abafar os protestos, e assim manter as inércias de um sistema que se auto-reproduz quase insensivelmente.

O trabalho nessa perspectiva tem uma função alienante não só do ponto de vista do proletário em relação ao produto criado pelo seu trabalho, mas também a de alienar os indivíduos politicamente, tornando-os dóceis, domesticados e inertes, amortecendo assim os mecanismos e resistência que porventura poderiam ser elaborados para alterar a condição na qual se encontra a classe trabalhadora.

Para a consolidação do modo capitalista, como o conhecemos hoje (hegemônico e dominante), os Estados-Nação tiveram que, ao longo da história, passar por uma reformulação no sentido de tornar-se uma estrutura viável para reprodução ideológica dos valores e princípios do modo de produção capitalista. Assim, os Estados tornam-se Estados-burgueses, atuando sempre do lado da classe dominante, ou seja, os grupos detêm o poder econômico, permitindo que as relações degradantes de trabalho e tudo que envolva os meios materiais de existência sirva, unicamente, para acumulação de riquezas e a reprodução da desigualdade.

4.2 A exploração do trabalho escravo indígena e negra no Brasil-colônia no contexto da economia-mundo

Se não fizéssemos essas considerações sobre os sistemas de organização social, político e econômico - primitivos, escravistas, feudais e capitalistas – ficaria uma lacuna em nossa pesquisa, pois é de extrema importância falarmos sobre os sistemas implantados aqui aos povos da América latina (a partir do final século XV em diante), especificamente no Brasil, território colonial do capitalismo comercial das potências europeias.

Os processos de constituição, apropriação, dominação e exploração do território brasileiro surgem no contexto da expansão do sistema capitalista (expansão marítima europeia no século XV), como um modo produção que irá, gradativamente, transformar todas as economias dos Estados-nacionais em um sistema-mundo articuladas sobre a égide do mercado. Em explicação sobre essa questão, Wallerstein (1990, p. 25) destaca:

Foi nos finais dos séculos XV e princípios do século XVI que apareceu aquilo a que podemos chamar uma economia-mundo europeia. Ela não era um império mas, no entanto, era tão extensa como um grande império e partilhava algumas das suas características. Mas era diferente, e nova. Era uma espécie de sistema social que o mundo ainda não conheceu realmente antes e que constitui a característica distintiva do sistema mundial moderno. Era uma entidade econômica mas não política, ao contrário dos impérios, cidades-estados e nações-estados. De fato, ela continha precisamente dentro dos seus limites (é difícil falar de fronteira), impérios, cidades-estados e nações-estados em ascensão. Era um sistema mundial não porque contivesse todo o mundo, mais porque era mais lata do que qualquer unidade política juridicamente definida. E era uma economia-mundo porque as ligações básicas entre as partes do sistema eram econômicas, embora fossem reforçadas em alguma medida por laços culturais e eventualmente, como teremos a ocasião de ver, por arranjos políticos e inclusivamente estruturas confederadas.

O modo de produção capitalista para se consolidar como sistema hegemônico dominante, como o é atualmente, precisou expandir suas fronteiras para todas as partes do mundo, interligar economicamente as nações, abrir novos mercados e aplicar a racionalidade científica nas relações de produção e no processo produtivo, submetendo e subvertendo culturas e formas de produzir outrora existentes aos princípios e valores capitalistas, cujo fim derradeiro é a acumulação e a reprodução ampliada do capital. “É, no entanto, salutar recordar que, pelo menos nessa fase, não havia só um capitalismo, mas vários capitalisms europeus, cada qual com sua zona e seus circuitos” (WALLERSTEIN, 1990, p. 82).

Nesse contexto, o trabalho e a estruturação das relações de produção dentro do território brasileiro foram sendo forjadas, obedecendo a uma lógica produtiva baseada em

uma divisão internacional do trabalho imposta a partir dos interesses das grandes potências econômicas da época (Espanha e Portugal, por exemplo), destinando as suas áreas coloniais, como foi o caso do Brasil, a abastecer a metrópole de produtos naturais e matérias primas que, por sua vez, seriam importantes para a acumulação de riquezas e de capitais aos países colonizadores.

Assim, o comércio mundial em franca expansão, a partir da segunda metade do século XV e nos séculos XVI, XVII e XVIII, foi o responsável em estabelecer rupturas e criar um circuito de trocas em escala global planetária, isto é, uma economia-mundo na era moderna que, cada vez mais, se consolidava graças ao desenvolvimento científico e tecnológico (principalmente no setor de transporte e de comunicação) da época.

É importante ressaltar que as inúmeras formas de trabalho, que foram incorporadas nessa fase comercial e expansionista do modo de produção capitalista, continuaram degradantes, como se a modernidade, marcada pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, não interferisse nas relações de produção entre os homens que permaneciam, praticamente, as mesmas ou senão piores, tendo uma ligeira variação com a incorporação do trabalho assalariado que, por sua vez, eram tão aviltantes quanto às outras formas de organização produtiva do passado. A verdade é que nesse primeiro momento de constituição da chamada economia-mundo, inerente ao processo de acumulação primitiva do capital, os trabalhos escravo e servil foram preservados em vários cantos do mundo, agora submetidos às regras do modelo de produção capitalista. É o que observa Wallerstein (1990, p. 91), fazendo uma radiografia das formas de trabalho estabelecidas nesse período:

A economia-mundo incluía nesta época várias espécies de trabalhadores: havia os escravos, que trabalhavam nas plantações de açúcar e nas formas simples de operação mineira que implicavam numa escavação superficial do solo. Havia servos que trabalhavam em grandes domínios onde os cereais eram cultivados e as florestas exploradas. Havia camponeses ligados a operações variadas com produtos agrícolas (incluindo cereais) destinados ao mercado, e trabalhadores assalariados em algumas produções agrícolas. Isto englobava 90-95% da população da economia-mundo europeia.

Sobre a explicação dessas várias formas de organização do trabalho, coexistindo simultaneamente nesse primeiro momento do avanço do sistema da economia-mundo, Wallerstein (1990, p. 92) esclarece:

É porque estavam estes modos concentrados em zonas diferentes da economia-mundo – escravatura e feudalismo na periferia, trabalho assalariado e auto-emprego no centro e, como iremos ver, parceria na semiperiferia? Porque as formas de

controle do trabalho afetam significativamente o sistema político (em particular a força de aparelho do Estado) e as possibilidades de uma burguesia indígena prosperar. A economia-mundo estava precisamente baseada no pressuposto de que realmente existiam estas três zonas e de que estas possuíam, de fato, diferentes formas de controle do trabalho. Se assim não fosse não teria possível assegurar o tipo de fluxo dos excedentes que permitiu que o sistema capitalista visse a luz do dia.

No tocante à América Latina e, em particular, o Brasil – considerado como zonas periféricas desse sistema da economia-mundo – o trabalho regimentado foi a escravidão de negros africanos e de nativos indígenas que, durante toda fase colonial, permitirá que o domínio ibérico se consolide em todo esse vasto território. Os fundamentos para existência desse modelo de organização Fernandes (1975, p. 13) explica:

Em termos sociológicos, os fundamentos legais e políticos dessa dominação colonial exigiam uma ordem social em que os interesses das Coroas e dos colonizadores pudessem ser institucionalmente preservados, incrementados e reforçados, sem outras considerações. Isso foi conseguido pela transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos ou mestiços). Assim, uma combinação de estamentos e castas produziu uma autêntica sociedade colonial, na qual apenas os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder e de transmitir posição social através da linhagem “europeia”.

Interessante destacar que, quando se trata da exploração do trabalho na América, especificamente no Brasil, nos séculos XVI, XVII, XVIII até aproximadamente o final do século XIX, caracterizado pelo trabalho escravo, faz-se necessário afirmar que essa organização social e econômica possuía feições e características peculiares, como esclarece Júnior (2011, p. 269):

A escravidão americana não se filia, no sentido histórico, a nenhuma das formas de trabalho servil que vêm, na civilização ocidental, do mundo antigo ou dos séculos que o seguem; ela deriva de uma ordem de acontecimentos que se inaugura no séc. XV com os grandes descobrimentos ultramarinos, e pertence inteiramente a ela.

Conveniente notar, como fator histórico, que a escravidão aparentemente abolida em toda civilização ocidental ressurgiu com vigor nesse período histórico (séc. XVI, XVII, XVIII até praticamente todo século XIX) no Brasil e na América espanhola. “Surge assim como um corpo estranho que se insinua na estrutura da civilização ocidental, em que já não cabia. E vem contrariar-lhe todos os padrões morais e materiais estabelecidos” (JÚNIOR, 2011, p. 270).

A escravidão moderna (denominação dada para diferenciar a escravidão que ocorreu aqui na América da escravidão ocorrida no mundo antigo) foi reflexo exclusivamente dos

interesses comerciais das potências europeias da época, usando nesse processo a mão de obra negra africana e a indígena para produção de gêneros que interessavam o comércio europeu desse período. Os povos escravizados aqui no Brasil (negros e indígenas), vistos como seres inferiores pela cultura europeia, possuíam uma gama enorme de conhecimentos tão ou talvez maior do que o povo que lhe estava escravizando, mas nem por isso foram usados de outra forma a não ser como instrumentos mecânicos de produção. Em uma crítica sobre como se deu o processo de escravidão de negros e indígenas aqui no Brasil, Júnior (2011, p.272) afirma que:

Aqui ainda, a comparação com o que ocorreu no mundo antigo é ilustrativa. Neste último, a escravidão se forneceu de povos e raças que muitas vezes se equiparam a seus conquistadores, se não os superaram. Contribuíram assim para estes com valores culturais de elevado teor. Roma não teria sido o que foi se não contasse com o que lhe trouxeram seus escravos, recrutados em todas as partes do mundo conhecido, e que nela concentram o que então havia de melhor e culturalmente mais elevado. Muito lhes deveu e muito deles aprendeu a civilização romana. O escravo não foi nela a simples máquina de trabalho bruto e inconsciente que é o seu sucessor americano. Na América, pelo contrário, a que assistimos? Ao recrutamento de povos bárbaros e semibárbaros, arrancados do seu habitat natural e incluídos, sem transição, numa civilização inteiramente estranha. E aí que os esperava? A escravidão no seu pior caráter, o homem reduzido à mais simples expressão, pouco senão nada mais que o irracional: "Instrumento vivo de trabalho", o chamará Perdígão Malheiro. Nada mais se queria dele, e nada mais se pediu e obteve que a sua força bruta, material. Esforço muscular primário, sob a direção e açoitado do feitor.

Do ponto de vista do colonizador europeu, os seres escravizados eram apenas braços e pernas usados no processo produtivo, seres tidos como desprovidos de qualquer forma racional de conhecimento. Em comparação à escravidão ocorrida no mundo antigo e em Roma, o que aconteceu aqui na América foi pior, porque no processo escravocrata ocorrido fora do continente americano, os povos conquistados e escravizados tiveram uma enorme contribuição cultural e científica para a consolidação dessa sociedade, enquanto na América, em particular no Brasil, isso não foi levado em consideração. Foi ignorada totalmente qualquer forma de conhecimento que porventura tivesse origem desses seres “ignorantes e selvagens”. Essas ideias, porém, estavam sustentadas em concepções eurocêntricas pré-concebidas, como demonstra Fialho Nascimento (2010, p. 5):

A violência dos processos desencadeados sobre a América estava fundamentada no pressuposto de que os índios – assim como o negro e o mestiço -, por serem indivíduos “inferiores”, nasceram para servir. Essa inferioridade era dada, entre outros motivos, pela natureza “rude” dos indígenas, em oposição ao “refinamento”, por exemplo, dos espanhóis.

Essas concepções serviram para dar legitimidade moral e religiosa aos mais de três séculos em que o Brasil e outras áreas da América Latina ficaram submetidos aos domínios das nações europeias.

Segundo Júnior (2011, p.272), “o cabedal de cultura que traz consigo da selva americana ou africana, e que não quero subestimar, é abafado, e se não aniquilado, deturpa-se pelo estatuto social, material e moral a que se vê reduzido seu portador”. A violência física e cultural contra os povos nativos (índios) e os negros trazidos da África foram tão fortes que os próprios idiomas deles foram sendo perdidos ao longo do tempo.

De todo modo, ao tratarmos da exploração do trabalho ou mais especificamente do trabalho escravo no Brasil pelo viés da escravização da mão de obra indígena e negra na época do Brasil-Colônia, é necessário nos atermos que esse processo não se deu de forma linear e homogênea, na mesma proporção e intensidade. É certo que há muitos fatos em comum, mas também há peculiaridades que diferenciam esses dois casos, como destaca Júnior (2011, p.275, 276):

No caso do indígena, ainda houve a educação jesuítica e de outras Ordens, que com todos seus defeitos, trouxe todavia um começo de preparação de certo alcance. Mesmo depois da expulsão dos jesuítas, o que desfalcou notavelmente a obra missionária, pois as demais Ordens não souberam ou não puderam suprir a falta, o estatuto dos índios, embora longe de corresponder ao que deveria ter sido em face da legislação vigente, e cujas intenções eram justamente de amparar e educar este selvagem que se queria integrar na colonização, ainda contribuiu para manter o indígena afastado nas formas mais deprimentes da escravidão; se não lhe proporcionou grandes vantagens e progressos materiais, concedeu-lhe um mínimo de proteção e de estímulo. Mas para o negro africano, nada disto ocorreu. As ordens religiosas, solícitas em defender o índio, foram as primeiras a aceitar, a promover mesmo a escravidão africana, a fim de que os colonos, necessitados de escravos, lhes deixassem livres os movimentos no setor indígena. O negro não teve no Brasil a proteção de ninguém.

O caso da exploração da força de trabalho negra pelo processo de escravização, principalmente durante o período colonial no Brasil, foi, sem sombra de dúvidas, mais brutal e perverso (sem com isso ignorar o fato de que a escravidão indígena também foi um fato bárbaro na nossa história, cujas comunidades inteiras foram exterminadas pelos europeus durante o processo de escravização e resistência), cujos mecanismos de resistências foram quase que aniquilados, largados à própria sorte.

No caso da utilização do trabalho escravo indígena, Ribeiro (1995, p.99) nos mostra de que forma os nativos eram usados, afirmando que:

Nenhum colono pôs jamais em dúvida a utilidade da mão de obra indígena, embora preferisse a escravatura negra para a produção mercantil de exportação. O índio era tido, ao contrário, como um trabalhador ideal para transportar cargas ou pessoas por terras e por águas, para o cultivo de gêneros e o preparo de alimento, para a caça e a pesca. Seu papel foi também preponderante nas guerras aos outros índios e aos negros quilombolas. A documentação colonial destaca, por igual, as aptidões dos índios para ofícios artesanais, como carpinteiros, marceneiros, serralheiros, oleiros. Nas missões jesuíticas tiveram oportunidade de se fazerem tipógrafos, artistas plásticos, músicos e escritores. A função básica da indiada cativa foi, porém, a de mão de obra na produção de subsistência. Para isso era caçados no mato e engajados, na condição de escravos, índios legalmente livres, mas apropriados por seus senhores através de toda sorte de vivências, licenças e subterfúgios.

É certo que parecia existir uma distinção entre o trabalho do escravo indígena e o trabalho do escravo negro, atribuindo ao primeiro uma posição de mais capacidade de aprender atividades mais sofisticadas, como artes plásticas, por exemplo, enquanto que o negro foi reduzido à mera atividade braçal e rotineira, evidenciando o preconceito de que o negro não tinha aptidões, nem capacidade de aprender ofícios mais elaborados. Mas, isso não ameniza o fato de que ambos, tanto índios como negros, foram vítimas de um mesmo processo histórico, protagonizado pelo colonizador europeu, numa fase mercantil e comercial do modo de produção capitalista, cujo comércio foi o elemento central que impulsionou todas as alterações territoriais, sociais e econômicas na América, especialmente no Brasil, durante um determinado período na história.

Portanto, a expropriação da força de trabalho da grande maioria da população brasileira, desde seu período colonial, sempre esteve atrelada ao processo de instauração e desenvolvimento do sistema capitalista. O trabalho escravo e posteriormente o trabalho assalariado revelaram nos países-colônias da América latina, especialmente o Brasil, que o trabalho degradante e mal pago são as condições preexistentes para que o modo de produção vigente possa se perpetuar e se reproduzir.

4.3 O papel do estado capitalista burguês na conformação do trabalho

Logo de início é importante deixar claro que ao nos referirmos à categoria analítica Estado, estamos aludindo ao Estado capitalista burguês, cujo autor que melhor traduz seu significado é Poulantzas (1977, p 119). Ele esclarece:

Este Estado apresenta-se como um Estado-popular-de-classe. As suas instituições estão organizadas em torno dos princípios da liberdade e da igualdade dos “indivíduos” ou “pessoas políticas”. A legitimidade deste Estado está agora baseada não na vontade divina implicada no princípio monárquico mas, no conjunto dos

indivíduos-cidadãos formalmente livres e iguais, na soberania popular e na responsabilidade laica do Estado para com o Povo. O próprio povo é regido em princípio de determinação do Estado, não enquanto composto por agentes da produção distribuídos em classes sociais, mas enquanto massa de indivíduos-cidadãos, cujo modo de participação em uma comunidade política nacional se manifesta no sufrágio universal, expressão da “vontade geral”. O sistema jurídico moderno, distinto da regulamentação feudal baseada nos privilégios reveste um caráter “normativo”, expresso em um conjunto de leis sistematizadas a partir dos princípios de liberdade e igualdade: é o reino da “lei”. A igualdade e a liberdade dos indivíduos cidadãos residem na sua relação com as leis abstratas e formais, as quais são tidas como enunciando essa vontade geral no interior do “Estado de direito”. O Estado capitalista moderno apresenta-se, assim, como encarnando o interesse geral de toda a sociedade como substancializando a vontade desse “corpo político” que seria a “nação”.

Observa-se que, nessa concepção, princípios como os de liberdade e igualdade burguesa irão atingir a posição central nessa definição e que as instituições, as leis e as políticas advindas desse Estado terão que convergirem e refletirem, pelo menos em tese, para vontade geral e os interesses comuns das classes sociais.

Com o surgimento do modo de produção capitalista - que emerge na Europa no final do século XV e início do século XVI – gradualmente, irá constituir-se o Estado capitalista burguês que, por sua vez, estará comprometido com a manutenção e a intensificação de uma sociedade dividida em classes sociais, cuja característica tornará base fundamental para reprodução ampliada do capital e da mais-valia oriunda, em grande medida, da exploração da força de trabalho das classes trabalhadora. Com ênfase nessa discussão, Saes (1987, p. 11) destaca:

Existe, portanto, uma correlação entre a exploração do trabalho de uns homens por outros e um elenco de atividades, distinto do próprio processo de exploração, destinadas a assegurar a continuidade dessa relação de exploração. Se uma coletividade se acha dividida em classes sociais antagônicas (exploradora e explorada), deve ali existir um complexo de atividade, distintas das atividades de produção, destinadas a preservar esse estado de coisas; vale dizer, a assegurar a continuidade da divisão da coletividade em classe social exploradora e classe social explorada. A esse complexo de atividades Marx e Engels chamam Estado.

O Estado capitalista burguês tem em suas variantes a ideologia de uma sociedade livre, democrática e aberta, concedendo ao trabalhador, por exemplo, a liberdade de abandonar o seu emprego e procurar outro; liberdade também das firmas em escolher a sua melhor maneira ou lugar de desenvolver sua produção, etc. Toda essa gama de direitos traduzidos aparentemente no ideal de liberdade serve, fundamentalmente, para camuflar o caráter explorador do sistema capitalista.

Portanto, é evidente que no sistema capitalista (ao contrário de modos de produção pré-existentes), as liberdades sociais ou individuais são fatores que não impedem que a acumulação capitalista e a reprodução da mais-valia aconteçam, porque ele (modo de produção capitalista) é extremamente adaptável, o que, inclusive, reforça a capacidade de exploração do capital com significativa ampliação da sua margem de lucro.

A concepção e percepção do trabalho, bem como o valor material atribuído a ele, é diretamente proporcional ao modelo de organização produtivo vigente em determinado período e em cada sociedade. Nas sociedades capitalistas, o trabalho, especialmente o produtivo, só o é quando cria valor. Nessa discussão é de suma importância nos atentarmos ao que Marx (1953, p.19), nos revela sobre esse binômio ‘valor e trabalho’:

Uma mercadoria tem um valor por ser uma cristalização de um trabalho social. A grandeza de seu valor, ou seu valor relativo, depende da maior ou menor quantidade dessa substância social que ela encerra, quer dizer, da quantidade relativa de trabalho necessário à sua produção. Portanto, os valores relativos das mercadorias se determinam pelas correspondentes quantidades ou somas de trabalho invertidas, realizadas, plasmadas nelas. As quantidades correspondentes de mercadorias, que foram produzidas no mesmo tempo de trabalho, são iguais. Ou, dito de outro modo, o valor de uma mercadoria está para o valor de outra, assim como a quantidade de trabalho plasmada numa está para a quantidade de trabalho plasmada na outra.

Seguindo essa lógica, o valor de uma determinada mercadoria é inerente à quantidade de esforço (trabalho) empregado no processo de produção. No entanto, é prudente destacar que nesse processo não estão sendo enfatizados outros elementos importantes que interferem diretamente no valor final de uma determinada mercadoria como subsídios, isenções fiscais, exploração do trabalho materializados por pagamentos de baixos salários, entre outros. Assim, o trabalho para o capital é percebido apenas pelo viés de sua funcionalidade, ou seja, produzir mais valia e proporcionar, cada vez mais, acumulação de capitais para os donos dos meios de produção.

Já para a grande maioria, isto é, para a classe trabalhadora, trabalho está associado a um meio de subsistência, cujo objetivo principal é provê-los de sua existência material, por isso, trabalho, principalmente a partir da primeira revolução industrial, está diretamente relacionado a emprego. Daí a grande preocupação do Estado e de entidades sindicais da preservação e manutenção do mercado de emprego, visto que isso torna importante para manter certo mercado de consumo interno dos países e outras séries de benefícios oriundos desse fator, como aumento de tributos para a União e mesmo para o próprio equilíbrio da

manutenção dos governos e do sistema capitalista. Convicto disso, Albornoz (2004, p. 83) destaca que:

Não só o Estado, também a sociedade civil tem desenvolvido estratégias para combater ou minorar os efeitos ou mexer com os mecanismos do desemprego. Os sindicatos se não conseguiram organizar e mobilizar os desempregados para lutar por seus interesses, vêm indiretamente combatendo o desemprego: pela luta pela proteção dos empregos, pela estabilidade no emprego e pela redução da jornada de trabalho. Esta redução da jornada tenderá a possibilitar uma melhor distribuição do trabalho existente por maior número de trabalhadores. A distribuição mais equitativa da renda dessa sociedade passa por uma melhor distribuição do trabalho. Menos trabalho melhor remunerado para maior número de trabalhadores é tão importante quanto diminuir as taxas de juros ou lucro do capital.

Existem inúmeros teóricos que se preocupam em fazer a distinção entre trabalho e emprego, feito não realizado aqui devido à profundidade que essa reflexão requereria. Apenas nos referimos à ideia de que, pela lógica do capital, a distribuição da renda e a diminuição das desigualdades sociais se dá pela melhor distribuição do trabalho, daí a preocupação dos sindicatos e até mesmo do Estado (muitas vezes interferindo diretamente) se posicionarem a favor dessa questão. Logo, é de suma importância que para a operacionalidade de grandes empreendimentos capitalistas, além de várias obras de infraestrutura, subsídios fiscais e abundância de matérias primas, o capital requer também a formação de uma reserva de força de trabalho a fim de que os capitalistas possam acumular mais e que o capital possa se reproduzir de forma ampliada, aplicando todos os seus repertórios de exploração para alcançar esse fim. A promessa de emprego, entre outras coisas, justifica a expansão do capitalismo sobre comunidades, povos, natureza e o que mais se colocar na sua frente.

Em suma, o Estado brasileiro surgiu e desenvolveu-se sob a égide dos valores e as regras do mercado, seguindo os princípios fundamentais do capital: propriedade privada, sociedade dividida em classes, lei da oferta e procura, lucro. E, nessa lógica, a exploração do trabalho tornou-se um caminho fundamental para maior acumulação de capitais e aumento contínuo da mais-valia.

No bojo de todas as mutações do modo de produção capitalista, ao longo da história (séc. XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX), em suas fases (mercantil-comercial, industrial, financeira, monopolista e especulativa), sua expansão para áreas periféricas do planeta, se tornou, principalmente após a segunda metade do século XX, vital para a hegemonia e consolidação do capitalismo. E, nessa conjuntura, o Brasil, em particular a região amazônica, tornou-se o *locus* onde o capital estrangeiro dos grandes conglomerados, principalmente os do

setor da mineração, iriam se instalar para reorganizar todo o espaço regional aos interesses do capital. Assim, processos migratórios intensos, reestruturação da rede urbana regional, proletarização da população local foram impostos como parte da logística e da infraestrutura das grandes firmas.

4.4 Expansão do capital e da força de trabalho na Amazônia Oriental a partir de 1970 e seus reflexos na reestruturação da rede urbana regional

A Guerra Fria¹⁷ explica, em parte, a causa de grandes empresas multinacionais (principalmente americanas de base mineral e energética) se instalarem nas regiões periféricas do mundo (principalmente em todo o período da segunda metade do século XX e intensificado a partir dos anos 1960, 70 e 80), em especial, na Amazônia, onde os primeiros Grandes Projetos, já assim chamados, instalaram-se nesse território no final dos anos de 1940, como nos explica Fialho Nascimento (2006, p. 115):

Já o Projeto da ICOMI assentou-se no final da década de 1940 no Amapá, até então um território brasileiro na região amazônica. Assim como o Projeto FORD, este Grande Projeto também obedecia aos interesses de acumulação, neste caso no pós-guerra, ocupando-se da extração do manganês naquele território para fazer frente às necessidades militaristas dos Estados Unidos na Guerra Fria contra a União Soviética, processo histórico desencadeado após a II Grande Guerra Mundial.

Esse episódio pode ser compreendido, em parte, pelo fato de que o “potencial de guerra dos Estados Unidos precisava ser continuamente acrescido e a economia norte-americana, pela via das multinacionais, precisava cada vez mais do fornecimento externo de recursos minerais” (*ibidem*, p. 63). Isso colocou a região amazônica - graças a sua abundância de recursos naturais e a fragilidade da política econômica do governo brasileiro - sob as regras da política externa pautada, essencialmente, “na Divisão Internacional do Trabalho do pós-guerra, reafirmando a condição da Amazônia de espaço privilegiado das ações do capital monopolista.” (*ibidem*, p. 116).

Fialho Nascimento (2010, p. 6) acrescenta:

¹⁷ Com efeito, a definição de guerra fria que a época deu é de uma tripla confrontação: entre duas superpotências (EUA x URSS), entre dois sistemas econômico-sociais e entre duas ideologias, entre os períodos datados 1947-1991. (RIBERA, 2012, p.101).

A inserção subalternizada do Brasil no quadro do mercado mundial, consolidou-se, contraditoriamente, no contexto da industrialização tardia e do projeto desenvolvimentista, que logram redefinir a inserção do país no contexto da divisão internacional do trabalho no pós - segunda guerra mundial. A Amazônia, como região rica em recursos minerais diversos (essenciais ao processo de acumulação capitalista, muito especialmente a partir daquela guerra), foi transformada em espaço de expansão das relações de produção capitalistas, particularmente a partir do golpe militar de 1964. Esse período ao qual, chamamos de ocupação recente, foi marcado pela estratégia conduzida pelos militares, atendendo ao duplo interesse de prevenção das idéias socialistas e de abertura de espaços ricos em matérias primas à exploração capitalista. Os processos desencadeados a partir daí, lograram produzir uma ocupação desordenada e predatória da Amazônia, contribuindo decisivamente para a intensificação dos graves problemas agrários e ambientais de que a região é palco.

Dessa forma, os grandes conglomerados ou multinacionais de diversos ramos de atividade se instalaram em várias regiões do globo terrestre: “É por esse motivo – o da produção capitalista – que a lógica de expansão do capital se dá rumo a áreas ricas em recursos naturais, como é o caso clássico da América Latina.” (FIALHO NASCIMENTO, 2006, p. 64).

Esse conjunto de fatores apresentados na geopolítica mundial, fortemente direcionado pela política americana, obrigou o Estado brasileiro a desenvolver uma série de políticas de ordem estratégica para atrair investimentos do capital americano, principalmente os voltado para exploração mineral, dentre os quais, destacam aqui a formação de uma grande reserva de força de trabalho disponibilizada aos grandes empreendimentos, que refletiu, em termos gerais, na reconfiguração e reestruturação da rede urbana amazônica, tendo um papel fundamental na constituição da força de trabalho amazônica.

Esse processo, por sua vez, era tido como parte importante da estratégia de ocupação e controle desse território que tinha como prioridade servir aos interesses dos grandes projetos de exploração de recursos naturais (principalmente o mineral), como planejado pelo Estado brasileiro e o grande capital internacional e nacional. Assim, sobre essa questão Rocha (2013, p. 3) afirma que:

Assim que o projeto de ocupação da fronteira amazônica teve como estratégia deliberada a urbanização, considerada como meio para fomentar o desenvolvimento econômico regional: “Ao invés do método clássico de desenvolvimento de regiões despovoadas baseado na prospecção de recursos naturais e posterior assentamento da população para sua exploração propôs-se, ao contrário, urbanizar primeiro a região para que, uma vez as pessoas lá instaladas, realizassem elas mesmas as prospecções e adaptações necessárias para explorar os recursos”. Tal estratégia expressou “urbanismo rural” do Incria - implantação de núcleos urbanos ao longo da rodovia Transamazônica oficialmente entre 1970-74 - considerando necessário para atrair a população por oferecer condições de vida similares às áreas de origem de fluxo migratórios. Em 1974, essa estratégia passou a expressar-se na política seletiva

de pólos de crescimento como o polamazônia quando se destinou 42% dos recursos para a Amazônia à infraestrutura econômica.

A urbanização de parte da região amazônica, nesse contexto, foi protagonizada, em grande medida, pelo próprio Estado brasileiro, seguindo uma lógica estratégica que tinha como objetivo atender as necessidades hegemônicas dos planos de desenvolvimento do governo militar para a Amazônia, em parceria com o grande capital que, segundo o governo, seria o propulsor de desenvolvimento regional e produtor de superávit para a balança comercial brasileira.

O processo de urbanização da parte oriental da Amazônia brasileira, em particular do sudeste paraense, está atrelado a nova dinâmica imposta pelas grandes obras rodoviárias e de mineração que simbolizavam o ideal de progresso e prosperidade do Estado brasileiro. Exemplo, o caso da cidade de Marabá, simbolicamente reflexo do que acontecera em toda as áreas próximas e do entorno desses grandes empreendimentos, como bem destaca Emmi (1999, p. 107-108):

Com a implantação da rodovia transamazônica aparecem as construtoras com os seus acampamentos inaugurando novas relações de produção, expandindo na região o assalariamento e provocando o surgimento de um mercado regional capitalista da força de trabalho. Com as empresas de mineração e de construção, “o dinheiro corre” na cidade de Marabá e a monetarização da economia se generaliza. A abertura da Transamazônica e a conclusão da rodovia estadual PA – 70 (hoje BR – 222) abrem Marabá para o tráfego rodoviário e permitem a entrada dos ônibus interurbanos. A introdução da colonização oficial em lotes de 100 hectares provoca uma enxurrada de imigrantes e inova um campesinato precário (porque sem base estável), mas independente da oligarquia local que fica à margem de sua constituição. A população do município que havia crescido aceleradamente entre 1960-1970, quando somava 24.474 habitantes, chega a dobrar nesta última década, perfazendo um total de 59.745 em 1980.

Essa nova dinâmica regional, com reflexos diretos na reestruturação da urbanização da cidade Marabá, implicará na remodelagem de toda rede urbana regional do sudeste paraense, processos estrategicamente elaborados pelo governo militar brasileiro, que tiveram os grandes eixos rodoviários: Cuiabá-Santarém (1971-1975), Belém-Brasília (1958-1960), Transamazônica (1968-1974), pioneiros nesse processo que, a partir daí, outros agentes, como o Programa Grande Carajás (PGC), irão também ser fundamentais para a intensificação dessa nova dinâmica regional.

O urbano, nesse contexto, assumiu um papel fundamental: as agrovilas, agrópolis, ruropólis, *company town* (cidade planejada das empresas), as ocupações urbanas espontâneas,

entre outras, fizeram parte de um só contexto: a constituição de uma imensa reserva de força de trabalho para servir, prioritariamente, aos grandes projetos de investimentos na Amazônia. Embora, grande parte desse crescimento urbano-demográfico tenha se desenvolvido à custa de uma intensa precarização da malha urbana e da força de trabalho que, até então, se constituía sendo que, na maioria das vezes, essas novas cidades que “inchavam” e se formavam apresentavam precários serviços urbanos, como afirmam Junior, Rocha (2002, p.45):

O “inchaço” populacional provocou uma pressão sobre os precários equipamentos de saúde e outros serviços públicos criando uma situação ambientalmente degradante. A grande procura por esses serviços, dado ao adensamento populacional do núcleo histórico e a ampliação da malha urbana, sobrecarregaram os serviços de adução de água potável e de coleta de lixo; de forma que a condição sócio-ambiental urbana criada expressava um quadro degradante, com padrões de habitabilidade propício à difusão de doenças.

Os reflexos dessa dinâmica urbano-territorial atrelados a essa nova formação da força de trabalho na Amazônia Oriental brasileira, em particular no sudeste paraense, refletem o atual estágio evolutivo das forças produtivas do modo de produção capitalista, onde os interesses das grandes corporações dentro da lógica do mercado global é a razão de ser de todo esse processo. Os novos núcleos urbanos que surgiram principalmente a partir das proximidades desses eixos rodoviários e vicinais tinham, substancialmente, o objetivo de funcionar como alojamento de reserva de mão de obra para grandes projetos minerais e agropastoris idealizados pelo governo brasileiro, principalmente na fase inicial de implantação dos mesmos, em que se necessitaria de uma grande quantidade de força de trabalho para construção da infraestrutura necessária para sua viabilização.

Além da função estratégica dessa nova rede urbana, elas se destacam pelas péssimas condições de vida de seus habitantes, agravados pela ineficiência nos serviços (como escolas, hospitais, por exemplo) e péssimas infraestruturas que essas cidades apresentam. Como bem destaca Fialho Nascimento (2010, p. 2):

Há que se refletir sobre os resultados desses processos na vida desses contingentes que, ao chegarem nestes centros urbanos, oriundos de uma outra realidade, não tem garantido as mínimas condições de cidadania; a sua exclusão dos espaços e dos serviços de infraestrutura é apenas a parte mais visível do processo. Concomitantemente, estas transformações na estrutura urbana das cidades na Amazônia se dão em meio a uma conjuntura econômica extremamente perversa, da qual derivam políticas públicas pontuais e autoritárias dos sucessivos governos, federal e estadual.

Além disso, a proliferação de vários núcleos urbanos, ou seja, a intensificação do processo de urbanização do espaço amazônico tinha a finalidade, também, de funcionar como *locus* da força de trabalho recém proletarizada, isto é, trabalhadores rurais despossuídos sem oportunidades de trabalhar na terra e os expulsos de suas propriedades foram, gradualmente, transformados em operários, cuja força de trabalho estará a serviço dos empreendimentos capitalistas instalados na região:

Numerosos são os chamados “sem-terra”, isto é, os que se apegam à agricultura, mas não encontram terra para plantar; boa parte deles compõe os contingentes populacionais que enchem cidades, como Imperatriz, Açailândia ou Marabá, ou provocam o aparecimento de grandes povoados ou “burgos”, como Curionópolis, Parauapebas, Rio Verde. A maior parte dessas pessoas que constituem o proletariado (os desprovidos dos seus meios de produção) não tem emprego fixo; são também itinerantes, itinerantes ocupacionais. Entretanto, constituem um mercado de força de trabalho *sui generis*, bem diferente do mercado dos grandes centros industriais. (HÉBETTE, 2004. p.119).

Esses novos núcleos urbanos recém-surgidos reafirmam seu caráter estratégico para o capital, tendo sua função específica definida pelos planos lançados para “desenvolvimento regional amazônico” e servindo como instrumento gerenciador e (re) distribuidor da força de trabalho na região. As cidades a partir do processo de implantação e operação do PGC (principalmente as cidades próximas a área de influência da Mina de Carajás) serviram estrategicamente como cidades-alojamentos para a grande massa de trabalhadores que se deslocaram para essa região.

É o caso, por exemplo, do município de Parauapebas que devido a fase de instalação da infraestrutura e durante os anos iniciais de exploração da mina de Carajás adentrou, durante um bom tempo, no mapa do emprego nacional absorvendo grande quantidade de força de trabalho oriundos de todas as cinco regiões brasileiras, inclusive estrangeiras. É o que mostra a **tabela 13:**

Tabela 13: Composição da população de Parauapebas por região em 2010.

Lugar de Nascimento	População			Percentual		
	2000	2010	2013	2000	2010	2013
Total	71.568	153.908	176.582	100,00	100,00	100,00
Região Norte	31.177	72.873	84.305	43,56	47,35	47,74
Região Nordeste	32.665	67.906	78.588	45,64	44,12	44,51
Região Sudeste	3.313	5.296	6.125	4,63	3,44	3,47
Região Sul	482	790	908	0,67	0,51	0,51
Região Centro-Oeste	3.914	5.657	6.534	5,47	3,68	3,70
Brasil sem especificação	8	1.295	0*	0,01	0,84	0,00
País estrangeiro	9	92	122	0,01	0,06	0,07

Fonte: SOUZA, 2014. p. 66

*Os valores para 2013 foram redistribuídos entre os estados.

Nota-se que a população do município de Parauapebas, em sua grande maioria, é constituída de migrações intrarregional, ou seja, migrações da própria região norte, bem como da região nordeste do Brasil, representando quase que a maioria absoluta dos moradores desse município, cerca de 90% da população total (Ver **tabela 13**).

É importante destacar que, de 1991 até o ano de 2013, a população do município de Parauapebas praticamente quadruplicou, o que fez inchar o núcleo urbano desse município. É o que aponta a **tabela 14**, a seguir:

Tabela 14: Número de habitantes em Parauapebas entre 2000 e 2013

Ano	População Total	População Urbana*
1991 ⁽¹⁾	53.335	27.443
2000 ⁽¹⁾	71.568	59.239
2001 ⁽²⁾	75.524	
2002 ⁽²⁾	78.303	
2003 ⁽²⁾	81.428	
2004 ⁽²⁾	88.519	
2005 ⁽²⁾	91.621	
2006 ⁽²⁾	95.225	
2007 ⁽³⁾	133.296	118.847
2008 ⁽²⁾	145.326	
2009 ⁽²⁾	152.777	
2010 ⁽¹⁾	153.908	138.690
2011 ⁽²⁾	160.228	144.381**
2012 ⁽²⁾	166.342	149.891**
2013⁽²⁾	176.582	159.118**
2014⁽⁴⁾	184.140	165.929

Fonte: SOUZA, 2014, p. 67

(1) Censo demográfico; (2) Estimativa da população; (3) Contagem da população (4) Previsão.

*Disponível apenas para os censos oficiais **Estimativa do autor.

Com esse vertiginoso crescimento demográfico de Parauapebas, acompanhado, também, por outros municípios, como Canaã dos Carajás e Marabá, problemas novos surgiram e os já existentes se agravaram, como o aumento substancial da criminalidade e a demanda por novos e melhores serviços públicos, bem como a intensificação dos problemas fundiários nessa parte específica do território amazônico (sul e sudeste do Pará). É o que destaca Fialho Nascimento (2006, p. 118-119):

As políticas fundiárias conduzidas pela ditadura ao priorizarem a implantação de grandes projetos como o Carajás, foram fundamentais para o agravamento do caos agrário nas áreas de sua influência. O fosso social produzido a partir daí agrava-se década após década. Os assassinatos no campo, especialmente no entorno do Projeto Carajás, fazem parte do dia a dia da região. A maior chacina contra a população sem terra de que se tem notícia se verificou justamente num dos municípios de influência do projeto – El Dorado dos Carajás. Outros municípios próximos como Marabá e Parauapebas são exemplos de uma miséria social sem precedentes. A população destas áreas, ao ser expulsa da terra, converteu-se numa população flutuante, ao sabor das condições vigentes localmente.

Relevante refletir sobre riquezas geradas pela extração de produtos primários na Amazônia - com destaque aos de ordem mineral extraídos no estado do Pará - observando a

discrepância apresentada pelo grau de pobreza da população, que não condiz com as crescentes riquezas geradas pelos setores de extração e produção nessa região, especialmente, no estado do Pará. Como bem observado por Fialho Nascimento (2006, p. 159):

Apesar do volume das riquezas produzidas no estado do Pará, a população local não tem sido beneficiária destes investimentos produtivos e, muito menos, dos seus lucros exorbitantes. A CVRD, a mais importante empresa mineradora do país, hoje a segunda do mundo e, sem dúvida, a empresa que maior influência exerce sobre o estado, anunciou que, no primeiro semestre de 2006 atingiu a produção de 129,7 milhões de toneladas de ferro, o que responde por 64% da receita da empresa no semestre. Mesmo com a baixa no preço do minério no mercado internacional, a empresa obteve, ao todo, um faturamento de 18,4 bilhões no primeiro semestre de 2006. A empresa ainda destacou o crescimento das vendas de alumínio, na ordem de 31,9% e os investimentos no aumento da produção de alumina (insumo do alumínio).

Segundo a autora, as riquezas geradas no estado do Pará derivadas da extração de minério não foram transformadas em políticas públicas para acabar com a pobreza e o estado de miserabilidade da população, reafirmando, dessa forma, a tese de que o verdadeiro compromisso do Estado é com o Grande Capital, tanto externo como interno em detrimento da grande maioria da população.

Outro fator que merece destaque na compreensão da formação da força de trabalho na Amazônia Oriental refere-se às grandes rodovias construídas nesse território no período entre 1960 e 1970. Essa importância se dá não só por configurar como eixos de integração entre o centro-sul e o norte do Brasil ou porque fomentaram inúmeras atividades econômicas que se desenvolveram próximos a essas estradas. Seu significado mostrou-se logo em sua própria constituição, quando de início gerou milhares de empregos para uma massa de trabalhadores nordestinos despossuídos: “o governo de Brasília interveio com ajuda de emergência, empregando 500.000 indivíduos em 112 frentes de trabalho na construção de estradas, o que representa cerca de 20% de toda população do nordeste dependente de ajuda às vítimas da seca” (HALL, 1991, p. 31).

As rodovias projetadas e que estavam sendo abertas nesse período (1960 e 1970), faziam parte “do programa de integração dos militares que previa a construção, além da Transamazônica, das estradas Perimetral Norte, Santarém-Cuiabá e Manaus-Porto Velho, que se somariam à rodovia Belém-Brasília, construída ainda no governo de J. Kubitscheck.” (FIALHO NASCIMENTO, 2006, p. 110). Elas deveriam funcionar como artérias centrais dos planos governamentais, no sentido de propagar e irradiar uma nova organização territorial na Amazônia, subvertendo a organização espacial comandada e dependente do rio como única

via de circulação e escoamento. As estradas foram projetadas para reorganizar essa nova força de trabalho migratória de outras regiões do Brasil, atraída pela promessa de terras, mas cujo objetivo era senão servir aos grandes empreendimentos.

Todas essas obras e, paralelamente, as políticas de desenvolvimento com apoio dos investidores capitalistas e as grandes empresas tiveram como base a política de subsídios e incentivos fiscais patrocinados pelo Governo Federal através dos seus órgãos, como o Banco da Amazônia (BASA) em parceria com a Superintendência para o desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), oferecidos não somente aos grandes empresários (como algumas literaturas insistem em afirmar), mas também a pequenos agricultores no sentido de atraí-los e fazê-los se fixar na Amazônia, como bem destaca Kleinpenning; Smith e Camargo (1975, 1982, 1973 apud HALL, 1991, p.34):

Famílias aprovadas pelo INCRA recebiam lotes de 100ha ao preço fortemente subsidiado de US\$ 750, resgatáveis a prazo superior a 20 anos, a juros de 7% anuais, com um período de carência de quatro anos. Uma ajuda de custo mensal de subsistência, crédito para produção agrícola e a construção da casa podiam ser obtidos também nas mesmas generosas condições. Os colonos residiram em uma série de comodidades projetadas pelo INCRA: as agrovilas, ou pequenas aldeias para até 70 famílias, espaçadas a intervalos de 10km ao longo da estrada principal e das vicinais, dotadas de posto médico, escolas e armazém geral do governo, além de agências do INCRA e do serviço de extensão rural, EMATER; a agrópolis, uma pequena cidade para até 600 famílias, construída para cada 20km com centro administrativo intermediário, servida por pequeno hospital e outros serviços; e, finalmente, a rurópolis, que compreenderia de oito a 20 agrópolis, com uma população até 20.000 indivíduos, seria o principal centro administrativo e comercial, possuindo serviços tais como bancos, hospital, aeroporto, hotéis e restaurantes.

É notório que a política de subsídios fiscais para poucos colonos é o elemento que vai fazer com que pessoas, principalmente pequenos produtores rurais, venham de outras regiões do Brasil para formar o exército de mão de obra, fixando-se em pontos estratégicos, pontualmente idealizados no planejamento oficial (é o caso das agrovilas, agrópolis e rurópolis), comprovando mais uma vez a função do urbano nesse novo momento em que a Amazônia está a serviço dos grandes empreendimentos.

É importante salientar que a intervenção do Estado brasileiro como propulsor do crescimento econômico não é um fator recente - como parece ser - na história das políticas econômicas adotadas para a região amazônica, mas, sim, - como a história nos mostra - uma questão recorrente sempre adaptável aos interesses imediatistas e momentâneos do capital. Essas características maleáveis do Estado brasileiro - principalmente quando se trata em atender os interesses econômicos dos grandes empreendimentos - ficam explícitas a partir de

1950, quando reestruturações e adaptações das políticas desenvolvimentistas para a Amazônia manifestam-se, assumindo papel importante na função de alavancar o “progresso” e o “desenvolvimento” regional. É o que exemplifica Fialho Nascimento (2006, p. 107, 108):

No contexto da reestruturação dos órgãos encarregados da política desenvolvimentista para a Região, destacam-se duas transformações: a do Banco de Crédito da Amazônia (BCA), originalmente Banco de Crédito da Borracha, em Banco da Amazônia (BASA) e a da SPVEA em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Na prática, porém, a reorganização do BASA e da SUDAM significava uma subordinação dessas duas instituições aos parâmetros de uma nova ordem econômica imposta à Região, na qual os incentivos fiscais e a Zona Franca de Manaus teriam papéis fundamentais.

Essas mudanças e readequações dos órgãos governamentais federais presentes na Amazônia servem único e exclusivamente, como afirma Fialho Nascimento (2006), para atender aos interesses da ordem econômica global hegemônica, submetendo o território amazônico apenas aos interesses externos, sem nenhuma ligação com as verdadeiras aspirações e desejos locais e regionais.

Um exemplo ilustrativo do fracasso dessas políticas de desenvolvimento regional, pensados de cima para baixo, é o modelo de colonização, chamado de “colonização dirigida”, motivado por vários fatores combinados em que “variam elas das puramente técnicas ou administrativas para os socioculturais e políticos. Todas, provavelmente, contêm um elemento de verdade” (HALL, 1991, p.35). O certo é que as construções dos eixos rodoviários de integração (principalmente a Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Santarém) em parceria com as políticas de incentivos fiscais e com as ações de doação de terras (para não chamar de reforma agrária) serviram, fundamentalmente, para promover o povoamento regional amazônico, ou seja, serviram para formar uma reserva de força de trabalho (alojados em núcleos urbanos, a maioria deles criados pelo próprio governo, praticamente sem nenhuma infraestrutura) que, posteriormente, iriam ser explorados e aviltados de todas as formas possíveis e inimagináveis, servindo unicamente aos interesses dos grandes empreendimentos na geração de mais-valia e acumulação de capitais. Com ênfase nisso, Congilio (2015, p. 6) destaca que:

Ao povo amazônico tradicional somam-se populações camponesas e trabalhadores de outros estados, seduzidos por promessas de emprego desde os processos de *colonização* quando, ao longo da década de 1970, o governo da ditadura intensificou a ocupação amazônica atraindo desterrados de outras regiões para o trabalho extremamente precário, muito antes que o termo se tornasse conceito tratado por

estudos recentes da sociologia do trabalho. A oferta era de terras para quem quisesse nelas trabalhar e de empregos nos grandes projetos mineradores e madeireiros. Com a promessa de uma reforma agrária jamais concretizada naquele governo, ou precariamente pelos sucessores até o presente, o governo da ditadura militar atraiu um contingente imenso de trabalhadores, especialmente os expulsos pela seca e pelos conflitos agrários no nordeste.

Todas essas políticas de “desenvolvimento regional” encabeçadas pelo Estado brasileiro, tendo como propulsor os incentivos fiscais, serviram para atrair grandes firmas estrangeiras e investidores capitalistas para a Amazônia. Assim, pode-se afirmar que as transnacionais instaladas na região, como em qualquer outra área periférica do planeta, “surtem no contexto de uma busca por maiores possibilidades de acumulação, face às restrições estruturais do capitalismo, e que elas logram obter, também, além de matérias-primas em condições excepcionalmente vantajosas, novas fontes de lucro extra” (FIALHO NASCIMENTO, 2006, p. 59).

Além disso, essas grandes firmas criam enclaves econômicos, suplantando a vocação econômica regional, criando espaços organizados e reestruturados que refletem e servem apenas à lógica econômica das empresas, pois o que é significativo para elas, na maioria das vezes, não é o ideal para a grande maioria da população local, que não veem seus anseios e desejos representados nesses grandes empreendimentos. Em contrapartida, essas empresas produzem uma série de mazelas sociais e ambientais que só colocam em risco seus modos de vida.

4.5 Economias de enclave como produto do processo de mundialização da economia

O desenvolvimento tecnológico ligado aos meios de transporte e de comunicação permitiu, principalmente no pós-guerra, que as grandes firmas buscassem áreas que possibilitassem maior acumulação de capitais, possibilitando que regiões do planeta que, até então, não despertavam nenhum interesse econômico por parte das grandes empresas passassem, a partir de um dado momento, a ser atraentes e exercer um certo fascínio para a reprodução ampliada do grande capital. Nesse contexto, regiões subdesenvolvidas do planeta passaram a receber investimentos de capitais produtivos dos grandes centros da economia mundial. O avanço e o aperfeiçoamento tecnológico tiveram, é claro, grande significância nesse processo, na medida em que diminuíram distâncias e agilizaram os intercâmbios

comerciais entre as nações ricas e pobres nos quatro cantos do mundo. A respeito dessa discussão Butzke; Theis (2012, p. 103) acrescenta:

No entanto, regiões perdedoras de ontem podem ser as que propiciem melhores condições para a valorização de capital amanhã. Por isso, num momento seguinte, uns espaços podem experimentar taxas elevadas, outras, taxas reduzidas de acumulação – o que não quer dizer que, de uma hora pra outra, sobretudo, numa formação social periférica, regiões perdedoras se convertam em espaços altamente dinâmicos.

Dentro dessa dinâmica, Congilio (2004, p.190) destaca os fatores que impulsionaram as empresas a se locomoverem no espaço geográfico global:

Entre as necessidades essenciais que movem a empresa capitalista em direção a outros locais, estão as de arrebanhar força de trabalho ao menor custo possível, ampliar mercados de consumo e explorar matéria-prima - combinando, em atividades meramente lucrativas, a utilização predatória de potenciais humanos e naturais.

Esses fatores promoveram disputas por investimentos entre os lugares implicando numa reformulação da divisão territorial do trabalho tanto internamente como entre países, evidenciando, de forma explícita, o desenvolvimento desigual e combinado¹⁸ dos territórios. Ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, realidades socioeconômicas e espaciais totalmente paradoxais foram sendo construídas, implicando na construção de uma divisão territorial do trabalho, que reflete apenas os interesses econômicos do grande capital.

Assim, o desenvolvimento desigual e combinado, partindo da lógica de produção capitalista, tornou-se vital, além de ser uma condição para acumulação ampliada do capital, pois os processos de desenvolvimento não ocorrem de forma linear e homogênea em todos os espaços, países e regiões do mundo.

Essa mobilidade sobre as diferentes regiões e países - principalmente as subdesenvolvidas - produziram a chamada economias de enclave, cuja característica define bem a produção e as relações produtivas que o capital submete e determina os espaços onde ele se apropria. Para melhor compreendermos a categoria analítica (economias de enclave) é necessário atentar-se à conceituação estabelecida por Cardoso; Falleto (2008, p.14):

Nas economias de enclave, o capital estrangeiro investido origina-se no exterior, é incorporado aos processos produtivos locais e transforma algumas parcelas suas em salários e taxas. Seu valor aumenta com a exploração das forças de trabalho locais,

¹⁸ Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação as diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgamas das formas arcaicas com as mais modernas. (TROTSKY, 1978, p.25).

que transformam a natureza e produzem bens que realizam novamente a vida desse capital, quando as matérias-primas (óleo, cobre, bananas etc.) são vendidas no mercado externo.

Nessa definição é necessário nos atermos ao que se refere volume de capital estrangeiro, investido em determinado território, pois isso influenciará a quantidade de máquinas e tecnologias empreendidas na obtenção de mercadorias e matérias primas – *commodities* - cujo destino final visa aos mercados longínquos daquele local, onde o empreendimento encontra-se estabelecido.

No entanto, nos países periféricos onde, geralmente, se estabelecem as economias de enclave é necessário nos atentarmos para algumas características específicas desse modelo de organização produtiva. Como esclarece Cardoso e Falleto (2008, p.15):

Contudo, embora a acumulação inicial usualmente resulte de investimento externo (embora não necessariamente, pois as corporações multinacionais muitas vezes usam fundos locais para o investimento), há uma importante diferença em relação às economias de enclave: uma parte substancial do produto industrial é vendida no mercado interno. Uma indústria de automóveis de propriedade estrangeira, situada na Cidade do México ou em São Paulo, vende a maior parte de sua produção em mercados locais. Até agora, as exportações para as economias centrais vêm desempenhando um papel mínimo nas estratégias econômicas das corporações industriais multinacionais estabelecidas na periferia — raramente ultrapassando 3% da produção total.

Graças aos generosos subsídios ofertados pelos países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, as grandes firmas estrangeiras usam, na maioria das vezes, dinheiro público emprestado a juros baixos para instalação e logística dos seus empreendimentos. Além disso, o fomento à criação de um mercado interno cada vez mais forte e pujante tem se tornado crucial para que as empresas ampliem e formem novos consumidores para seus produtos.

Assim, todas essas benesses garantidas pelas empresas, além de acessar serviços ambientais de baixo custo, visando assegurar vantagens comparativas, tem se tornado, durante décadas, premissa fundamental para consolidação das elevadas taxas de lucro e vantagens competitivas dos seus produtos no mercado internacional, além de reafirmar sua postura de um grande enclave econômico dentro do território onde encontra-se instalado. É o que destaca Monteiro (2005, p. 12):

A lógica que impulsionou a minero-metalurgia na região é a de assegurar sua viabilidade econômica tendo por base a garantia da utilização de vantagens comparativas decorrentes da possibilidade de acessar recursos e serviços ambientais a baixo custo, o que não a vincula à existência ou à necessidade de ela se integrar ou interagir com arranjos produtivos locais nos quais, ao lado da existência de recursos

naturais, o capital humano e o social sejam elementos determinantes para o estabelecimento de vantagens competitivas que permitam processos de desenvolvimento socialmente enraizados.

Nesse contexto, o desenvolvimento local fica comprometido, ou seja, o resultado desse jogo de interesses é o desenvolvimento de mecanismos que inviabilizam a possibilidade da região e dos municípios próximos aos empreendimentos de ter perspectivas, de fato, de um desenvolvimento socioeconômico verdadeiro e duradouro.

Seguindo esse raciocínio, Monteiro (2005, p.13) destaca um motivo pelo qual isso ocorre:

As dificuldades de a minero-metalurgia impulsionar processos de desenvolvimento de base local, todavia, não residem fundamentalmente na limitada capacidade de estabelecer encadeamento produtivo. Uma das razões encontra-se no fato de estas atividades serem profundamente dependentes de dinâmicas extra-regionais que, por sua vez, determinam os padrões tecnológicos, de inovação e de organização dentro dos quais as empresas minero-metalúrgicas têm de operar, o que as distanciam da articulação ou mesmo da construção de arranjos produtivos de base local.

Os grandes empreendimentos capitalistas criam enclaves nos territórios, cuja produção é determinada e articulada com a demanda do comércio global, produzindo, no local, uma realidade econômica que não condiz em nada com anseios da maioria da população, mostrando-se como verdadeiros projetos híbridos sem conexão com as aspirações regionais.

A atividade minerária na Amazônia, ao demandarem processos produtivos desenvolvidos e implementados noutros contextos sociais, culturais e ecológicos, diante da própria fragilidade da organização da sociedade local, consolidam habitus e passam a ter dificuldade de interagir com a diversidade regional, pois, a partir desta diversidade, constituem-se em realidades e atores (índios, camponeses, empresários locais etc.) com os quais a minero-metalurgia tem enorme dificuldade de interatuar e, com frequência, assume uma postura conflitante e antagonica em relação a estes. (MONTEIRO, 2005, p.16).

Contudo, o que se observa nessa dinâmica é uma ligação direta entre o local e o global regido apenas pelos interesses econômicos do mercado. Como bem observa Santos (2008, p. 271):

Esse papel de integração é funcional e territorial, sendo responsável pela intensificação das especializações, por novas divisões espaciais do trabalho, maior intensidade do capital, circulação mais ativa de mercadorias, mensagens, valores e pessoas, maior assimetria nas relações entre os autores.

Essa ideia de interdependência, produzida pela chamada economia globalizada protagonizada pelas transnacionais e os Estados-nacionais, serve para acirrar ainda mais a dependência das economias periféricas diante das economias centrais. No jogo das relações econômicas, os organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e também Organização Mundial do Comércio (OMC) reforçam a perpetuação das disparidades socioeconômicas e tecnológicas, entre as nações ricas e pobres. Sobre essa discussão Cardoso; Falleto (2008, p.17), esclarecem:

Assim, para prosseguir com a expansão econômica, um país dependente tem de entrar no jogo da “interdependência”, mas numa posição semelhante à do cliente que procura um banqueiro. Certamente, em geral os clientes desenvolvem estratégias de independência e podem tentar usar produtivamente o dinheiro emprestado. Mas na medida em que existem limites estruturais, o êxito de tais tentativas não é um resultado automático do jogo. Na maioria das vezes, reforçam-se as regras de dominação, e mesmo quando o país dependente se torna menos pobre após o primeiro empréstimo, segue-se ainda um segundo empréstimo. Na maioria dos casos, quando tal economia floresce, suas raízes foram plantadas pelos que detêm as notas promissórias.

A não autonomia política, econômica e financeira das economias periféricas submeteram estes a ditames das políticas externas totalmente nocivas à soberania e ao desenvolvimento socioeconômico dessas nações. A exemplo disso, foram as políticas neoliberais, impostas aos países pobres obrigando-os a escancararem seus territórios as grandes transnacionais de diversos segmentos aliados a uma rigorosa política de privatizações e incentivos fiscais, pautados no discurso do desenvolvimento, sob a égide da inserção dos países pobres à economia globalizada.

As realidades que se produziram, a partir daí, foram a de que setores estratégicos para o desenvolvimento dos países, como é o caso do setor mineral, foram entregues às grandes mineradoras de grupos privados, deixando nas regiões onde os empreendimentos foram instalados verdadeiros bolsões de pobreza e miséria. Como explica Congílio (2015, p. 9):

Constituídas como economias de enclave, uma vez esgotadas os ciclos num determinado município, os empreendimentos se atiram a outro, deixando para o poder público local uma constelação de problemas sociais gerados pelo desemprego, por aumentos populacionais estrondosos e ocupações urbanas irregulares. Exemplo disso é o município de Canaã dos Carajás, onde a VALE está implantando a nova mina, conhecida por projeto S11D. A população de Canaã dos Carajás no ano 2000 era de 10.922, em 2010 aumentou para 26.716, com previsões de ultrapassar os 35.000 até 2016 (IBGE, 2010). Esse contingente é atraído para o período de construção da mina, mas quando esta passa a funcionar, menos que 10% são absorvidos, gerando no município uma colossal massa de trabalhadores desempregados.

Essa reserva ociosa de força de trabalho também faz parte da lógica da exploração do trabalho materializada pelo capital. Números significativos de trabalhadores desempregados caem na velha máxima da lei do mercado (lei da oferta e da procura), em que a grande procura por trabalho faz com que essa mercadoria (força de trabalho) perca valor e os trabalhadores tenham seus direitos aviltados.

A exploração mineral, em Carajás, é um exemplo disso. A extração de minério de ferro nessa região produziu verdadeiros enclaves em áreas do sul e sudeste do Pará. No caso específico de Goianésia, a produção de carvão, durante um determinado período, ditou o ritmo da economia, fazendo com que outras atividades econômicas, como o comércio e algumas prestadoras de serviços orbitasse em torno dela.

5. DINÂMICA DO PROCESSO PRODUTIVO DO CARVÃO E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO, NO MUNICÍPIO DE GOIANÉISA

5.1 O papel das carvoarias no “desenvolvimento econômico” de Goianésia

A atividade carvoeira no município de Goianésia do Pará foi, durante um bom tempo, uma ramificação do extrativismo vegetal ligada à atividade madeireira - uma vez que se usava sobras de madeira oriundas de serrarias para produzir carvão. Com o passar do tempo, devido à grande demanda de carvão, graças à expansão do setor de produção de Gusa, impulsionada pelas necessidades do mercado externo e pela criação do Distrito Industrial de Marabá (DIM), esse setor penetrou em áreas rurais, a princípio, como atividade auxiliar, desempenhando o papel de limpeza das terras das fazendas. Era, portanto, usado para queima e produção do carvão os resquícios de queimadas e de matas recém-derrubadas, deixando, dessa forma, as terras limpas, como diziam fazendeiros, para a prática da pecuária e também da agricultura. É o que se observa no relato de um proprietário de terra e ex-carvoeiro:

Quando o negócio do carvão começou a dar dinheiro várias pessoas que mexiam com carvão começaram a me procurar, vinham me propor acordo pra eu entrar no ramo de produzir carvão. Como eu não entendia do ramo alguns me propunha o seguinte: se eu deixasse eles construir fornos e produzir carvão dentro da minha propriedade, eles repartiriam os lucros comigo. A minha participação seria só ceder a minha terra pra eles limparem a área retirando árvores caídas, galhadas, troncos de árvores (que tinha bastante na minha propriedade), ou seja, eu ganharia um bom dinheiro sem fazer nada [risos]. Aí teve uma época em que o carvão ficou bom de preço aí eu vi os caras ganhando muito dinheiro, comprando casa nova, trator, carro e moto aí eu comecei aprender como mexer com carvão. Depois de um tempo, eu dispensei os carvoeiro que tava aqui na minha terra aí eu mesmo comecei mexer com carvão. Comprei motosserra, trator, construí fornos e tudo. Aí comecei derrubar o meu restim de mata que eu ainda tinha pra fazer carvão, tava bom de preço né! Era um jeito de ganhar um dinheiro mais rápido!! Hoje, minha terra é toda pasto, e o dinherim que eu ganhei com carvão investi tudo em gado, hoje to tranquilo, tenho minha terrinha meu gadim, foi bom pra mim! (GERALDO ANTUNES, 58 anos, 27 de junho 2016).

As informações contidas no relato acima são reforçadas nas descrições de outro pesquisador:

É evidente que nesse processo de destruição da floresta, o carvoejamento é uma força auxiliar, mas nem por isso pode ter sua importância eximida. A floresta primária está sendo destruída em função de uma série de usos, mas certamente a sua substituição por pastagens é a principal utilização que se dá à terra. Segundo o INPE, 25 milhões de hectares de floresta alterada na região, nas décadas de 70 e 80, cerca de 70% foram transformados em pastagens de baixa sustentabilidade. (VEIGA, 1993, p. 191 apud MONTEIRO, 1996, p. 107).

A atividade carvoeira, nesse aspecto, é uma importante força no processo de desmatamento e, como qualquer outra atividade econômica extrativa predatória, ela é pautada, para legitimar sua prática, no discurso do desenvolvimento, na geração de empregos, nos benefícios sociais e financeiros que a sociedade e o município ganham com o funcionamento, o fomento e a operacionalização dessa atividade.

Com relação a isso, um gestor público do município de Goianésia ressalta:

A atividade carvoeira é uma importante geradora de empregos para o nosso município, eu me atrevo a dizer que em primeiro lugar o comércio e o setor de serviços juntos com o poder público municipal são os maiores geradores de empregos. Em segundo lugar, e nem por isso menos importante, o setor carvoeiro que também emprega bastante e que esses empregos (gerados no setor carvoeiro) também refletem na geração de outros empregos como, por exemplo, no comércio. (SÁVIO ESPÍNDULA, 42 anos, entrevista concedida em 11 de agosto 2015).

O carvão vegetal no município de Goianésia mobilizou, no auge de sua produção, um segmento variado e bastante numeroso de atividades econômicas ligados ao setor de serviços, que vão desde oficinas mecânicas, borracharias, lojas e oficinas de reparos de motosserras, torneadoras, funcionários para enchimentos dos caminhões gaiolas, motoristas, sem falar nos empregos ligados diretamente à produção de carvão.

Nos períodos de grande valorização de carvão no município, derivado da demanda e valorização do ferro-gusa e do aço no mercado internacional, comerciantes, pequenos e médios proprietários rurais, empresários de outros segmentos enveredaram e investiram na produção de carvão, até mesmo, proprietários de indústrias madeireiras resolveram canalizar seus investimentos para esse setor, aumentando ainda mais a importância econômica da atividade carvoeira na frágil e vulnerável economia local, agora, cada vez mais dependente do setor carvoeiro. É o que relata um ex-proprietário de carvoaria:

No período de grande valorização do carvão, eu acho que entre os anos de 2003 a 2006 por ai não tenho bem certeza, as siderúrgicas de Marabá tavam doidas comprando carvão de todo jeito, não importava a origem, elas compravam eram a vista, no dinheiro. Ai todo mundo que tinha um capitalzinho resolveu investir em carvão. Eu que tava com uma serrariazinha serrando no frete pros outros fechei logo as portas e fui mecher com carvão. Eu já tinha uma terrinha, trator e um capital ai ficou mais fácil. Eu levantei um dinheiro ligeiro mexendo com carvão, comprei logo os dois caminhões pra puxar carvão pra Marabá, as siderúrgicas facilitava pra nós comprar caminhão, adiantava dinheiro, tudo isso pra segurar a gente fornecendo carvão pra elas (exclusividade). E assim não foi só eu não! muita gente que tinha um certo capitalzim queria porque queria mexer com carvão, pensava que iam ficar rico do dia pra noite. E assim alguns ganharam dinheiro e seguraram e outros entraram no furo, quebraram ficaram cego pensando que o ramo do carvão ia ser pra

sempre e alguns investiram só em forno e carvoeira, ai já viu né! Se ferraram quando as siderúrgicas fecharam! (JONAS SIRQUEIRA, 55 anos, entrevista concedida 18 de junho 2016)

Dentro desse contexto, um ex-gerente de uma loja de autopeças, localizada nesse município, relata:

No auge da produção de carvão aqui em Goianésia que foi entre os anos 2002 até praticamente 2006 e 2007 nós tinha, aqui na loja trabalhando, cerca de 15 funcionários. Em 2008 o negócio foi piorando, piorando... A loja foi demitindo ai ficamos só com 7 funcionários. Aí foi, foi, foi até a loja fechar. Inclusive eu mesmo fui demitido. Assim, não é só eu não, vários outros ramos também fecharam. (RICARDO GOMES, 36 anos, entrevista concedida em 22 de abril 2016).

Outro impacto relevante causado pelo *boom* da produção de carvão neste município foi a capacidade que ela tinha de reinserir pessoas de outros ramos de atividade, como motoristas, pedreiros, carpinteiros, operários de serrarias, pequenos agricultores e migrantes recém-chegados de outros municípios e regiões do Brasil no trabalho carvoeiro.

Essa atividade, porém, exerceu um certo fascínio e uma falsa perspectiva de geração de empregos e melhorias de condições de vida aos trabalhadores, que se aventuravam nessa atividade. Gradualmente, foram percebendo que eram descartáveis e expostos a todo tipo de degradação. É o que relata um ex-trabalhador de carvoaria:

A gente que é pobre e analfabeto, meu filho, não tem muita escolha não. A gente tem que trabalhar é no que aparece. Aqui na época era carvoeira que tinha pra trabalhar. Eu trabalhei muito de carvoeira, a minha função era tirar forno. Ganhava por produção, o tanto que eu tirava era o que eu recebia. Depois trabalhei em algumas carvoeiras legalizadas aí eu ganhava um salário e mais comissão. Mas no final só dava pra comer mesmo, trabalhava até não aguentar mais. Em algumas carvoarias eu trabalhava era de dia e algumas vezes de noite. Quando tinha que completar a carga do caminhão eu abria forno até de noite pra poder completar a carga do caminhão ir embora. No final de tudo só quem lucra é o patrão a gente que é pião só se lasca !! E mais, a gente ainda era ameaçado. O patrão dizia que quem não tivesse satisfeito podia ir embora que tinha meio mundo de gente querendo trabalhar. Pode um negócio desse!! (JOSÉ RAIMUNDO, 49 anos, entrevista concedida em 26-04-2016).

A exploração do trabalho e a subtração de direitos não eram exceções, mas regras na atividade carvoeira, onde a abundância de reserva de força de trabalho servia de instrumento, para os proprietários de plantas de carbonização, para maior intensificação da exploração e descartabilidade de trabalhadores. Assim, esta atividade proporcionava ganhos vultosos aos proprietários dos meios de produção – capitalistas envolvidos diretamente na produção do carvão – chegando, o carvão, a ser chamado de ‘ouro preto’. Com ênfase nisso, Vieira (2010, p. 93) assinala:

Muitos empresários ganharam dinheiro fácil da noite para o dia. Nessa época, inexistia na região órgãos estatais que fiscalizassem esse tipo de atividade. Os

carvoeiros, obsessivos por lucros, não tinha dó de ninguém; chegavam a levar famílias inteiras para dentro de suas fazendas. Os pais, no afã de aumentar suas rendas, colocavam as crianças para também trabalharem nos fornos.

O grande número de empregos gerados pela atividade de produção de carvão em Goianésia se deu, porém, nos moldes totalmente escusos e marginais à legislação trabalhista brasileira: sem carteira assinada, sem o mínimo de segurança possível, jornada de trabalho extenuante, uso de mão de obra infantil, ou seja, relações de trabalho totalmente fora do contexto legal. Práticas estas, que por serem praticadas na clandestinidade e na ilegalidade, impossibilitam uma estatística mais exata do número de empregos gerados por esse setor no município. Sobre esse assunto, o Sr. Adalberto, um dos primeiros compradores de carvão de Goianésia e representante direto de algumas siderúrgicas de Marabá, afirma que:

Aqui ninguém revela nada, as pessoas (principalmente os donos de carvoarias) fazem questão de não falar nada sobre carvão, produção de carvão, quantidade de fornos etc. É porque sabem que tão errados, tão fora do eixo, tão irregular. Então meu amigo, enquanto menos eles falar, enquanto menos ninguém saber de nada melhor. Até as pessoas que mexiam com carvão e saíram do ramo se recusam, a maioria deles, de falar qualquer coisa sobre isso. (52 anos, Entrevista concedida em 23 de abril 2016).

Esses produtores de carvão vegetal, em Goianésia, assim como todos os agentes da cadeia produtiva desse insumo, deram a impressão de que era uma atividade importante para o município, gerando emprego e renda para as famílias. Contavam com os incentivos e o apoio das Guseiras (Indústrias Siderúrgicas) que, em grande escala, sempre foram os motores desse processo em Goianésia e região. Isso é explicado pela necessidade de barateamento do custo de produção do gusa, e, com isso, torná-lo competitivo no mercado internacional, como nos explica Monteiro (1996, p.121):

Nota-se que os custos do carvão vegetal, na produção do ferro-gusa, representavam 44% do total. Alguns dirigentes de guserias no Corredor da Estrada de Ferro Carajás indicam que tais custos chegam a representar 60% do despendido na produção do ferro-gusa. Não há dúvida de que ele é um instrumento principal, por meio do qual as guseiras tendem a controlar sua margem de lucro.

Nesse sentido, seria impensável o funcionamento da produção de gusa, gerando altas margens de lucro, para os capitalistas, sem a presença de duas variantes: o uso do carvão oriundo de vegetação nativa e a exploração do trabalho em todos os níveis. Isso foi o combustível para que se criasse uma falsa perspectiva de progresso e geração de empregos na população de trabalhadores analfabetos e marginalizados do mercado formal de trabalho.

A esperança de que uma reserva ociosa de trabalhadores fosse inserida e realocada em trabalhos diversos na produção do carvão possibilitou, durante um período curto de tempo, o mínimo de renda e dignidade para que um número significativo de trabalhadores pudesse sustentar suas famílias. Isso, por sua vez, configurou-se como uma forma de inserir uma massa de desempregados analfabetos, inclusive mulheres, crianças e adolescentes, a possibilidade de se tornarem cidadãos¹⁹, incluídos no acesso a renda e, conseqüentemente, no mercado de consumo. Embora as formas e as condições de trabalho nas carvoarias fossem aviltantes, insalubres, degradantes e sub-humanas e não aceitável, do ponto de vista constitucional, trabalhista e humano.

Essa degradação - do trabalho e do ser humano - presente no processo produtivo do carvão é o resultado final da arquitetura e sistema organizacional da própria atividade carvoeira, planejada sistemicamente para funcionar de forma marginal e ilegal. Os agentes capitalistas envolvidos; o sistema de remuneração; a coerção e o endividamento da força de trabalho; o uso da vegetação primária; a inoperância dos órgãos de fiscalização e repressão; uma legislação ambiental fraca e inoperante são elementos que, somados e articulados, proporcionam o funcionamento da dinâmica da estruturação do setor carvoeiro e a exploração do trabalho nesse setor.

5.2 A dinâmica da estruturação e do funcionamento das carvoarias e seus reflexos na exploração do trabalho

Em termos gerais, para a realização da atividade carvoeira, em uma área rural ou de mata nativa com abundância de madeira, os proprietários de carvoarias seguiam um cronograma de atividades que, geralmente, era uma regra geral para todos, para que o processo produtivo do carvão pudesse ser executado. Viera (2010, p. 92,93), descrevendo essa realidade que ocorre no município de Açailândia, no estado do Maranhão, também nos fornece, de forma indireta, o que ocorria nos municípios paraenses durante o processo produtivo desse insumo:

As carvoarias para poderem funcionar, necessitavam de um operador de máquinas, que operava o trator abrindo estradas para instalação de fornos, de um motoqueiro, que operavam um motosserra nas derrubada das árvores, deixando-as no tamanho ideal para caber dentro dos fornos, enchedor de forno, que arrumava a madeira

¹⁹ Cidadãos do ponto de vista do mercado, uma vez que, o acesso a renda possibilita o indivíduo de participar do mercado de consumo e tornar-se um consumidor e, conseqüentemente, um cidadão.

dentro dos fornos, o foguista, que fechava a boca do forno e o acendia, o tirador de forno, que abria os fornos, retirando o carvão vegetal. E o estivador, que transportava o carvão até um depósito, fazendo posteriormente o carregamento dos caminhões que conduzia o carvão vegetal até as usinas siderúrgicas. Quando o dono da carvoaria não possuía caminhão para o transporte, o serviço de logística era terceirizado. E alguns trabalhadores, principalmente viciados em cigarros e álcool, ficavam, na maioria das vezes, sem saldo de salário, por terem que pagar a alimentação, o cigarro e o álcool ali consumidos. Situação esta denominada pela mídia em geral de trabalho escravo.

Na fala de um ex-trabalhador de carvoaria, do município de Goianésia, observa-se certa similaridade na estrutura de organização e funcionamento das carvoeiras do município. Vejamos o que ele nos diz:

Desde quando começou funcionar carvoeira aqui em Goianésia eu sempre trabalhei nesse tipo de serviço. Eu cheguei aqui nessa cidade em 1997, eu vim direto do Maranhão, do município de Caxias, direto pra trabalhar na carvoaria de um conhecido meu. Eu trabalhei em todas as funções em carvoeira, fiz tudo dentro de carvoaria. O negócio é seguinte: uma carvoeira, no mato, pra funcionar precisa de um **tratorista e um ajudante** pra poder derrubar as árvore no meio do mato e arrastar elas e os tronco. **Um motoqueiro** (profissional que operava um motosserra) **e um ajudante** pra poder picar as árvores e os troncos no tamanho certo já no jeito que caiba dentro do forno certim. Um caminhão velho com **um motorista e um ajudante** pra poder carregar a madeira cortada até a boca do forno. **O enchedor de forno** é o cabra que vai encher o forno de lenha, geralmente nas carvoaria tem mais de um enchedor de forno, pode ser vários. **O tirador de forno**, que pra mim é o serviço mais cruel e penoso, é ele 'que vai entrar dentro do forno pra jogar o carvão pra fora e deixar ele esfriar. **O carbonizador** que é o cara que fica observando se o forno tá queimando direito, se já queimou certinho, se já tá bom de tirar, ele tem que saber a hora certa fechar os suspiro e barrelar (jogar uma camada de lama por cima do forno para esfria-lo). **O barrelador**, é o cabra responsável em cavar o barro e preparar ele em forma de uma lama grossa pra poder jogar em cima do forno, isso é feito várias vezes até esfriar o forno até ficar bom pra tirar. Enquanto o transporte e carregamento dos caminhão-gaiola geralmente isso era fora parte do dono da carvoeira. A maioria dos carvoeiros não tinha caminhão-gaiola pra transportar pra Marabá, isso era de responsabilidade já dos compradores que comprava o carvão, eles ajeitavam tudo, chapa pra carregar o caminhão o caminhão em si pra levar o carvão e tal. Alguns carvoeiro que tinha mais recurso é que tinha seus próprio caminhão-gaiola ai esses sim faturava muito mais né, não precisava vender seu carvão barato para atravessador ele pegava seu carvão carregava e vendia lá mesmo diretamente pra siderúrgica em Marabá. (CLEBER NUNES, 47 anos, entrevista concedida em 02 de agosto 2016)

É importante ressaltar também que durante o trabalho de produção do carvão nas carvoarias é posto uma série de controles e regras com intento de maximizar a produção, ou seja, todos os trabalhadores estão organizados e monitorados para que a produção seja alcançada no seu máximo. Sem falar na extrapolação da hora de trabalho, sem que, em geral,

recebam horas extras, pois estão presos em acordos e regimes de trabalho em que nunca saem beneficiados, apenas explorados, como explica Monteiro (1996, p. 139, 140):

O sistema é articulado de forma que se consiga exercer o controle sobre a força de trabalho, impondo-lhe um ritmo de trabalho, dificultando a ociosidade e estimulando alguns indivíduos a maximizarem seus esforços. Os trabalhadores, ocupantes de lugares no interior da produção que são determinantes para o estabelecimento da intensidade do trabalho, são remunerados por produção e não por dias trabalhados. Assim, é constituída, dentro da unidade produtiva, uma estrutura que viabiliza a fiscalização e a pressão em relação ao ritmo de trabalho dos trabalhadores.

O relato de um ex-gerente de carvoaria corrobora de forma pertinente com a citação acima:

É assim, o trabalhador dentro da carvoaria ele tem que produzir porque tem muito peão que enrola demais o serviço, veja só como era: O motoqueiro ele tem que dá conta de picar toda a lenha que é deixado pra ele pelo tratorista e o que é avistado na frente dele, ele tem que cortar pau, não pode deixar faltar lenha. O motorista e o ajudante têm que deixar a boca dos fornos sempre cheias de lenha, não pode faltar lenha pros enchedor de forno senão atrasa o serviço, e isso é vigiado constantemente, tem que produzir, o cabra ruim de serviço a gente dispensava porque o negócio é puxado. Já os enchedor de forno eles tinha a obrigação de no mínimo encher um forno por dia o peão que não desse conta de fazer isso era dispensado já no dia seguinte. O enchedor bom de serviço enchia um forno em um dia e já deixava o outro encaminhado pro dia seguinte. O tirador de forno esse tem que ser ágil, um bom tirador de forno tira três, quatro fornos num dia o serviço dele é rápido mas é bastante duro. Os carbonizador e barrelador tinha que dar conta dos serviço dele, não tinha segredo, a gente tinha que ficar de olho era nesses outros serviços, era os serviço mais importante da carvoeira. (FRANCIVALDO SILVA, 38 anos, entrevista concedida em 4 de agosto 2016).

Todo o sincronismo das atividades ligadas à produção do carvão revela o poder coercitivo das relações de produção, do modo de produção capitalista, onde o trabalhador é encurralado e forçado a dar o máximo de sua força de trabalho, submetido à condições degradantes. Como se não bastasse ainda é subornado, numa espécie de chantagem imposta pelo patrão, já que o trabalhador é mandado embora pelo simples fato de não suportar a carga de trabalho exigida, assim como não alcançar a meta de produção estipulada, e o pior, com o carimbo e a assinatura do patrão de ser incapaz, que é um trabalhador não produtivo, um peão fraco de serviço e que dificilmente irá arrumar recolocação no mesmo trabalho em carvoeiras das proximidades, pois os carvoeiros se comunicam entre si e fazem uma espécie de lista dos peões que dão problema e os fracos de serviço que, na gíria deles, são chamados de forma pejorativa de ‘os engole boia’.

A exploração do trabalho na produção do carvão é algo que, para se reproduzir, precisa coexistir simultaneamente a uma série de variantes, como nos mostra Pereira (2005, p.23), trazendo dados da CPT (1999, p.227):

Para que haja esse tipo de exploração, precisa-se de várias condições econômicas: disponibilidade de gente em estado de miserabilidade, sem alternativas e sem muita consciência de seus direitos; demanda de trabalho: proprietários/empreiteiros com dinheiro suficiente para colocar o empreendimento em ação; o custo dos trabalhadores deve ser menor que os exigidos pelas normas trabalhistas legais; demanda do produto.

A exploração do trabalho se constitui a partir de uma série de condicionantes próprio do modo de produção capitalista, ou seja, é preciso que haja toda uma cadeia de relações e articulações que proporcione ao capital um aparato de sustentação e amparo para que a acumulação capitalista possa ser garantida. Existe uma série de fatores que servem para intensificar ainda mais o estado de vulnerabilidade dos trabalhadores do setor carvoeiro nessa região, como destaca Pereira (2005, p. 23):

Assim, observamos que de certa forma, a passividade que encontramos junto à grande maioria dos trabalhadores, faz parte do processo de individualização a que são submetidos pelo capital, envolvendo precariedade, isolamento, alienação e perda das proteções coletivas, mas também, da difícil condição de suas vidas, há muito abaladas pelo sistema do capital. Os sentimentos de instabilidade e incerteza do amanhã provocados pela situação em que se encontra o mundo do trabalho, são os responsáveis pelo crescimento de uma vulnerabilidade de massa. Além da constante coação realizada pelos patrões, devido às dívidas impostas aos trabalhadores, envolvendo transporte, alimentação, remédios, roupas e equipamentos de trabalho, face evidente do trabalho escravo ou assemelhado. Deste modo os trabalhadores se tornam alvos fáceis da exploração do capital, pois se vêem impossibilitados, sem forças e temerosos para qualquer tipo de reação.

A afirmação citada acima é ratificada pelo um ex-trabalhador de carvoeira, que dedicou boa parte de sua vida a encher fornos:

Boa parte da minha vida sempre trabalhei de carvoeira, comecei no maranhão com uns 15 anos de idade depois vim pro Pará e aqui continuei trabalhar de carvoeira, era o que tinha de serviço braçal na época. Eu nunca tive esse negócio de carteira assinada, férias, décimo terceiro. Eu sempre trabalhei no mundo ai sozinho, saia de uma carvoeira de lugar ia pra outro, graças a Deus serviço braçal pra mim nunca faltou, é o que eu sei fazer. Eu sabia que não ia ficar naquele serviço a vida toda, pois o serviço era muito pesado e quando eu ficasse mais velho não irei guentar mas enquanto desse eu tava trabalhando, era o que eu sabia fazer. Nessas minhas andanças no trecho já me chamaram pra participar de sindicato, uma vez foi na região de Açailândia, mas eu não quis não, sair foi fora. Primeiro esse negócio se sindicato é muito perigoso, o caba começa a comprar briga com patrão, o caba fica marcado, fica difícil até de arrumar serviço, quando não morre né! Eu nunca me

envolvi nisso não. Eu sempre fui rodado, ia onde tinha serviço pra mim, nunca plantei raízes em lugar nenhum não, sempre trabalhei avulso, eu queria saber era do meu dinheiro final de semana. Agora que já tô velho o jeito foi me aquetar, resolvi morar aqui em Goianésia que foi o último lugar que eu trabalhei de carvoeira. (FRANCISCO CONCEIÇÃO, 44 anos, entrevista concedida em 2 de setembro 2016)

Observa-se, então, a forma como os trabalhadores desse setor são aviltados nos seus direitos básicos e submetidos a toda espécie de violência. A começar que essas pessoas não estão articuladas em organizações de classe, como sindicatos, por exemplo, ficando ainda mais vulneráveis e com seus direitos subtraídos pelos seus patrões. Impressiona ainda o efeito individual e coletivo que a falta de perspectiva causa nesses trabalhadores, tornando-os inertes, quase sem reação perante essa situação de exploração, no qual o capital os submetem. A falta de esperança por dias melhores no mundo do trabalho reproduz um ciclo vicioso dos mais diversos tipos de degradação humana, ligadas à precarização de suas condições de trabalho e que levam a outras formas de degradação e humilhação, como o endividamento constante e vicioso na qual estão submetidos.

O processo de endividamento da força de trabalho, que era um instrumento eficaz para a manutenção e o aumento dos lucros dos capitalistas do carvão, geralmente se davam nas carvoarias instaladas fora do núcleo urbano, ou seja, nas carvoarias instaladas em áreas rurais e de mata nativa. E, como os trabalhadores encontravam-se distantes de suas casas e suscetíveis a todo tipo de intimidação, permaneciam cativos e vigiados, sendo obrigados a comprar e consumir produtos em lugares indicados pelo patrão. Contraíndo dívidas que, com o passar do tempo, tornam-se quase que impagáveis. Em relação a isso, Barboza (2011, p. 14) destaca:

Daí em diante, os trabalhadores serão devedores e trabalharão para abater o saldo. No entanto, a dívida aumenta de forma crescente, uma vez que o material de trabalho pessoal, como botas, que deveria ser fornecido pelo empregador, é comprado na cantina do próprio aliciador, do dono da fazenda ou de alguém indicado por eles. Os gastos com refeições, remédios, pilhas ou cigarros vão sendo anotados em um caderno. O valor cobrado por um produto dificilmente é o seu preço real. Um par de chinelos, por exemplo, pode custar o triplo. Além disso, é praxe o aliciador não informar o montante do débito, apenas faz anotações. O equipamento mínimo de segurança também não costuma existir.

Essa realidade acima é observada na fala do Sr. Manoel Messias, ex-trabalhador de carvoaria:

Eu trabalhei em uma carvoeira no mato 30 dias, trabalhei igual um condenado, aí quando fui acertar com o patrão ele quis me dar uma mixaria, ele (o patrão) disse que eu e minha mulher tinha pego um monte de coisa lá no comércio que ele falou que podia pegar as coisas pra casa (mantimentos). Eu peguei mesmo, mas não me lembrava de um monte de bugui que ele disse que eu tinha pego. Eu acho que ele tava era me roubando. A acertei com ele e nunca mais fui trabalhar pra ele não. Vai roubar outro!! (48 anos, entrevista concedida em 07 de maio 2016)

Assim, dentro dessa relação de trabalho espúria e humilhante, em várias situações “o trabalhador não recebe pagamento, apesar de ter trabalhado por vários meses e, sob a promessa de que vai receber tudo no final, ele continua a trabalhar sempre em situações degradantes e insalubres. (BARBOZA, 2011, p. 14).

Não somente na modalidade escrava o trabalho nas carvoarias se estabelece, coexistindo também formas aviltantes de contratação salarial, como nos contratos de trabalho firmados entre o empregador e o trabalhador, em acordo baseado na produção/tarefa. Nessa modalidade, o trabalhador ganha por aquilo que produz, e como o trabalho pago pelo dono de carvoaria é muito baixo, este (o trabalhador carvoeiro) acaba levando para dentro do ambiente de trabalho toda a família (mulher, filhos, etc.), com o objetivo de aumentar a produtividade e ganhar um pouquinho a mais, reforçando assim a extrema exploração do trabalho humano. Esse fato é relatado pela esposa de um ex-trabalhador de carvoaria:

Desde que eu fui morar com meu marido ele sempre trabalhou em carvoeira. Foram várias vezes que tivemos que mudar de carvoeira pra carvoeira. A gente mudava pra dentro da carvoeira mesmo, geralmente lá tinha algumas casas feitas de madeira de chão batido aí a gente ficava lá, mudava lá pra dentro. Lá, meu amigo, não tinha domingo nem feriado a gente trabalhava quase todo dia, eu digo a agente porque eu acabava ajudando ele também. Meus filhos quando já tava grandinho de 12 e 13 anos ainda acabavam ajudando o pai deles, eu não gostava muito não né, mas fazer o quê? No final todo mundo acabava envolvido no trabalho da carvoaria. Pra ajudar meu marido a acelerar o serviço (MARIA DAS DORES, 39 anos, entrevista concedida em 3 agosto de 2016).

Envolve, agora, em um processo de quase escravidão, todos os membros da família. Isso nos remete às precárias condições de trabalho da I Revolução Industrial, do final do século XVIII, como salienta Pereira (2007, p. 81):

Dessa maneira, temos a interação de diferentes formas de produção em uma mesma cadeia, ou seja, o arcaico na produção do carvão e o moderno na produção do aço, no processamento industrial. Essa combinação, principalmente nos tempos atuais de competição globalizada, proporciona vantagens significativas a quem a utiliza e, por isso, tornou-se uma característica estrategicamente vinculada às cadeias produtivas,

que procuram de todas as maneiras manter a continuidade dessa prática de degradação sociolaboral.

No processo de trabalho nas carvoarias apresentam-se formas variadas de contratação e remuneração, que dependerão de uma série de variantes (quanto aos agentes envolvidos, tamanho da área a ser utilizada, meios de produção pertencentes aos agentes envolvidos, etc.). Mas, em síntese, quando se trata da produção de carvão nas fazendas, geralmente, se procede de uma forma específica (lembrando que não é a única), como esclarece Monteiro (1996, p.124):

Quando é o proprietário da fazenda quem dirige a produção, pode contratar diretamente os serviços dos trabalhadores para a broca, derrubada e transporte da lenha, como também pode recorrer ao serviço de um empreiteiro, que fará a intermediação na contratação, remuneração e administração da força de trabalho. O empreiteiro é denominado gato. Quanto maior a área a ser desmatada, maior a frequência de contratação da força de trabalho intermediada por um gato.

Porém, na fala de um proprietário de terra e ex-produtor de carvão verifica-se um outro modelo de atuação:

Quando o preço do carvão tava bom e dava pra ganhar dinheiro eu propus uma espécie de sociedade com o amigo meu que mexia com carvão. Eu entrava com a terra e a madeira que eu já tinha né, eu sempre mexi com terra mesmo, e também pagaria pra construir os fornos. Ele, o meu sócio, entraria com a parte de peãozada, motosserra, trator etc.. Eu ficaria com 60% do lucro líquido, só do líquido, depois que ele pagasse toda a despesa da carvoeira o saldo líquido meu seria 60%. (ARMANDO NUNES, 58 anos, entrevista concedida em 19 de agosto 2016).

As formas de proceder nessas relações eram múltiplas, que iam desde o simples arrendamento da terra para os produtores de carvão até os modelos citados acima. O interessante é que, no final, ambos (proprietário da terra e carvoeiro) saíam lucrando.

Na fase seguinte, quando envolvia os processos de recrutamento de homens para trabalharem nas carvoarias, geralmente eram marcados por promessas enganosas feitas pelo “gato” para convencer o trabalhador a deixar sua família (alguns levavam suas famílias para dentro da carvoaria) e ir para as fazendas trabalhar nas carvoarias. Para Vieira (2010), geralmente, os contratantes prometem a assinatura de carteira de trabalho e transporte para aqueles que quiserem todos os meses visitar suas casas. Só que esses direitos, em grande medida, são negados. É o que se observa na fala do Sr. Manoel Messias:

Uma vez eu fui convencido por um gato a ir trabalhar numa carvoaria ai pra dentro, aqui mesmo em Goianésia, ele disse que lá ia ser tudo legalizado, tinha alojamento, horário de entrada e saída do trabalho tudo direitinho, que lá era investimento de uma siderúrgica lá de Marabá que tava montando essa carvoaria que ia ser tudo dentro da regra. Ai eu fui, meu amigo ai quando eu cheguei pra trabalhar lá a realidade era outra, toda aquela conversa era só papo furado. Mas ai eu já tava lá dentro ai fiquei. Fiquei três semanas trabalhando, ai eu via uns caras mal encarado com revolver na cintura ai eu fiquei veaco. Ai eu pensei, meu Deus onde eu vim me meter! Eu sei que eu fui com o encarregado e convenci ele a me levar de volta a cidade, inventei um monte de história lá sobre a minha família, que tinha morrido minha mãe e tal, sei que foi uma história muito louca, só sei que no final pra garantir que eu iria voltar pro serviço ele me pagou só uma semana de trabalho e ficou duas lá dentro. Fui embora e nunca mais voltei. Vou nada!! (48 anos, entrevista concedida em 07 de maio 2016).

Essas práticas descrevem bem a que ponto o processo de produção de carvão em Goianésia submete os trabalhadores a um complexo sistema de exploração, colocando-os, inclusive, sob coerção e restrição de suas liberdades individuais, fato inconcebível nos dias atuais.

Em suma, todos os agentes envolvidos diretamente na produção de carvão - quer seja em áreas rurais quer na produção de carvão a partir de resíduos de serrarias em propriedades específicas nas áreas urbanas- recebem remuneração a partir de duas variantes, que são: primeiro, os trabalhadores desprovidos de qualquer meio de produção (os peões) recebem seu salário a partir do contrato em produção/tarefa, ou seja, ganha por aquilo que produz. Muitos ficam presos às dívidas com alojamento e alimentação e ficam meses sem receber. Com o passar do tempo, e com algumas inspeções do Ministério do Trabalho convencionou-se pagar a estes trabalhadores um salário mínimo e acréscimo porcentual em cima de sua produção.

É preciso observar que, também, num sistema arcaico de produção, como é a produção carvoeira, desenvolvem-se mecanismos modernos e sofisticados de exploração com máxima eficiência produtiva em consonância com relações de trabalho arcaicas e totalmente marginais pela ausência de qualquer lei trabalhista em vigor. Toda essa cadeia de exploração gera altas taxas de rentabilidade aos protagonistas que atuam nesse segmento, principalmente nas indústrias siderúrgicas, que, por sua vez, são as que mais se beneficiam com esse processo, na medida em que o produto final das carvoarias é, em sua totalidade, repassado a preços baixíssimos às guseiras. Os fatores que corroboram para que os capitalistas do setor de produção de carvão obtenham margens de lucro bastante elevadas são “baixo custo operacional (matéria-prima e mão-de-obra), com ausência de controle ambiental, sonegação fiscal e um regime de superexploração do trabalho, o que garantiu à atividade carvoeira elevados índices de rentabilidade” (PEREIRA, 2005, p. 20).

Na fala de um dos ex-executivos da MARAGUSA, siderúrgica localizada no Distrito Industrial de Marabá, destaca:

Eu não tenho a menor cerimônia de afirmar que o que possibilitou o funcionamento do setor carvoeiro nessa região e também das siderúrgicas, é claro, foi com certeza a abundância de matéria prima pra produção de carvão, ou seja, madeira a custo praticamente zero. Isso barateia e muito nosso custo operacional e final do gusa. Lógico que tem outros fatores também importantes que não vou me aprofundar aqui mas a madeira em larga escala e de graça praticamente, foi o fator principal. Lógico que o correto é fazer as reservas florestais industriais para isso, mas sem incentivo do governo isso encarece muito o custo final nosso. (RENATO SILVEIRA, 52 anos, entrevista concedida em 20 de outubro 2015).

O ferro-gusa, altamente competitivo no mercado internacional, produzido na Amazônia, tem os custos sociais, econômicos e ambientais pagos, inteiramente, pela classe trabalhadora, índios, quilombolas e ribeirinhos, isto é, pela região amazônica e a população que nela reside.

Toda vez que um grupo significativo de pessoas é explorado sempre há um número muito reduzido de indivíduos sendo beneficiados, lutando para que essa realidade se perpetue e que continue a reprodução das desigualdades. A expansão do capitalismo aqui no sudeste paraense, principalmente com o grande capital a partir de 1970, impôs relações de trabalho e de produção extremamente desiguais e concentrador de riquezas, materializando nesse território novas formas de relações produtivas. A produção de carvão vegetal se mostra como a atividade em que a exploração do trabalho é elevada ao seu máximo e que simboliza o que há de mais aviltante nas relações sociais e econômicas nas dinâmicas produtivas dessa região.

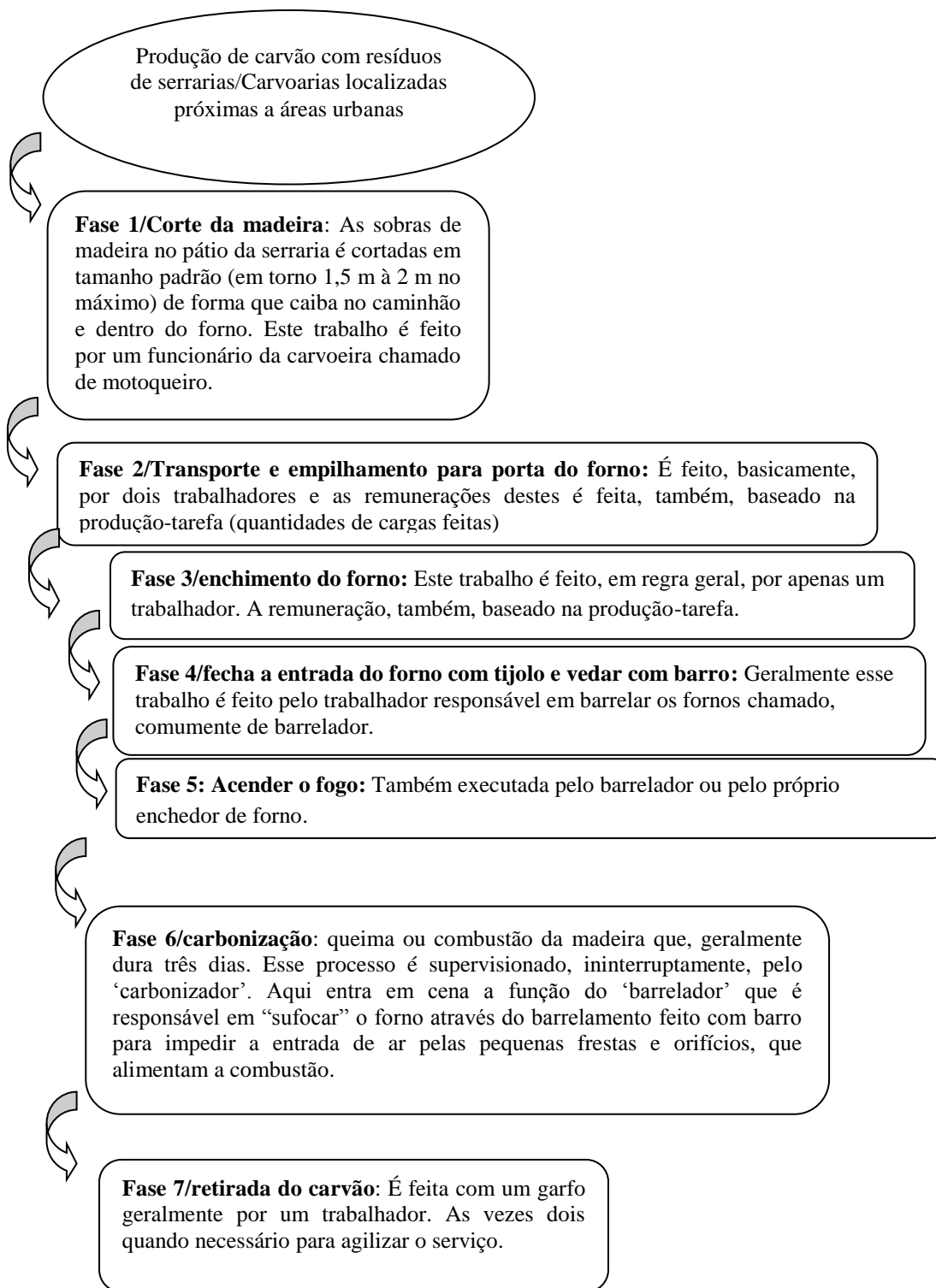
Para Monteiro (1996), os agentes sociais envolvidos diretamente no processo de produção de carvão, são: *os donos da lenha*, que são os proprietários das serrarias e das propriedades rurais; *os fornecedores de carvão*, que são os proprietários dos fornos, tratores e caminhões, etc.; *os gatos*, responsáveis pela arregimentação, controle, distribuição, gerenciamento e remuneração da força de trabalho; *os carvoeiros*, que dominam a técnica de carbonização e que algumas vezes tem um percentual na venda do carvão; *os peões*, que são grande massa de trabalhadores que desenvolvem as mais variadas atividades quase sempre remuneradas por diárias; *motoqueiros*, que se caracterizam por ter domínio da técnica de operarem os motosserras; *os parceiros*, são aqueles que possuem alguns meios de produção como um trator, motosserra ou mesmo recurso para construção de fornos.

Em contrapartida, além desses agentes citados, existiam vários outros trabalhadores que eram responsáveis diretos pela funcionalidade da carvoaria. Os peões (auxiliar de

operador de motosserra, batedor de tora, empilhador de lenha, o forneiro - tirador e enchedor de forno, carbonizador ou queimador, barrelador, motorista, tratorista e o motoqueiro) que se configuravam como a grande massa de trabalhadores, responsáveis pelo trabalho mais pesado, isto é, os que participam efetivamente no processo produtivo do carvão vegetal. Estes, por sua vez, se caracterizavam por não possuírem praticamente nenhuma qualificação profissional formal e quase nenhum grau de instrução, são os de menores ganhos e os que sofrem todo tipo de exploração e aviltamento possíveis.

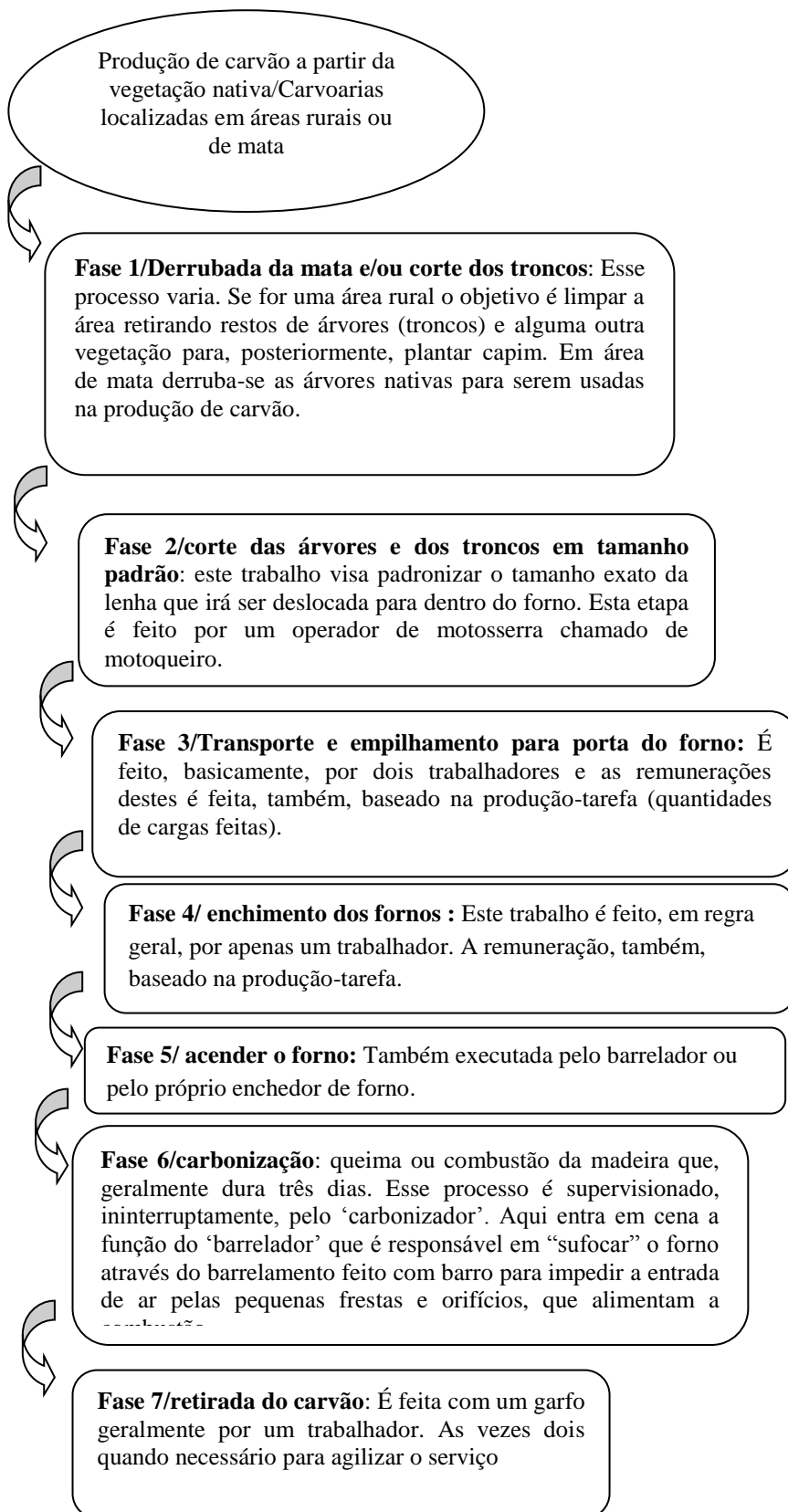
Para melhor entendimento e clareza das etapas do processo produtivo do carvão vegetal, em Goianésia, é importante observar as figuras 5 e 6 a seguir:

Figura 5: Organograma da produção de carvão vegetal



Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo.

Figura 6: Organograma da produção de carvão vegetal



Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo.

As condições de trabalho nesses locais são as piores possíveis. Um caso ilustrativo é o que revela um ex-tirador de forno sobre sua atividade dentro da carvoaria:

O trabalho era duro, as vezes a gente tinha que abrir o forno ainda com fogo, porque tinha que completar a carga, de qualquer jeito, pro caminhão ir embora. A gente engulia puaca (cinza) de carvão, fumaça e quando a gente saia de dentro do forno os zói da gente parecia que era uma brasa de tão vermelho que tava, não é trabalho pra qualquer um não. No final a gente recebia só aquela mixaria e nem um real a mais. A gente não tinha salário fixo, a gente ganhava por forno que tirava, se tirava ganhava, se não tirava não ganhava nada. (JOSÉ DOS REIS, 38 anos, entrevista concedida em 29 de abril 2016).

Esse depoimento é reforçado com a descrição da pesquisadora Dias (2002, p. 5):

A análise da atividade mostra que a retirada do carvão é a fase mais crítica no que se refere à exposição a altas temperaturas e aos gases originados na combustão da madeira, sob exigência de esforços físicos importantes. Além disso, estão presentes riscos de acidentes como queimaduras. Em algumas situações, dependendo da urgência do pedido, do estado do “cozimento da madeira”, ou das exigências de qualidade do produto, o carvão é retirado ainda aquecido, aumentando a sobrecarga térmica e o risco de queimaduras corporais

Fotografia 1: Forno de carbonização recém-tirado.



Fonte: autor (2016).

O aprofundamento da exploração do trabalho dos agentes econômicos sobre os trabalhadores desse setor está associado às contratações e ao vínculo trabalhista que se estabeleciam entre empregador e empregado, ou seja, como a maioria das carvoarias de Goianésia funcionavam na ilegalidade e na clandestinidade, assim como todas as outras práticas que permitiam o funcionamento da produção de carvão (formas de obtenção da madeira, contratação de trabalhadores, licença de operação, licença de instalação etc.), os proprietários dos meios de produção - geralmente os donos das carvoarias - estabeleciam e ditavam as formas de contratações e as relações de trabalho que lhes eram convenientes, sempre com o objetivo de manter a situação de exploração da força de trabalho que, indubitavelmente, era o que permitia a reprodução ampliada da mais-valia dos capitalistas. Nesse sentido, Pereira (2005, p. 24) salienta que:

Esta relação social oferece vantagens comparativas e elevados índices de rentabilidade ao capitalista que se vê livre dos encargos sociais e das obrigações trabalhistas, portanto sempre pronto para inovar nos procedimentos capazes de viabilizarem a exploração da força de trabalho, pautado, sobretudo, em condições subumanas de trabalho, em jornadas extensivas, remuneração e formas de pagamento sustentadas em procedimentos e rotinas escorchantes, salários indignos, sem registro em carteira, etc, onde sem dúvida, um dos elos que mais se beneficia deste processo de exploração são as siderúrgicas que ao conseguir o carvão vegetal a preços ínfimos, utiliza-o na fabricação do ferro-gusa e do aço que é vendido no mercado interno e externo rendendo milhões.

Dentro deste contexto, as relações de trabalho que prevaleciam e se estabeleciam nas carvoarias deste município (Goianésia do Pará) eram baseadas mediante a *produção-tarefa*²⁰ e também na forma de *empreitada*²¹, cujas regras eram determinadas pelo empregador. Essas relações de trabalho, organizadas por estes acordos, revelavam outra etapa da degradação e exploração dos trabalhadores envolvidos na produção do carvão já que o preço a ser pago pelo serviço era estabelecido pelo capitalista (dono da planta de carbonização e/ou outros agentes envolvidos) tanto na empreitada como na de produção-tarefa. Esses acordos, por sua vez, eram constantemente refeitos pelo empregador. Isso ocorria sempre, à medida em que o

²⁰ Relação de trabalho onde o trabalhador ganha por aquilo que produz, também chamado de trabalho por produtividade. Em alguns casos, o trabalhador além do salário que recebe ele ganha um bônus ou uma comissão pela produtividade alcançada.

²¹ É o contrato mediante o qual uma das partes (o empreiteiro) se obriga a realizar uma obra específica, pessoalmente ou por intermédio de terceiros, cobrando uma remuneração a ser paga pela outra parte (proprietário da obra), sem vínculo de subordinação. Nesse tipo de contrato a remuneração não está vinculada ao tempo, mas à conclusão da obra.

trabalhador se empenhava ao máximo, no intuito de aumentar sua produtividade, para no final tirar algum saldo positivo. Logo, os agentes capitalistas criavam um mecanismo de reelaborar acordos no intuito de que essa leva de mão de obra permanecesse cativa e dependente dos produtores de carvão. É o que relata um ex-operador de motosserra, também chamado de *motoqueiro*, que trabalhava na forma de empreitada e de produção tarefa:

O negócio era assim, aqui na rua quando a gente cortava lenha lá da serraria a gente tinha que dá conta de picar a lenha no tamanho certo que coubesse dentro do forno, nesse caso, a gente trabalhava assalariado. A gente combinava o salário eu e o patrão, eu ganhava um pouco melhor que os outros porque eu sabia operar o motosserra e tinha que dá conta de cortar toda a lenha que caísse da serraria. Lá no mato era diferente, geralmente a gente trabalhava em forma de empreitada, a gente cobrava por área a ser limpa. Não dava pra ganhar muito também não, o dono do serviço nunca queria pagar realmente o que valia o serviço e sempre arrumava um jeito de puxar pra ele, sabe! Ai é desse jeito, no final das contas o cabra só ganhava pra comer mesmo. (ANTÔNIO BELEZERA, 44 anos, entrevista concedida 03 de maio 2016).

É importante salientar que, no caso acima relatado, o motoqueiro responsável em limpar área (geralmente área de fazenda que posteriormente iria ser usada para plantar capim e criar gado ou para prática da agricultura) raramente tinha um contato direto com o dono da propriedade. O contato era com o atravessador chamado de *gato*, ou seja, o trabalhador responsável em executar o trabalho sofre uma dupla exploração: a do dono da propriedade, que paga um preço ínfimo para o atravessador (*gato*) e este “terceiriza” (vamos dizer assim) essa exploração para o trabalhador que irá executar o trabalho. O *gato* sempre tinha um lucro superior ao do trabalhador executor do serviço, como se observa no cálculo feito por Monteiro (1996, p. 134):

Na derrubada são envolvidos dois trabalhadores, comumente apelidados de *motoqueiro* e *bebe-óleo*. O primeiro é o operador de motosserra e o segundo o seu auxiliar. Esses trabalhadores levam oito dias de trabalho para derrubar um alqueire de mata. O *motoqueiro* recebia diárias de no máximo US\$ 3.92 e o *bebe-óleo*. O *gato*, pela derrubada do alqueire, recebia no máximo US\$ 112.46, importância com a qual pagaria os trabalhadores, arcaria com os custos de combustível e manutenção de motosserra, etc. Neste caso, descontados os valores relativos à remuneração da força de trabalho, o *gato* recebia US\$ 13.07 pela *brocagem* e US\$ 60.14 pela derrubada de um alqueire da mata, valores com os quais custearia as demais despesas.

Fotografia 2: Área de fazenda a ser limpa através do procedimento de *brocagem*²².



Fonte: SEMMAS (2014)

As múltiplas relações de produção que se dão na cadeia produtiva do aço, especialmente na produção do carvão vegetal é o resultado do desenvolvimento e da flexibilização das forças e das relações produtivas que num ambiente favorável (como é o caso da região amazônica, onde os mecanismos de resistência ainda são bastante tímidos) recriam modos, formas e relações de produção que, por sua vez, não estão desconectados da lógica global do capital produtivo concorrencial. É o caso, por exemplo, da *subproletarização* do trabalho, destacado por Antunes (2006, p.52):

Essas diversas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência a individualização extrema da relação salarial.

Essa subproletarização é, nesse caso, “a expansão dos trabalhadores parciais, precários, temporários, subcontratados etc.” (*ibidem*, p. 53), configurando-se na perda quase que total de direitos da classe operária e da classe trabalhadora. Direitos conseguidos através de décadas de luta, mas que para a parte de cima da cadeia produtiva do aço - nesse caso as grandes empresas - a precarização do trabalho e do trabalhador em todos os níveis é um dos caminhos para a manutenção da competitividade interna e externa do produto (ferro-gusa e o aço) e as altas taxas de lucro das empresas desse setor (aqui inclui não só as grandes firmas

²²Limpeza de uma área através do corte de pequenas árvores antes do corte das maiores. Refere-se, também, à limpeza total da área, com retirada de pequenos troncos e tocos deixados por procedimentos anteriores, como a derrubada e/ou queimada, por exemplo.

ligadas diretamente à produção de gusa e aço, mas sim as grandes multinacionais do setor automobilístico e da construção civil que são, na verdade, os grandes compradores dessa mercadoria).

A intensidade e o nível das agressões ao trabalhador e sua exploração se dão o tanto quanto for necessário para que os agentes capitalistas (siderúrgicas, proprietário de terra, dono de carvoaria, gato, compradores de carvão etc.) possam manter sua margem de lucro.

Para que exista e se reproduza este estado de coisas – como, as já citadas acima, que no geral se resume a degradação e exploração do trabalho e trabalhadores em todas as etapas da produção do carvão – é necessário a existência de uma série de condições sociais e econômicas, como as que existem em Goianésia. Nesse sentido, Pereira (2005, p. 23) afirma que essas condições sociais e econômicas, em síntese, são:

Disponibilidade de gente em estado de miserabilidade, sem alternativas e sem muita consciência de seus direitos; demanda de trabalho: proprietários/empreiteiros com dinheiro suficiente para colocar o empreendimento em ação; o custo dos trabalhadores deve ser menor que os exigidos pelas normas trabalhistas legais; demanda do produto.

Outro elemento importante nessa cadeia de exploração do trabalho no setor de produção de carvão, em Goianésia do Pará, são as condições de trabalho das pessoas diretamente envolvidas na atividade de produção de carvão. Essas condições, em resumo, referem-se às instalações para alojamento de trabalhadores, alimentação, material de segurança, carteira assinada e outros benefícios trabalhistas previstos em lei. Na fala de um ex-trabalhador de carvoaria fica nítido esse estado de coisas:

Desde que me entendo por gente e comecei trabalhar em carvoeira nunca teve esse negócio de alojamento, material de segurança, férias e muito menos carteira assinada. Não tinha nada disso não, o negócio era na bruta. Só depois de muito tempo depois, acho que lá pra 2006 e 2007 que o Ministério do Trabalho começou a dar em cima dos carvoeiros, começou fechar um bucado e obrigando os dono a pagar um monte de direito pro trabalhador é que algumas carvoeiras, as maiores, começaram a fazer alojamento, assinar carteira de funcionário, pagar um salário mínimo, cumprir horário de oito horas por dia. Foi só depois, muito depois! (WILSON SOUZA, 42 anos, entrevista concedida em 18 de agosto 2016).

Nesse sentido, o trabalho humano é meramente uma mercadoria que tem seu valor determinado pelos interesses momentâneos do capital, onde a mais valia é a essência de todo esse processo, cristalizando o caráter alienante e exploratório do modo de produção capitalista, como salienta Marx (2013, p. 143):

A força de trabalho é uma mercadoria, e como toda mercadoria tem um valor e um valor de uso. Seu valor é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário envolvido para manter o trabalhador vivo, e para educar as crianças que irão substituí-lo. "O seu valor, como o de qualquer outra mercadoria, estava determinado antes de ela entrar em circulação, pois determinado quantum de trabalho social havia sido gasto para a produção da força de trabalho, mas o seu valor de uso consiste na exteriorização posterior dessa força.

Assim, o trabalho que deveria ser fonte de realizações, escraviza, cada vez mais, o trabalhador, obrigando-os a doar o máximo da sua força de trabalho e em troca conseguindo apenas o mínimo para sua reprodução enquanto força de trabalho, para assim continuar sobrevivendo enquanto mercadoria do capital.

Outro fato importante a ser destacado quando se fala no setor carvoeiro é a flexibilização organizacional a que esse setor é capaz de se adaptar. Ele se articula a interesses com agentes diversos, como, por exemplo, proprietários de fornos que locam ferramentas como motosserras, tratores etc. que, por sua vez, arrendam fornos e locam as áreas onde irão retirar a madeira, terceirizam a contratação da força de trabalho para não se envolverem diretamente na contratação e arregimentação de trabalhadores, pagam fretes aos caminhões para levar o carvão até as guseiras sem que, necessariamente, tenham que ser proprietários desses veículos: “existem também os intermediários, que são proprietários de caminhões que compram o carvão diretamente das carvoarias para, posteriormente revendê-lo às siderúrgicas.” (MONTEIRO, 1996, p. 137). Enfim, essa rede de atores e agentes formam uma teia complexa e que varia de acordo com o poder aquisitivo do carvoeiro, bem como a valorização do carvão e demanda desse produto.

No auge da exploração da madeira (serrarias funcionando a todo vapor) e de grande abundância de recursos florestais, a lenha usada pelas carvoarias na queima e obtenção do carvão vinha quase que exclusivamente das sobras de madeira das serrarias. Nesse caso, a lenha era negociada entre os donos das serrarias e o produtor de carvão através de acordos. Que sinteticamente um ex-produtor de carvão resume da seguinte forma:

No auge do carvão, quando todo mundo queria ganhar dinheiro com carvão a lenha da serraria era negociada como verdadeiras fortunas. Eu lembro que os donos de serraria chegaram a pedir 300 e até 400 mil reais por ano pra carvoeiro. Os que tinha condição pagavam e era a vista. No início era assim o dono da serraria dava a lenha pro carvoeiro só pra ele deixar o pátio da serraria limpo depois o negócio foi mudando. Eu lembro que com a valorização do carvão aconteceu também que os próprios donos de serraria começaram a não mais vender a lenha e sim entrar em sociedade com os produtores de carvão, era meio a meio, 50% por cento pra cada um, o dono serraria entrava com a lenha e o caminhão pra transportar o carvão enquanto que carvoeiro arcava com todas as outras despesas. (ARMANDO NUNES, 58 anos, entrevista concedida em 19 de agosto 2016).

Nos últimos anos, antes do reflexo da crise de 2008, nesse setor, os grandes proprietários de fornos estavam usando o mecanismo de compra total de todo o resíduo de madeira que as serrarias produziam durante um determinado período (seis meses a um ano). Essas mudanças das formas de acordo se deram devido ao aumento da procura por carvão por parte das guseiras, aumentando assim a demanda de lenha por parte dos produtores de carvão, gerando uma valorização dessa madeira, chegando ao ponto da lenha ser disputada pelos donos de carvoarias.

Além disso, intensificou-se, também, a exploração sobre a força de trabalho. O setor carvoeiro, a partir de então, passa a agregar e intensificar o trabalho de crianças, adolescentes e mulheres no seu processo produtivo (essa prática já era comum desde o surgimento do setor carvoeiro, em Goianésia, mas com o aumento da demanda por carvão por parte das Guseiras intensificou-se o uso desse tipo de força de trabalho) gerando, aos capitalistas envolvidos nesse processo, aumento significativo dos seus lucros.

5.3 Exploração do trabalho de crianças, adolescentes e mulheres na produção de carvão em Goianésia

Era comum, dentro do processo produtivo do carvão, em Goianésia, o uso do trabalho de crianças e adolescentes. De acordo com a legislação brasileira em vigor, “Art. 2º, considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. (ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

Na produção do carvão, a expressão ‘exploração do trabalho’ foi elevada ao seu máximo com a utilização indiscriminada de crianças e adolescentes. Esse sistema desenvolvia-se da seguinte forma: as carvoarias que funcionavam dentro do mato (carvoarias instaladas distantes do centro urbano, em áreas rurais e/ou em terras de matas nativas) contratavam grande parte dos trabalhadores no centro urbano, através de acordos de trabalho estabelecidos apenas na palavra sem nenhum contrato formal de trabalho. Os agenciadores recrutavam famílias inteiras (homem, mulher e filhos) e estes, por sua vez, fixavam moradia dentro do ambiente de trabalho, ou seja, dentro das carvoarias.

Nessa situação, todos os membros da família se envolviam diretamente no trabalho de produção de carvão. O patriarca, pela sua condição de inquilino do dono da carvoeira, praticamente não tinha função específica, determinada dentro do ambiente de trabalho,

exercendo várias atividades como, por exemplo, tirador de forno, barrelador, enchedor além, é claro, de outros afazeres complementares.

Como os acordos de trabalho, geralmente, baseavam-se na produção-tarefa – como já foi explicitado anteriormente – no intuito do trabalhador aumentar os seus rendimentos, seus filhos, geralmente crianças e adolescentes, acabavam se inserindo, também, como trabalhador mirim das carvoarias e sofriam, igualmente, todas as formas de degradação inerentes a essa atividade. É o que relata um ex-trabalhador de carvoaria submetido a esse tipo exploração:

Quando meu pai foi trabalhar na carvoaria do seu Rogério, na época, isso em 2005 pra 2006 minha mãe, eu e meus dois irmãos também acompanhamo meu pai. A carvoaria era numa área rural um pouco longe da cidade. Eu tinha na época 14 pra 15 anos meu irmão uns 12 anos e minha irmã mais novinha tinha uns 6 anos por ai. O trabalho lá era assim: meu pai trabalhava em quase tudo e eu que era o mais velho ajudava ele no serviço e o meu irmão de 12 anos também ajudava, eu nunca recebi nada não, meu pai era que acertava com o patrão lá. Nesses quase dois anos que nós trabalhou lá, a gente não estudava não. Depois desse tempo meu pai abandonou aquilo lá e voltou pra cidade novamente. Disse que aquilo lá era sem futuro e que a gente tinha que estudar porque senão a gente ia sofrer que nem ele. (ÉDER SILVA, 25 anos, entrevista concedida em 30 de setembro de 2016)

Nesse regime de trabalho, as folgas praticamente não existiam. Os finais de semana e feriados não eram respeitados, ficando a cargo dos trabalhadores alguns reparos e trabalhos emergenciais, como por exemplo, fornos que simplesmente desabavam ainda com carvão queimando dentro deles. Para não perder totalmente a produção, e evitar que se transformasse em cinzas, esses funcionários, em qualquer momento do dia ou da noite, eram obrigados a apagar as chamas com baldes, galões ou até jatos de água e salvar parte do carvão ainda existente. Esse trabalho requeria uma rapidez e uma dinâmica por parte dos trabalhadores que, ao final da tarefa, ficavam esgotados fisicamente devido grande esforço e o contato com as elevadas temperaturas. É o que descreve Éder Silva:

Eu me lembro que várias vezes a gente acordava na madrugada, a gente todo mundo, duas três horas da manhã pra poder mexer com forno pegando forno, era cada labareda de fogo e a gente tinha que apagar o fogo, ligava a bomba d'água e cada um pegava o balde e arroxava apagando fogo. Era pra ver se conseguia apagar o fogo e salvar parte do carvão porque se deixasse o fogo queimava tudo. Se não fizesse isso o patrão pegava ar e achava ruim. Tinha que fazer isso, a gente tava morando lá dentro! (25 anos, entrevista concedida em 30 de setembro de 2016).

O curioso é que esse trabalho emergencial não era computado e, por conseguinte, não era pago pelo patrão, como se isso fizesse parte da contrapartida que os trabalhadores eram

obrigados a pagar como retribuição do ‘pacote de bondades’ do dono da carvoaria, por deixar essa família em sua propriedade e não cobrar aluguel. Os trabalhos executados fora do horário de trabalho, em feriados, finais de semana e, algumas vezes de madrugada (como é o caso do exemplo mostrado acima), nunca eram pagos na forma da lei, em outras palavras, não era nem cogitados na hora do acerto de contas. Tudo isso era justificado, segundo a ótica do patrão, pelo acordo verbal de produção-tarefa firmado entre as partes. É o que explica um ex-proprietário de carvoaria:

O trabalho de carvoeira não tinha esse negócio de salário e hora extra não. Tudo era na porcentagem, pelo menos na minha época era assim, o peão quanto mais trabalhava mais ganhava, se pegar cedo e for bom de serviço ele vai ganhar mais. Agora se for meio mole e não se interessar vai ganhar pouco, só depende dele. Agora quem tá lá dentro da carvoeira, lá no mato não tem hora pra pegar e nem largar o serviço não. O caba tá lá é pra trabalhar mermo né [risos]. (ADÃO SILVA, 57 anos, entrevista concedida 30 de setembro 2016).

A esposa do trabalhador também exercia uma função importante nessa dinâmica. Ela era responsável por preparar o café da manhã, almoço e jantar para a família. Nesse caso, ela exercia o papel de funcionária da carvoaria com função específica, mas, na verdade, não recebia nenhuma remuneração por isso, ou seja, mais uma vez o patrão explorava uma trabalhadora camuflada no discurso do papel social e cultural da mulher (fazer os afazeres domésticos). É o que se observa na fala da esposa do Sr. de um ex-trabalhador de carvoaria:

Eu passava o dia envolvida fazer comida, café da manhã, almoço, jantar, cuidar da casa, lavar roupa etc. Sem falar que tinha alguns peão, colega de trabalho do meu marido, que ainda tomava café lá em casa e algumas vezes almoçava ainda. O patrão de vez em quando ainda comprava algumas coisas na rua e trazia pra eu fazer para os peão, era como se eu fosse funcionária dele, eu e meu marido não falava nada né porque a gente tava morando dentro do que era dele. Eu não gostava muito não mas ficava calada. Eu nunca recebi nada nem um agrado por parte dele, era como seu fosso escrava dele, pode um negócio desse? (REGINA ALVES, 45 anos, entrevista concedida em 30 de setembro 2016).

A mulher, nesse caso, exercia a função de dona de casa e paralelamente executava trabalhos típicos de uma funcionária contratada pela carvoaria sem possibilidades de reivindicação, uma vez que ela se sentia acuada e obrigada a prestar esses serviços. Além disso, era comum encontrar mulheres executando trabalhos extenuantes e pesados nas carvoarias. Trabalhos feitos, na maioria dos casos, por homens, como no caso do enchimento de fornos. Fato descrito por um ex-proprietário de carvoaria:

Eu, particularmente, não gostava muito de empregar mulher na minha carvoeira não. O trabalho era muito penoso e duro e mulher não tem a mesma resistência que o homem né. Mas quando eu tinha uma carvoeira lá na beira da cidade, perto da rua, elas chegavam pra mim dizendo que tava precisando e que precisava trabalhar ai eu deixava elas trabalhar na minha carvoaria. Eu pagava elas igual os outros, na produção. Geralmente elas só fazia o trabalho de encher forno, ai quando elas terminava eu pagava logo elas pra eu não ter compromisso com elas. Geralmente um homem levava um dia pra encher um forno, mulher levava um dia e meio ou as vezes dois. Porque mulher é mais fraca né. (ADÃO SILVA, 57 anos, entrevista concedida 30 de setembro 2016).

Nesse contexto, Hess (2008, p.2) acrescenta:

As mulheres são, geralmente, poupadas de algumas tarefas como o esvaziamento do forno; porém, observaram-se adolescentes do sexo feminino e mulheres jovens desempenhando todas as funções, além de acumularem as responsabilidades pelas tarefas domésticas, caracterizando uma dupla jornada de trabalho.

Geralmente, os perfis socioeconômicos eram: mulheres separadas, desempregadas, analfabetas ou semianalfabetas, que possuíam filhos para criar e viviam em extrema pobreza. Sem oportunidades de trabalho e excluídas do mercado formal de trabalho devido, principalmente, a baixa ou nenhuma escolaridade, essas mulheres se submetiam a condições sub-humanas e degradantes de trabalho nas carvoarias e, em algumas situações, usavam também seus filhos para as ajudar. É o que descreve uma ex-trabalhadora de carvoaria:

Fui trabalhar em carvoeira não era porque eu gostava não, meu filho! Meu marido bebia muito e quando chegava em casa ainda queria me bater, em mim e em meus filhos, ai eu não guentei muito tempo não, eu guento tudo menos taca. Ai fiquei sozinha, quatro filhos pra criar, minha família era mais pobre do que eu não podia me ajudar, ai eu fui trabalhar em carvoeira enchendo forno, eu não tinha estudo nem profissão, era o único serviço que dava pra mim fazer, porque os outros eram mais pesado. Nessa época o meu filho mais velho tinha uns 14 anos, ai quando ele chegava do colégio ele ai me ajudar terminar o serviço, com a ajuda dele eu terminava o serviço mais rápido. Eu sabia que botar o meu filho ali respirando fumaça e pouca de carvão era errado, mas fazer o quê né? Tinha que trabalhar, trabalhar ou morrer de fome. (LUZIA NUNES, 43 anos, entrevista concedida em 25 de setembro de 2016).

Além da intensa exploração, que esses trabalhadores estão submetidos, o trabalho nas carvoarias lhes expõe a uma série de riscos, tais como “a gases tóxicos, fuligem, cinzas, pó e altas temperaturas, o que pode lhe causar problemas como desidratação, queimaduras, lesões musculares graves, hérnias inguinais e escrotais e, inclusive, fraturas ou cortes, em caso de

acidente. A presença de uma criança nesse ambiente é totalmente inadequada, quase um crime” (REVISTA PROTEÇÃO, 2015, p.1).

É que se observa no depoimento de um ex-trabalhador adolescente de carvoaria, agora adulto:

Eu trabalhei dos meu 13 aos 18 anos em carvoeira, além do trabalho ser pesado eu respirava fumaça o dia inteiro além de cinza de carvão com o passar do tempo a noite quando eu ia dormir eu tossia a noite inteira, dificilmente tinha uma noite que eu não tossia, era uma tosse seca que quando eu ia escarrar saia era umas coisa preta como se eu cuspsisse só cinza de carvão. Mesmo hoje depois de ter parado de trabalhar com carvão eu ainda sinto. Quando eu vou jogar bola eu canso rápido não guento forçar muito, acho que é alguma coisa no pulmão por causa do tempo que passei mexendo com carvão. (FERNANDO LIMA, 26 anos, entrevista concedida 25 de setembro 2016).

O risco a saúde e a integridade física do trabalhador fica comprometida nessa atividade laboral penosa e degradante. Essa informação é ratificada numa descrição detalhada feita por Dias *et al.* (2002, p. 7):

A fumaça que sai dos fornos irrita os olhos e as vias aéreas superiores, impregnando a pele e tudo que está ao redor. No processo de carbonização da madeira são produzidos subprodutos da pirólise e da combustão incompleta, como o ácido pirolenhoso, gases de combustão, Alcatrão, Metanol, Ácido Acético, Metanol, Acetona, Acetato de Metila, Piche, Dióxido de Carbono, Monóxido de Carbono, Metano, que escapam dos fornos através dos orifícios e podem provocar lesões das vias aéreas e intoxicação. Possíveis efeitos neurológicos e hematológicos, teratogênicos e carcinogênicos dessas substâncias, descritos na literatura necessitam ser mais bem investigados.

O que é de fato observado é que a simples exposição do trabalhador de carvoaria no seu ambiente de trabalho, bem como seu convívio diário na execução de suas tarefas, compromete gradualmente a saúde do trabalhador, acontecimento corriqueiro na produção do carvão.

Além disso, acidentes eram bastantes comuns nessa atividade, chegando, algumas vezes, até a casos de óbito. Isso, no entanto, acontecia quando trabalhadores, no processo de enchimento dos fornos, caíam por cima deles ou senão caíam das escadas no momento do carregamento do caminhão-gaiola. Nesses casos, quando não morriam, ficavam com sequelas graves. É o que se observa no relato de um ex-tirador de forno:

A maioria dos acidentes que acontecia dentro carvoaria era com os enchedores de forno. Acontecia que quando o cabra tava na metade do enchimento e o enchimento tava mal feito a pilha de madeira desmoronava e caia por cima do enchedor, matar nunca vi morrer não mas o cabra ficava muito machucado. Comigo mesmo já aconteceu isso, passei quase um ano sem poder trabalhar ai quando fui pedir uma

ajuda pro patrão o homem quase me engole, ficou bravo. Mas acontecia outros acidentes também, geralmente com os chapa quando tava subindo a escada com os balaios no enchimento dos caminhão ai acontecia deles rasgarem (câimbras causados pelo excesso de esforço físico) ai eles caíam lá de cima mesmo. Isso acontecia geralmente com os verde (inexperiente) porque os macaco vei quando pressentia que ia rasgar parava logo e dava um tempo. (JOÃO GOMES, 48 anos, entrevista concedida em 28 de setembro 2016).

Importante frisarmos que, nesses ocorridos, o trabalhador, vítima de acidentes de trabalho, dificilmente recebia alguma indenização ou assistência por parte do patrão e que, além de ficar impossibilitado de trabalhar, ainda perdia, imediatamente, o seu emprego. É o que confirma João Gomes:

Quando eu me acidentei eu passei foi necessidade, eu minha mulher e meus filhos, não recebi nada de ninguém nem uma visita do patrão, minha mulher foi lá procurar por ele umas duas vezes ele fazia era se esconder pra não me ajudar eu sofrer demais, quase pedir esmola. (48 anos, entrevista concedida em 28 de setembro 2016).

O desrespeito à dignidade humana e às leis trabalhistas, aqui, se manifestam em sua plenitude, cujo único objetivo a ser pleiteado pelos capitalistas do carvão é lucro a qualquer custo. Assim, um outro fato importante a ser relatado nesse processo de produção de carvão é que adolescentes, na faixa etária a partir de 16 anos, já assumiam uma certa autonomia no trabalho da carvoaria, executando praticamente todas as atividades constituintes de operação de uma carvoeira, como enchimento, descarga, barrelamento, corte da lenha, queima, limpeza, carregamento de caminhões de lenha até mesmo na construção de fornos. É o que se observa na fala do mesmo ex-trabalhador adolescente de carvoaria:

Até aos 14, 15 anos, praticamente, eu trabalhava ajudando meu pai na carvoaria depois que eu fiquei maior 16 anos por ai eu já fazia quase tudo na carvoaria tirava forno, enchia, dirigia girico, barrelava forno, cortava de moto serra já não só ajudava meu pai não, trabalhava já por conta própria, já era funcionário da carvoeira e ganhava do mesmo jeito do meu pai. Também foi nessa fase que eu já arrumei mulher, já trabalhava, já tinha meu próprio dinheiro ai arrumei família. (FERNANDO LIMA, 26 anos, entrevista concedida 25 de setembro 2016).

A partir dessa idade, esses trabalhadores adolescentes eram tratados como adultos pelos patrões, recebendo pagamento igual aos outros trabalhadores e sujeitos aos mesmos tipos de exploração. Uma descrição da pesquisadora Hess (2008, p. 2) nos ilustra, em detalhes, como era o convívio e a relação social diária entre esses personagens (trabalhadores):

No sistema de produção de carvão onde envolvem famílias inteiras, as crianças desde muito cedo, aos quatro, cinco anos, quando começam a andar com mais desenvoltura, acompanham os pais, especialmente as mães, às carvoarias e "brincam" de ajudar a encher o forno. Em torno de seis a sete anos, algumas delas já conhecem todo o processo, e aos 12, 13 anos assumem todas as tarefas, sem distinção de sexo. As mulheres são, geralmente, poupadas de algumas tarefas como o esvaziamento do forno; porém, observaram-se adolescentes do sexo feminino e mulheres jovens desempenhando todas as funções, além de acumularem as responsabilidades pelas tarefas domésticas, caracterizando uma dupla jornada de trabalho.

Portanto, pelo fato dessa atividade, na maioria dos casos, funcionar de forma irregular, à margem da legislação ambiental e trabalhista, era comum várias outras irregularidades fazer parte do currículo de arbitrariedades da dinâmica produtiva desse insumo. Trabalho sem registro em carteira, jornada de trabalho extenuante chegando à 10 ou até 12 horas diárias, não pagamento de horas extras, inexistência de material de segurança, não pagamento de insalubridade e periculosidade, trabalho de crianças e adolescentes colocando-as em situação de risco. Tudo isso propiciava competitividade ao ferro-gusa, produzido aqui na Amazônia, no mercado internacional, em outras palavras, toda essa gama de mazelas e atrocidades ambientais e sociais está pautada no discurso do progresso, do desenvolvimento, da geração de empregos, na melhoria da qualidade de vida, na diminuição da pobreza e da desigualdade, mas que, na verdade, toda a cadeia produtiva do aço, só agravou esses problemas sociais, trazendo uma total falta de esperança e dias melhores para a população regional amazônica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final dessa reflexão com a certeza de que é necessária a implantação de outro modelo de desenvolvimento ou, porque não, outro modelo de organização social, onde a classe trabalhadora possa forjar seus próprios meios de subsistência e reprodução e que seu trabalho seja digno, capaz de lhe proporcionar sua sobrevivência e de suas famílias. O resultado dessa pesquisa não representa um estudo completo sobre a exploração do trabalho no processo produtivo do carvão no município de Goianésia, entretanto, é um esforço acadêmico na tentativa de refletir sobre o significado da exploração e da degradação do trabalho para o capital mínerometalúrgico na parte oriental da Amazônia brasileira, especificamente no que tange à produção de carvão vegetal, no município de Goianésia do Pará.

Esta pesquisa não enseja dar respostas, mas apontar caminhos para despertar a necessidade de se avaliar os reais benefícios socioeconômicos - se é que os houve - que a produção de carvão trouxe para o município de Goianésia. E, se todos os sacrifícios sociais e ambientais despendidos pelo meio ambiente e a classe trabalhadora, foram suficientes para promover o tão propalado “desenvolvimento” que o Estado brasileiro e as classes dominantes locais e regionais insistem em exaltar.

A discussão aqui delineada teve a intenção de provocar o debate sobre a exploração do trabalho no processo produtivo do carvão, no município de Goianésia, o que nos levou a refletir sobre toda uma dinâmica política e econômica ligada a interesses macroeconômicos internos e externos vinculados à atividade minerária na Amazônia.

O município de Goianésia do Pará, bem como seu surgimento, suas atividades econômicas e sua constituição demográfica estão fortemente atreladas às políticas de desenvolvimento estrategicamente pensadas para a Amazônia pelos governos militares a partir de 1970. O Programa Grande Carajás (PGC) foi o que impulsionou todo um processo de mudanças territoriais, políticas e socioeconômicas na parte oriental da Amazônia brasileira, especialmente no sudeste do Pará. A Construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), obra relevante na constituição do PGC, impactou bruscamente todas as áreas próximas a essa grande obra. No caso de Goianésia, contribuiu para o inchaço populacional, para formação do seu núcleo urbano, para ocupação e grilagem de terras, surgimento da atividade extrativa de madeira, criação de gado e, também, para a própria emancipação política desse território.

A operacionalização da extração de minério de ferro da Mina de Carajás impulsionou toda uma série de atividades produtivas – do ponto vista da lógica do capital - no sudeste paraense. Apoiados em fortes subsídios fiscais e creditícios do governo federal instituiu-se a criação do Pólo Siderúrgico de Carajás, com especial destaque, a criação do Distrito Industrial de Marabá (DIM), este, por sua vez, impulsionou uma série de mudanças socioeconômicas, especialmente no tocante a produção de carvão vegetal (SANTOS, 2015). Essa atividade marcou um novo momento – embora um ciclo econômico bastante curto, pouco mais de uma década – na história econômica dos municípios inseridos na produção desse insumo.

As relações de dominação, submissão e exploração dos trabalhadores ditavam o ritmo em todo processo produtivo do carvão e as péssimas condições em que eles estavam submetidos (desde os riscos a sua integridade física, os contratos de trabalho aviltantes, suas condições socioeconômicas marginais, o trabalho de crianças, adolescentes e mulheres), foram responsáveis, em grande medida, pela existência e perpetuação da produção de carvão em Goianésia.

No tocante às hipóteses da pesquisa, foi constatado que a produção carvoeira, em Goianésia, foi uma atividade originada a partir da necessidade de demanda de carvão vegetal oriunda das indústrias siderúrgicas localizadas no Distrito Industrial de Marabá (DIM). Isso colocou Goianésia, durante um determinado período, como um dos principais municípios produtores desse insumo e, como tal, participando ativamente do ciclo guseiro no sudeste paraense.

Nesse contexto, a exploração do trabalho no processo produtivo do carvão materializados em condições e relações de trabalho degradantes e aviltantes foi um dos fatores fundamentais para a viabilidade de um desenvolvimento efêmero do setor carvoeiro e do município de Goianésia, uma vez que, tais condições permitiram uma falsa ilusão de dinamismo econômico e geração de empregos, mas que, na verdade, significou apenas aumento dos lucros dos capitalistas envolvidos na cadeia produtiva do ferro-gusa, tornando-o barato e, por isso, competitivo em relação a outros mercado produtores.

Entretanto, sendo uma atividade atrelada a uma economia de enclave esteve sujeita, diretamente, as oscilações e aos interesses momentâneos do mercado externo de gusa. Fator característico das regiões cuja principal pauta de exportações é baseada em *commodities*. No caso do sudeste do Pará, a exploração e exportação mínerometalúrgico.

Foi demonstrado, também, que a dinâmica do “desenvolvimento” de Goianésia, em quase uma década e meia, esteve fortemente condicionada e atrelado ao setor produtivo de

carvão pautado, fundamentalmente, na exploração do trabalho, cujo significado foi fundamental para funcionamento do setor carvoeiro e de toda cadeia produtiva do ferro-gusa.

A pesquisa foi importante para revelar, também, que os mecanismos de exploração adotados no processo produtivo do carvão, fundamentados em contrato de trabalho baseado no sistema de produção-tarefa, serviam apenas para justificar o não pagamento de horas extras, periculosidade, insalubridade, adicional noturno e feriados dos trabalhadores, agravando, ainda mais, o estado de miserabilidade dessa força de trabalho.

Além disso, o trabalho de crianças, adolescentes e mulheres foi de grande valia para o aumento dos lucros do setor carvoeiro, confirmando a tese de que esses trabalhadores eram apenas braços e pernas com potencial para serem usados e descartados na produção do carvão.

Para além das hipóteses levantadas, o trabalho mostrou, também, que a produção de carvão nesse município desenvolveu-se às custas de um grande prejuízo ambiental, uma vez que a queima da madeira oriunda de resíduos de serrarias e da mata nativa promoveram uma grande pressão sobre a cobertura vegetal existente. Sem falar na fumaça que, por mais de uma década, a população local inalou com consequências graves a saúde de todos.

É imprescindível esclarecer que após o *boom* madeireiro e carvoeiro vislumbra-se uma nova realidade econômica nesse município. O setor de serviços, comércio, agropecuária e o setor público municipal são responsáveis, atualmente, por grande parte dos empregos gerados em Goianésia. Essa realidade, porém, por ser um fenômeno em constituição e recente ainda não foi confirmada pelos órgãos oficiais de pesquisa. Outro dado importante é que algumas serrarias (em torno de 14 no total) voltaram a funcionar, desde final do ano 2014, agora, não mais como madeireiras autônomas - como eram no passado – mas, como prestadora de serviços para uma grande empresa que atua no ramo de manejo, beneficiamento e replantio de madeira, a Cikel Brasil Verde S.A.

Com isso, a atividade madeireira, nesse município, que parecia ter sido extinta, se revigora e continua relevante (não com a mesma importância que antes) na geração de postos de trabalho. Resta saber a que custo socioambiental se dará esse novo ciclo, o que merece um estudo futuro mais aprofundado.

A temática da pesquisa em questão, por ser abrangente, permitiria que outras áreas do conhecimento, a da saúde por exemplo, pudessem iniciar pesquisas sobre os efeitos que essa atividade causou aos trabalhadores que ficaram expostos às altas temperaturas e inalando fumaça durante um longo período. O que foi feito desses trabalhadores, em que condições vivem agora? Isso, por sua vez, poderia colaborar bastante em ampliar o leque de

conhecimentos nesse tema, que ainda se limita em algumas poucas informações levantadas por órgão oficiais do governo, como por exemplo, o Ministério do Trabalho (MT) e alguns poucos pesquisadores.

Por fim, que as futuras atividades econômicas que, porventura possam se desenvolver em Goianésia, possam trazer, diferente das que outrora existiram, benefícios duradouros para a maioria, e que a riqueza gerada não produza somente desigualdades e que a classe trabalhadora se organize e participe das benesses econômicas produzidas pelo seu trabalho, evitando, dessa forma, que seus direitos possam ser corrompidos, subtraídos e aviltados.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT). <http://www.antt.gov.br/>. Consultado em 28 de setembro 2016.

ALBORNOZ, Susana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2004 (coleção primeiros passos; 171).

ANTUNES, Ricardo L. **Adeus ao Trababalho?:** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. Ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ASSIS, William Santos de. CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Ações coletivas em complexos minero-metalúrgicos: experiência na Amazônia e no sudeste brasileiro. In: **O uso de carvão vegetal como fonte de energia para o parque siderúrgico de Carajás: Controvérsias ambientais, sociais e econômicas** (1ª Ed.). São Luis: EDUFMA. 2015.

Associação dos Municípios do Araguaia Tocantins (AMATECARAJÁS). Home Page oficial de Goianésia, 2016. Consultado em 02 de junho 2016.

BARBOZA, Analice Matias de Lira. **O Trabalho Escravo nas Carvoarias da Amazônia para Produção do Aço**. (trabalho de conclusão de curso-TCC). João Pessoa-Paraíba: Universidade anhanguera-Uniderp, 2011.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CARDOSO, F. H., and FALETTO, E. Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. In SORJ, B., CARDOSO, FH., and FONT, M., orgs. Economia e movimentos sociais na América Latina [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. pp. 4-20. ISBN 978-8599662-59-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

COELHO, Tádzio Peters. Projeto Grande Carajás: Trinta anos de desenvolvimento frustrado. Instituto Brasileiro de Análises Econômicas (IBASE). Rio de Janeiro/2014.

CONGÍLIO, Célia R. **Taylorismos, fordismos e toyotismos:** mineração, siderurgia e luta de classes na Amazônia. Trabalho apresentado no VI Congresso latinoamericano de Ciência Política, organizado por La Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), Equador, Quito, 2012.

CONGÍLIO, Célia R. **Através do Brasil: taylorismos, fordismos e toyotismos** (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2004.

CONGILIO, Célia R. **Duas faces da mineração no sudeste paraense:** o extrativismo minerário como base material do neodesenvolvimentismo. (2015) mimeo. Apresentado na VII jornada Internacional de Políticas Públicas, 25 a 28 de agosto de 2015 na Universidade Federal do Maranhão.

DIAS, Elizabeth Costa. *Et al.* **Processo de trabalho e saúde dos trabalhadores na produção artesanal de carvão vegetal em Minas Gerais, Brasil.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18(1):269-277, jan-fev, 2002.

DIAS, Elizabeth Costa. *et al.* **Processo de Trabalho e Saúde dos Trabalhadores na Produção Artesanal de Carvão Vegetal em Minas Gerais, Brasil.** Rio de Janeiro-RJ, 18(1): 269-277, jan-fev, 2002.

EMMI, Marília Ferreira. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais.** Belém: UFPA/NAEA. 2. Ed. rev. e amp. 1999.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** Rio de Janeiro-RJ. Editora Civilização Brasileira S. A. 1984.

ESTATÍSTICA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ *in:* **Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP).** Belém: 2013.

ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990

ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE (ECA). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 9ª edição. Edições Câmara. Brasília:2012.

FARHI, Maryse. *et al.* A crise e os desafios para a nova arquitetura financeira internacional. *In: Revista de Economia Política*, vol. 29, nº 1 (113), pp. 133 – 149, janeiro – março / 2009.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar Editores. 2ª ed. 1975.

HALL, Anthony L. **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social na programa Grande Carajás.** Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 1991.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** Belém: EDUFPA, 2004.

HESS, Sônia. **Riscos à saúde do trabalhador na produção de carvão.** (artigo científico). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS. 2008. Disponível em: <http://www.riosvivos.org.br/arquivos/1357514940.pdf>

JÚNIOR, Caio Prado. **A formação do Brasil contemporâneo: colônia.** São Paulo: Companhia das letras, 2011.

JÚNIOR, Saint-Clair Trindade. ROCHA, Gilberto Miranda (org.). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local.** Belém: Paka – Tatu, 2002.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo.** São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Cap. XXIX: A luta contra a economia camponesa).

MARX, Karl. **O capital: crítica a economia política**. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O capital: crítica a economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo – SP: BOITEMPO EDITORIAL, 2007.

MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro**. Moscou: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1953. Disponível em: http://www.pstu.org.br/sites/default/files/biblioteca/marx_salario.pdf

MAYKA, Danielle Brito Amaral. « O movimento do carvoejamento na Amazônia oriental brasileira: a dinâmica da produção do carvão vegetal em Rondon do Pará », *Confins* [Online], 22 | 2014. posto online no dia 11 Janeiro 2015, consultado o 07 Abril 2016. URL : <http://confins.revues.org/9784> ; DOI : 10.4000/confins.9784.

MONTEIRO, M. de A. **Siderurgia e Carvoejamento na Amazônia: drenagem energética-material e pauperização regional**. (Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento-PLADES). Belém/UFPA, 1996.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional**. Estud. av. vol.19 no.53 São Paulo Jan./Apr. 2005.

NASCIMENTO, N. Fialho. **Amazônia e Desenvolvimento Capitalista: a centralidade da região para a acumulação de capital e a produção de expressões da “questão social”**. *Revista de Políticas Públicas*, número especial, agosto de 2010.

NASCIMENTO, N. Fialho. **Amazônia e Desenvolvimento Capitalista: elementos para uma compreensão da “questão social” na região**. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro/UFRJ, 2006.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa - características, usos e possibilidades. *In: Caderno de pesquisas em administração*, São Paulo, v.1, n° 3, 2° sem./1996.

NICOS, Poulantzas. **O poder político e classes sociais**. 1ª edição brasileira. Livraria Martins Fontes Editora. São Paulo, 1977.

OLIVEIRA, Terezinha. Considerações sobre o trabalho na idade Média: Intelectuais medievais e historiografia. *Revista de História, São Paulo, n. 166, p.109-128*. Universidade Federal de Maringá. Maringá-PR. Jan./jun. 2012.

PEREIRA, Altamira. **A relação capital x trabalho nas carvoarias de Mato Grosso do Sul**. (art. Científico). FCT/UNESP. 2005.

PEREIRA, Altamira. **Precarização e (des)estruturação do trabalho nas carvoarias** (art. Científico). FCT/UNESP. 2007.

PINTO, Lúcio Flávio. **Carajás, O Ataque ao Coração da Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero e Studio Alfa Foteletra e Editora Ltda, 1982.

PIRES, Selma Sousa. A crise financeira internacional de 2008 seus desdobramentos sobre a economia brasileira (VI Jornada Internacional de Políticas Públicas). Cidade Universitária da UFMA. São Luis Maranhão – Brasil. 20 a 23 de agosto 2013.

RAMALHO, José Ricardo. CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Trabalho e siderurgia na Amazônia brasileira. *In: Ações coletivas em complexos mínero-metalúrgicos: experiências na Amazônia e no sudeste brasileiro*. São Luis: EDUFMA, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil** (seg.ed.). Marília-Curitiba (PR): Companhia da Letras. 1995.

RIBERA, Ricardo. A guerra fria: breves notas para um debate. *Novos Rumos, Marília*, v.49, n.1, p. 87-106, Jan-Jun, 2012.

ROCHA, Gilberto de M. **Usinas hidrelétricas e mudanças demográficas na Amazônia brasileira**. Nadir: rev. electron. geogr. Austral. Año 7, n° 1 enero -julio 2015.

ROCHA, Gilberto de Miranda. **Fronteira e Urbanização na Amazônia: contribuições de Bertha Becker**. (III simpósio) Relações entre Ciência e Políticas Públicas: Propostas de Bertha Becker para o Desenvolvimento da Amazônia Belém – Pará, 09 de 2013. Núcleo de Meio Ambiente – NUMA UFPA.

SAES, Décio. O conceito de democracia in: **Democracia**. Pgs. 7 a 32. São Paulo: Ática, 1987.
SANTOS, Luciano. **Sociologia do trabalho**. Goiás: Instituto Federal de Educação, ciência e tecnologia - Campus de Inhumas (GO), 2012.

SANTOS, Marcelo Melo dos e ASSIS, Willian Santos de. Crise do Distrito Industrial de Marabá e as estratégias empresariais. *In: Ações coletivas em complexos mínero-metalúrgicos: experiências na Amazônia e no Sudeste brasileiro*. EDUFMA. São Luis, 2015.

SANTOS, Marcelo melo dos. **A crise no setor siderúrgico do Distrito Industrial de Marabá e as estratégias empresariais** (Dissertação de Mestrado). UNIFESSPA. Marabá – PA. 2015.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – (Coleção Milton Santos; 1), 2008.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SEMMA), 2015.

SILVA, Edna Lúcia da. MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SILVA, Kattiane Medeiros Santos. **A crise econômica de 2008 e as explicações da teoria keynesiana**. (Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2015.

SOARES, Luana S. QUAREMA, Mayara. **Reconfiguração dos territórios e cidades da região de integração do lago de Tucuruí-PA**. VI CODS (Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade). 25 e 26 de novembro 2015.

SOUZA, André Santos de. **Dinâmica socioeconômica e trabalho na Amazônia: análise do município de Parauapebas a partir da migração de trabalhadores maranhenses da mineração**. (Dissertação de Mestrado). Marabá/UNIFESSPA. 2014.

TROTSKY, L. **A história da revolução russa** [primeiro volume]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIEIRA, Silvio. **Açailândia, eixo do Maranhão**. Imperatriz, MA: Ética, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. São Paulo. Edições Afrontamento (Coleção: Biblioteca das Ciências do Homem / Histo). 1990.

YAMAUTI, N. N. **O método dialético na produção de conhecimento nas ciências sociais**. Maringá (PR): Universidade Estadual de Maringá, 2006.

Pesquisas na Internet:

BRASIL/Chananel/http://int.search.nyway.com

CAMARA MUNICIPAL. **Goianésia do Pará – PA**. Disponível em: <http://www.goianesiadopara.pa.leg.br/institucional/historia>. Consultado em 30 de junho 2016. CIÊNCIA HOJE, ano 1, n. 3, p. 39. <http://chc.org.br/revista-aberta/>. Consultado em 29 de setembro 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo Brasil, 1999**. Disponível em: <http://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/251-conflitos-no-campo-brasil-1999>

GOOGLE EARTH PRO. Disponível em <https://www.google.com/intl/pt-BR/earth/download/gep/agree.html>. <http://www.sudam.gov.br/index.php/institucional?id=86> x PARA INVESTIMENTOS, 2012-2013. Disponível em: <http://docplay.com.br/4833729> – Para – investimentos – 3ª edição – 2012 – 2016. Html

REVISTA AMAZÔNIA. **Impactos ambientais e violações de direitos caracterizam maior projeto da vale**. 16 de outubro de 2013. Disponível em <http://amazonia.org.br/2013/10/impactos-ambientais-e-viola%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-caracterizam-maior-projeto-da-vale/>

REVISTA PROTEÇÃO. Carvoarias representam o trabalho infantil em uma de suas mais degradantes formas. 14/12/2015. Disponível em: <http://www.protecao.com.br/noticias/legal/carvoarias-representam-o-trabalho-infantil-em-uma-de-suas-mais-degradantes-formas/Any5JayA/9220>

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX). Disponível em: <http://portal.siscomex.gov.br/legislacao/orgaos/secretaria-de-comercio-exterior-secex>

APÊNDICE I: ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES DOS TRABALHADORES ENVOLVIDOS DIRETAMENTE NA PRODUÇÃO DE CARVÃO

Nome completo:

Carvoarias em que trabalhavam (Rural, em área de mata, Urbana)? Em que período trabalhou?

Faixa etária:

Sexo M() F()

1. Trabalhou em carvoaria desde quando? Por que enveredou nessa atividade? Quando você iniciou nesse tipo de trabalho?
2. Toda a família participava ou somente você?
3. Qual função exercia dentro da carvoaria?
4. A remuneração recebida dava pra sustentar sua família?
5. Você se sentia explorado nesse trabalho e por quê?
6. Você é de onde, ou seja, de qual região do Brasil?
7. Alguém lhe convenceu a trabalhar nesse ramo de atividade?
8. Você recebeu alguma promessa fantasiosa por alguém no intuito de convencê-lo a trabalhar na atividade carvoeira em lugares distantes de onde morava?
9. Participa de alguma organização social ou sindical? Quais e qual o tipo de participação?
10. Você, em algum momento, já ficou devendo para o patrão e teve que trabalhar até sanar as dívidas?
11. Você já recebeu remuneração fixa como salário mínimo, por exemplo?
12. No trabalho carvoeiro você já trabalhou com carteira assinada e recebeu outros benefícios previstos em lei?
13. Quais eram as formas de contratação que prevaleciam na época em que você trabalhava de carvoaria?

+++++

APÊNDICE II: ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES DOS TRABALHADORES ENVOLVIDOS DIRETAMENTE NA PRODUÇÃO DE CARVÃO

Nome completo:

Local em que mora?

Faixa etária:

Sexo M() F ()

1. Você e sua família já moraram dentro do ambiente de trabalho?
2. Toda a família participava do trabalho carvoeiro?
3. Quando os demais membros de sua família participavam do trabalho eles recebiam remuneração por isso?
4. Seus filhos menores de idade participavam do trabalho carvoeiro?
5. Você tinha noção dos seus direitos como trabalhador?
6. Por que você permitia que seus filhos menores trabalhassem junto com você?
7. Você, em todos esses anos que trabalhou de carvoeira, conseguiu juntar alguma coisa que possibilitasse melhorar sua condição de vida nos dias atuais?
8. Em que atividade você trabalha atualmente?
9. Você conseguiu se recolocar no mercado de trabalho após o fim do ciclo carvoeiro?
10. Você acha que ciclo carvoeiro deixou algum benefício para Goianésia?

+++++

APÊNDICE III: ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES JUNTO A GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, EX-PROPRIETÁRIOS DE CARVOARIAS E OUTROS AGENTES CAPITALISTAS ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO DE CARVÃO

Nome completo:

1. Qual a importância do setor carvoeiro para a economia do município de Goianésia?
2. Na verdade, de quem é a culpa da crise do setor carvoeiro?
3. Qual a relevância do setor carvoeiro para a geração de trabalhos em Goianésia?
4. Vocês acham que as péssimas condições de trabalho e a degradação do meio ambiente que o setor carvoeiro trouxe não é suficiente para que essa atividade se tornasse inviável, a curto e a médio prazo, para Goianésia e região?
5. O setor carvoeiro trouxe progresso e desenvolvimento para Goianésia?
6. Por que as indústrias siderúrgicas não se precaveram no sentido de criar suas próprias reservas industriais de floresta para, futuramente, abastecerem seus autofornos de carvão?
7. Em nome do emprego e da geração de trabalho e renda vale tudo?
8. O poder público municipal fiscalizava como se dava as formas de trabalho nessas carvoarias?
9. Quais os impactos ambientais que a atividade carvoeira trazia para Goianésia?
10. Como se dava a participação das Guseiras de Marabá nessa rede de produção e comercialização do carvão aqui em Goianésia?
11. Como essas Guseiras atuavam junto aos produtores e comerciantes de carvão?
12. Por que outros segmentos econômicos, como proprietários de terra por exemplo, enveredaram na produção de carvão?

+++++

**ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu,, inscrito no CPF....., portador do RG.....Depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso da minha imagem e da minha propriedade, como também o uso do meu depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores Reinaldo Costa da Silva e Prof^a. Dr^a. Célia Congílio (orientadora) do projeto de pesquisa intitulado “*A exploração do trabalho na produção do carvão vegetal no município de Goianésia do Pará (PA)*” a publicar as fotos necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto No 3.298/1999, alterado pelo Decreto No 5.296/2004).

Marabá,..... de..... de 2017.

Reinaldo Costa da Silva
Aluno responsável pelo projeto

ANEXO B – MAPA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA DO PARÁ

